

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

GIZELLE DE SOUZA MAGESTE

HISTÓRIAS DE EMPODERAMENTO

Um estudo sobre o processo vivenciado por mulheres que ocupam cargos de alto
escalão na administração pública e de empresas em Belo Horizonte

Belo Horizonte
2008

GIZELLE DE SOUZA MAGESTE

HISTÓRIAS DE EMPODERAMENTO

Um estudo sobre o processo vivenciado por mulheres que ocupam cargos de alto escalão na administração pública e de empresas em Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Orientador: Prof. Dr. Ivan Beck Ckagnazzaroff

Co-orientadora: Prof.a Dr.a Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo

Belo Horizonte
2008

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre me apoiaram, me incentivaram a gostar de estudar e acreditaram no meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Concluir este trabalho e este curso é um feito que eu devo a, no mínimo, uma centena de pessoas. Entretanto, quero reservar um espaço aqui para aquelas que tiveram uma participação especial nesse processo. Sem elas, provavelmente eu não estaria aqui.

À minha prima Zezé, que, aparentemente sem querer, me ajudou a descobrir a paixão pela pesquisa ao me indicar para participar do GGI como bolsista de iniciação científica;

À Prof.a Marlene Catarina, que, além de profissional brilhante, é uma orientadora dedicada e carinhosa e que há sete anos guia meus passos pelo caminho da ciência;

Ao Prof. Ivan Beck, que, com os seus constantes “Isso não está bom”, me ensinou a me virar e a defender meus pontos de vista com bons argumentos;

À Profa. Ana Paula e ao Prof. Carrieri, pelas contribuições para o projeto desta pesquisa.

Às queridas professoras Kely Paiva, Maria José Brito e Mônica Cappelle, que, além de serem grandes amigas e de sempre me apoiarem, são ótimas parceiras de trabalho e me servem como modelo e inspiração;

Aos colegas do NURTEG, especialmente ao Euler e à Andréa, que torceram por mim desde o início e tiveram paciência de escutar as minhas idéias, ansiedades e desesperos na fase final;

Aos colegas de mestrado, especialmente à Fernanda Tarabal, Clarissa, Fabricia e Elizângela, pelos bons momentos compartilhados;

À Rejane, minha querida melhor amiga, companhia constante e apoio diário nessa vida de estudante;

À minha família, pela paciência, especialmente à minha mãe, que sempre disponibilizou o seu colo e suas palavras de conforto nos meus muitos momentos de cansaço e estresse, e ao meu pai, que sempre teve tanto orgulho de mim e comemorava cada pequeno passo como uma grande vitória, dando-me força para continuar.

Ao Edgar, meu namorado, paciente e compreensivo, que me emprestou seus livros, seu computador, seu gravador, sua casa e seus pais, que sempre acreditou em mim e me deu força para correr atrás dos meus sonhos e do sucesso.

Ao Vaninho, à Marilaque, à Prof.a Betania e à Selmara pelo carinho e pelo apoio nessa fase final;

À CAPES pela bolsa de estudos;

A Deus, em quem eu continuo tendo fé e busco forças quando a minha energia já não me permite escrever mais nenhuma linha.

*Quando nasci, um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:*

Vai carregar bandeira.

*Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.*

*Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.*

*Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.*

Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.

Inauguro linhagens, fundo reinos

— dor não é amargura.

Minha tristeza não tem pedigree,

já a minha vontade de alegria,

sua raiz vai ao meu mil avô.

Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo compreender o processo de empoderamento de mulheres que ocupam cargos de alto escalão na administração pública e de empresa em Belo Horizonte. Por meio de entrevistas de história de vida foram investigadas as experiências vivenciadas pelas mulheres entrevistadas buscando compreender o processo por elas empreendido na busca de maior autonomia e empoderamento. A análise dos resultados revelou que o processo de empoderamento é muito complexo e vai muito além da simples inserção da mulher no mercado de trabalho, o desenvolvimento da carreira e independência financeira. Percebeu-se que o processo de empoderamento vai se ampliando e incorporando resultados partindo da ação individual da mulher como sujeito de sua própria vida, passando pelas suas relações interpessoais para que ocorra uma transformação em todo o contexto em que ela está inserida. As histórias de vida estudadas revelam que as entrevistadas tiveram uma dedicação intensa à educação, construíram redes de relacionamento que lhe serviram de suporte para avançar a sua busca, escolheram conscientemente um marido que não temesse uma mulher empoderada, organizaram o seu tempo para dar conta de cumprir todas as suas atividades na esfera pública e também na esfera privada. Por fim, conclui-se que o estudo do processo de empoderamento das mulheres é um campo vasto e pouco explorado e que deve ser melhor investigado em pesquisas futuras.

Palavras chave: Empoderamento, Gênero, Poder

ABSTRACT

This research aimed to understand the process of empowerment of executive women in government and business in Belo Horizonte. Through interviews of life history were investigated the experiences of women interviewed and seeking to understand the process undertaken by them in pursuit of autonomy and empowerment. The results revealed that the process of empowerment is very complex and goes far beyond the mere inclusion of women in the labour market, the career development and financial independence. It was noticed that the process of empowerment goes expanding and incorporating results from the action of the woman as subject of his own life, through their interpersonal relations to a transformation that occurs in any context in which it is embedded. The stories of life studied show that the respondents had an intense dedication to education, built networks of relationships that served as a support to advance its quest, consciously chose a husband who does not fear a empowered woman, organized their time to give account of meet all its activities in the public sphere and also in the private sphere. Finally, it appears that the study of the process of empowerment of women is a field large, sparsely explored and should be better investigated in future research.

Palavras chave: Empowerment, Gender, Power

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 RELAÇÕES DE GÊNERO	13
1.1. Gênero: uma construção social	13
1.2. A perspectiva de gênero nas organizações.....	15
2 EMPODERAMENTO FEMININO	20
3 O EMPODERAMENTO NO MOVIMENTO FEMINISTA	25
3.1. Feminismo liberal.....	25
3.2. Feminismo socialista-marxista.....	27
3.3. Feminismo cultural.....	29
3.4. Feminismo radical	31
4 AS DIMENSÕES DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO	32
4.1. Dimensão individual.....	33
4.2. Dimensão relacional	37
4.3. A dimensão contextual	42
4.3.1. O contexto brasileiro	46
4.4. As relações de gênero e poder.....	51
5 IMPLICAÇÕES DO EMPODERAMENTO FEMININO PARA AS ORGANIZAÇÕES.....	55
6 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	57
6.1. Caracterização dos sujeitos da pesquisa	57
6.2. Coleta dos dados: construção das histórias de vida.....	60
6.3. Potencialidades das histórias de vida.....	63

6.4.	As entrevistas de história de vida	65
6.5.	Transcrição das entrevistas	67
6.6.	Leitura e análise das histórias de vida	67
	Desafios e limitações do método	68
7	HISTÓRIAS DE EMPODERAMENTO: ANÁLISE DO PROCESSO VIVENCIADO PELAS MULHERES ENTREVISTADAS	70
7.1.	A dimensão individual.....	70
7.2.	A dimensão relacional	78
7.2.1.	Família	79
7.2.2.	Escola.....	86
7.2.3.	Relacionamentos interpessoais.....	87
7.2.4.	Experiências profissionais	88
7.3.	A dimensão contextual	96
7.4.	Relações de gênero e poder.....	105
7.5.	Percepções sobre as implicações do empoderamento na vida das mulheres....	115
8	CONCLUSÃO	120
	REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

Desde meados do século XX, o interesse sobre as questões de gênero vem crescendo e aprofundando-se nas ciências sociais. Os movimentos feministas, acompanhados da inserção de mulheres no desenvolvimento de pesquisas, dentre outros fatores, criaram condições para que essas questões fossem analisadas a partir de novos enfoques e perspectivas.

No contexto brasileiro, as mulheres vêm vivenciando desigualdades, expressas nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, assim como subordinação aos homens, manifestas nas estruturas de poder, seja na esfera privada ou doméstica, seja na esfera pública. Nas sociedades patriarcais, essas relações de subordinação, comumente, são tidas como inerentes ao gênero feminino e culturalmente consideradas como naturais. As desigualdades entre mulheres e homens são sustentadas pela divisão sexual do trabalho nos âmbitos produtivo e reprodutivo, pelo controle do corpo e da sexualidade e pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e de decisão.

Esta pesquisa enfatiza a questão de gênero com o foco voltado para a questão das relações de gênero e poder e para o empoderamento das mulheres nas organizações e na sociedade. Os estudos sobre gênero têm sido de grande interesse desde a década de 1960, quando os movimentos sociais sacudiram valores e comportamentos. Esse interesse decorre do fato de que mesmo nas sociedades em que as mulheres desfrutam de certo prestígio e poder social o domínio masculino ainda se sobrepõe ao feminino e as mulheres se mantêm distantes dos centros de decisão, salvo raras exceções. Assim, embora o grau de subordinação feminina varie de uma cultura para outra, a dominação masculina é ainda hoje um fato.

Um dos enfoques mais recentes nas pesquisas de gênero é o de empoderamento, que se alinha com o pensamento feminista radical, que centra a sua análise nas desvantagens de gênero e nas relações de poder nelas implícitas.

No campo dos estudos de gênero, o empoderamento é uma categoria analítica muito importante, que agrupa diferentes preocupações quanto ao impacto do desenvolvimento nas mulheres e que congrega aportes teóricos de diferentes disciplinas, como psicologia, antropologia, ciência política, sociologia, educação, direito, administração e economia.

A construção do conceito relaciona-se com o tema do poder e com as relações das mulheres com este. Como se sabe, o tema do poder tem ocupado um lugar central nos debates das ciências sociais. Discute-se sobre a inclusão e a exclusão, sobre a gama heterogênea de sujeitos sociais que aspiram participar e ter uma identidade social definida na complexa arena do poder e sobre os desafios que as mulheres têm de enfrentar para inverter os esquemas que as deixam à margem dela.

A noção de empoderamento exprime a idéia de que as mulheres podem decidir sobre sua própria vida tanto nos espaços públicos quanto privados, bem como exercer poder em locais onde são tomadas decisões acerca das políticas públicas e de outros acontecimentos relativos aos rumos da sociedade.

Outra questão importante a respeito do empoderamento é que ele é um processo relacional, no sentido de que envolve vínculos com outros atores. Ou seja, para analisar o processo de empoderamento é preciso ter um olhar além do indivíduo e pensar nas relações sociais, no contexto e nas relações de poder nas quais o indivíduo está inserido. É também, conflituoso, porque diz respeito a situações de dominação – explícitas ou implícitas – e à busca de

mudanças nas relações de poder. Assim, o empoderamento leva a mudanças da posição tanto individual como coletiva.

Para o estudo do empoderamento feminino, um importante aspecto a ser considerado é a crescente inserção e participação das mulheres no mundo do trabalho, assim como sua atuação nas instâncias decisórias das políticas públicas e em organizações não-governamentais que lutam por uma transformação social. Esses fatores garantiram a inserção significativa das mulheres na esfera pública. Com a valorização da independência feminina pelo movimento feminista, o discurso do trabalho feminino como meio para a autonomia da mulher ganhou força, com base no pressuposto de que este lhe daria mais independência em relação aos pais e ao marido.

Nas últimas décadas, a taxa de atividade feminina tem sido gradualmente incrementada e vem sendo acompanhada por outras estatísticas favoráveis à qualidade de vida feminina, como controle da fecundidade e aumento na esperança de vida e no nível educacional das mulheres. Essas transformações podem abrir caminho para um processo de empoderamento pelo qual a submissão feminina seja substituída por condições sociais mais igualitárias entre homens e mulheres.

O grande desafio deste trabalho, e também a sua maior contribuição, é que os estudos sobre gênero têm voltado o seu foco para as mudanças que estão ocorrendo nas relações de gênero ou sobre aquelas que ainda precisam ocorrer. Há diversos estudos que relatam que as mulheres estão chegando ao poder. Alguns chegam a investigar como é a atuação dessas mulheres no poder e os desafios que elas enfrentam. Mas são raros aqueles que investigam o processo de empoderamento, ou seja, como se dá esse caminho da subordinação de gênero à ação social.

O objetivo principal desse estudo é compreender o processo de empoderamento de mulheres que ocupam cargos de alto escalão na administração pública e de empresas em Belo Horizonte.

Este estudo tem como objetivos específicos sistematizar o referencial teórico do empoderamento e oferecer um plano de análise para estudos futuros; identificar semelhanças e diferenças entre as histórias de vida das mulheres entrevistadas e identificar os fatores impulsionadores e restritivos ao empoderamento feminino.

O presente estudo está estruturado em nove capítulos. Nos quatro primeiros, são apresentadas as escolhas teóricas e o plano de análise utilizados como suporte para a discussão dos dados coletados. No capítulo 5 são apresentadas as estratégias metodológicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Nos capítulos 6 a 8 são apresentados os resultados das pesquisas e no capítulo 9, formulam-se as considerações finais.

1 RELAÇÕES DE GÊNERO

1.1. Gênero: uma construção social

A discussão sobre o empoderamento das mulheres baseia-se em um conceito fundamental para o debate da equidade entre os sexos: o de gênero. O seu uso vai muito além do significado literal e explica características específicas, que em cada cultura são definidas como do masculino e do feminino, construídas como uma relação de poder.

Na teorização feminista, o termo *sexo* designa as características anatômicas dos corpos; isto é, diferencia somente se uma pessoa nasceu macho ou fêmea. Não serve para definir o que se considera masculino ou feminino. Desse modo, o termo *sexo* reporta a um significado biológico, ao passo que o termo *gênero* é utilizado na perspectiva de relações e representa uma construção social. Os estudos de gênero vêm obtendo legitimidade acadêmica, mas há que se ressaltar que em muitos casos o uso da palavra *gênero* simplesmente substitui a palavra *mulher*. Isso é um erro, já que esse conceito é relacional e baseado na construção social sobre os papéis de ambos os sexos. Assim, a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens e vice-versa.

A construção social de gênero é o processo em que é atribuído sentido para as noções de masculino e feminino, e para as práticas pelas quais os significados da diferença social são produzidos. O gênero é a categoria que explica a relação de poder entre os sexos e oferece a dimensão social da desigualdade com base na naturalização e biologização (OLIVEIRA, 1999). Dessa forma, as diferenças entre homens e mulheres são deslocadas do plano biológico

(sexo) à esfera social (gênero), de modo que o fato de ser homem ou mulher se converte em um sistema de obrigações, direitos e proibições, diferentes para um e outra (BAHIA e FERRAZ, 1999)

Benería (1987) acrescenta que o gênero é um processo histórico, que se desenvolve em diferentes níveis, como o Estado, o mercado de trabalho, as escolas, os meios de comunicação, a lei, a família e as relações interpessoais, e configura-se como um conjunto de crenças, características pessoais, atitudes, sentimentos, valores, condutas e atividades que diferenciam homens e mulheres. Stratern (1987) ressalta que as mulheres constroem o seu mundo social de forma distinta dos homens, porque ocupam uma posição desigual na sociedade em relação aos homens, apresentando, assim, diferentes pontos de vista, interesses e modelos da realidade social.

Existem duas dimensões fundamentais que devem ser consideradas a partir do conceito de gênero, conforme esclarece Scott (1990): a primeira, como elemento característico das relações sociais baseadas nas diferenças perceptíveis entre os sexos e que se baseiam em ideais culturalmente desenvolvidos do que é constitutivo da identidade do masculino e do feminino, evocando aspectos simbólicos e mitos; a segunda como forma básica de representar as relações sociais, culturais e simbólicas, estruturadas nas relações de poder, em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis. Dessa forma, as relações de gênero representam um processo contínuo e descontínuo da produção de poder do homem e da mulher em cada cultura e sociedade (SCOTT, 1990). Segundo a autora, as mudanças nas relações sociais correspondem a mudanças nas representações de poder, sendo que a direção dessas mudanças não segue sempre um sentido único. E é assim, de forma

recíproca, que os significados de gênero e poder se constroem e se refletem nas condições das mulheres.

1.2. A perspectiva de gênero nas organizações

A inserção do tema “gênero” nos estudos organizacionais relaciona-se ao interesse de teóricos que se concentraram nas relações entre a cultura e a ideologia das organizações e entre as organizações e a sociedade. Durante muito tempo, as pesquisas sobre as práticas sociais e culturais nas organizações ignoraram as relações de gênero como parte de seus objetos (SOUZA-LOBO, 1989). Entretanto, os movimentos feministas e a inserção de mulheres no desenvolvimento de pesquisas, dentre outros fatores, criaram condições para que essas questões fossem analisadas a partir de novos enfoques (MELO 2002).

Referindo-se aos estudos sobre gênero e trabalho na sociedade latino-americana, Bruschini (1998) considera que, apesar de a temática do trabalho feminino ter aberto espaço para estudos sobre a mulher na academia brasileira, foi o fortalecimento do feminismo como movimento social que propiciou a legitimação da condição feminina como objeto de estudo. A partir da década de 1980, os estudos sobre gênero ganharam força, justamente quando as estatísticas passaram a revelar a presença da mulher em cargos de gerência e direção nas organizações.

É importante lembrar que a presença de pequeno número de mulheres nos altos escalões organizacionais ou, mesmo, a discussão do fenômeno do teto de vidro¹ pode significar uma lembrança desconfortável para a maioria masculina quanto à pressão para a divisão dos recursos de poder e dos privilégios com o grupo de mulheres previamente excluído dessa posição de destaque (STEIL, 1997). Atualmente, observa-se que as organizações já aceitam a presença feminina em posição de comando, mas o conflito entre o universo masculino e o feminino está longe de ser resolvido. A lógica das organizações está baseada em valores masculinos, e esta lógica ainda é um obstáculo para a ascensão das mulheres. A pouca valorização da mulher expressa-se na dificuldade de ascensão profissional e na desigualdade salarial. Não se trata de simples supressão da mulher dos quadros administrativos, mas de uma inclusão subalterna (BETIOL, 2001).

A dificuldade para aceitar as mulheres em cargos de direção está relacionada à tradição cultural, que privilegia a esfera doméstica como espaço feminino, e à representação da mulher como desprovida de atributos como autoridade, comando, combatividade, dinamismo, objetividade e audácia, características ressaltadas como fundamentais ao exercício do poder e fundamentadas a partir do modelo racional burocrático de gestão organizacional (BAHIA e FERRAZ 1999). Bruschini e Costa (1992) ressaltam que a situação da mulher na divisão social do trabalho é definida a partir de suas funções biológicas. Assim, o trabalho feminino fica marcado por entradas e saídas do mercado, devido ao frágil equilíbrio entre atividades produtivas e funções reprodutoras, que as mulheres precisam manter para garantir a sobrevivência e o bem-estar da família.

¹ O conceito do teto de vidro (glass ceiling phenomenon) foi introduzido na década de 1980, referindo-se a uma barreira invisível que dificulta a ascensão das mulheres a níveis mais elevados na hierarquia.

Analisar a ascensão de mulheres a cargos de poder fora das características tradicionais de submissão que ainda prevalecem significa, segundo Belle (1993), compreender os mecanismos sobre os quais são produzidas as diferenças entre homem e mulher no mundo das organizações. A autora reforça que as empresas precisam ser mais pesquisadas nas questões de gênero. Porque nelas as mulheres estão marcadas pelo estigma sexual e isso significa que o fato de já ser possível entrever uma possibilidade de flexibilização dos valores tradicionais nas organizações com a participação feminina em postos de comando não quer dizer que, concretamente, tenha havido mudanças significativas na dinâmica interna da organização.

Bahia e Ferraz (1999) defendem que outras formas de organização do trabalho e do tempo poderiam permitir a administração das esferas profissional e familiar de forma mais racional. Assim, o estabelecimento de horários de trabalho flexíveis e a divisão de tarefas com os homens poderiam diminuir a sobrecarga feminina, facilitando uma melhor integração feminina ao mercado de trabalho.

Além da dificuldade de conciliação das tarefas domésticas e profissionais, as mulheres ainda encontram outros desafios quando entram para o mercado de trabalho. Ao observar as habilidades aprendidas pelas mulheres nas culturas latinas e que fazem parte das formas esperadas de atuação feminina, notam-se além de formas desejáveis de solidariedade entre as pessoas, formas flexíveis e integradas de atuação (MIRANDA, 2006). Tais características são, hoje, objeto de propostas organizacionais nas mais modernas práticas de gestão. Entretanto, apesar de parecer uma vantagem das mulheres nas organizações, esses papéis femininos são considerados naturais pela sociedade, e assim, perdem valor de mercado. Para as mulheres, acaba sendo sugerido que, ao ingressarem no sistema produtivo assumam padrões de conduta características do papel de gênero masculino (BETIOL, 2001).

Outro aspecto importante que é preciso levar em consideração nas questões de gênero nas organizações e que é, segundo Betiol e Tonelli (1991), o componente diferenciador da relação entre a mulher e o homem na organização: a sexualidade, associado ao temor de sua utilização indevida. Daí surgem as piadas e brincadeiras, feitas especialmente por homens que não aceitam bem a ascensão feminina no ambiente empresarial, preconceitos sobre o uso da sexualidade feminina para atingir o topo, e os comentários de que a mulher se comporta como homem. Devido a essa dificuldade de lidar com a questão da sexualidade no ambiente de trabalho, a mulher enfrenta uma contradição: tem que pensar, agir e trabalhar “como homem” para ser respeitada, mas para ser amada precisa apresentar as características que desde a antiguidade são atribuídas às mulheres, como ser feminina, delicada e atenciosa (BETIOL e TONELLI, 1991).

Pesquisa realizada por Chênevert e Tremblay (2002) aponta motivos que podem explicar por que a carreira feminina, em média, tem menor sucesso em comparação com a masculina. Segundo os autores, o capital humano, os investimentos no trabalho e as expectativas de recompensa, a família, os fatores socioeconômicos, além de questões estruturais são determinantes. A primeira questão - o capital humano - significa que os indivíduos que investem mais em educação, experiência e treinamento são aqueles que obtêm mais opções na carreira. Como os homens, historicamente, são mais incentivados e apoiados a investir em sua carreira profissional que as mulheres, essa teoria tenta explicar a variação em termos salariais entre homens e mulheres, além das diferenças em termos de participação em níveis hierárquicos mais altos (TANURE, NETO e ANDRADE, 2006).

Quando se trata da família, os estudos de Chênevert e Tremblay (2002) apontam que ela produz forte impacto no sucesso na carreira de homens e mulheres, porém de forma

diferenciada. Segundo os autores, os executivos são mais favorecidos do que as executivas com o casamento, uma vez que a mulher casada que não está inserida no mercado de trabalho pode ser considerada como um recurso adicional ao marido, possibilitando que ele invista na carreira. Já o contrário não parece ser verdadeiro. Segundo Neumark e McLennan (1994), mulheres casadas e com filhos pequenos tendem a investir mais em suas famílias e menos na carreira.

Os valores culturais introjetados pelas mulheres também são muito importantes para o seu investimento no trabalho e carreira, assim como a sua percepção do fracasso, conforme afirmam Chênevert e Tremblay (2002). Betiol e Tonelli (1991) esclarecem que o fracasso profissional feminino pode ter um peso menor do que o masculino, uma vez que pode estar ligado ao medo de não cumprir um papel extremamente valorizado pela cultura brasileira, que é o de mãe e esposa. Assim, há respaldo social para o fracasso da mulher na carreira e em sua volta ao lar, o que não ocorre com homem.

2 EMPODERAMENTO FEMININO

Este capítulo tem por foco uma das teorias mais recentes nos estudos de gênero: o empoderamento, que agrupa diferentes preocupações quanto ao impacto do desenvolvimento nas mulheres, quanto à necessidade de redistribuição do poder, e congrega aportes teóricos de diferentes disciplinas.

A palavra *empoderamento*, segundo Martins (2003), tem origem no termo da língua inglesa *empowerment*. Seu uso tem sido ampliado para o espanhol (*empoderamiento*) e para o português. Apesar de ter ficado mais conhecida recentemente, a palavra *empoderamento* não é tão nova assim: a edição de 1958 do *Dicionário Caldas Aulete* registra o verbo *empoderar-se*, como sinônimo de “apoderar-se, apossar-se”, e o adjetivo *empoderado*, significando “tornado mais poderoso, crescido em poder”. Pelo seu prefixo, *empoderar* significa *ação*, sendo que, no sentido atual, o empoderamento quer dizer a transformação de um sujeito em ator social, por meio de processos que variam de acordo com a situação e o contexto (MARTINS, 2003).

Segundo Antunes (2002), o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, nos anos 1970, juntamente com a bandeira do poder negro, como uma forma de autovalorização da raça e de conquista da cidadania plena. O termo começou a ser utilizado pelo movimento feminista ainda nessa década, compreendido por elas como a alteração dos processos e estruturas que reduzem as mulheres à posição de subordinada aos homens. A partir de meados da década de 1980, o termo *empoderamento* vem-se popularizando. Mas sua disseminação só ocorreu recentemente, embora o conceito

seja ainda difuso e pouco claro na maior parte dos trabalhos que o utilizam (MARTINS, 2003).

Justamente por apresentar uma vasta possibilidade de empregos da palavra, em muitos casos, ainda existe certa confusão acerca das implicações do empoderamento das mulheres nos assuntos organizacionais, sociais, econômicos e políticos. Entretanto, implícita nos diferentes usos da palavra *empoderamento* está a noção de pessoas obtendo poder sobre suas próprias vidas e definindo o próprio planejamento. Está, geralmente, associado aos interesses dos desprovidos de poder e pressupõe-se que seja uma expressão de mudança desejada (LEÓN, 2001).

Os estudos sobre gênero já tiveram a atenção mais voltada para o bem-estar, questões de salário e tratamento igualitários em relação aos homens. Mas atualmente a discussão amplia-se e passa a considerar as relações entre os sexos, que trazem, embutidas, relações de poder, que é distribuído desigualmente, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização social (BAHIA e FERRAZ, 1999). A discussão sobre o empoderamento das mulheres surge como resultado de muitas críticas e debates importantes gerados pelo movimento feminista em todo o mundo. Percebeu-se que as estratégias de desenvolvimento e as intervenções de base não obtiveram um progresso significativo no melhoramento do status das mulheres. As falhas foram atribuídas principalmente aos enfoques de bem-estar, de pobreza e empresarial, que não resolvem os problemas estruturais que perpetuam a opressão e a exploração das mulheres (BATLIWALA, 1997).

Não muito tempo atrás, as tarefas em que os movimentos feministas se empenhavam primordialmente envolviam o esforço para obter um tratamento melhor e mais justo para as mulheres. A concentração era mais sobre o bem-estar, mas os objetivos, aos poucos,

evoluíram e ampliaram-se para enfatizar o papel ativo da condição de agente das mulheres (SEN, 2000).

Sen (2000) destaca que essa ampliação é nevrálgica e que se, de um lado a busca pelo empoderamento feminino não pode desconsiderar a importância de resolver as desigualdades que arruinam o bem-estar das mulheres, de outro, qualquer experiência prática voltada para aumentar o bem-estar feminino não pode ignorar a atuação das próprias mulheres para ocasionar tal mudança. Assim, os aspectos do bem-estar e da condição de agente apresentam um cruzamento substancial, mas diferem em sua essência, uma vez que o papel de uma pessoa como “agente” é fundamentalmente distinto do papel dessa mesma pessoa como “paciente”.

Para o autor, ver as mulheres como pessoas que necessitam de bem-estar é importante. Mas, se restringir a isso, implica uma concepção restrita delas como sujeito. Portanto, compreender o papel da condição de agente é fundamental para reconhecer os indivíduos como sujeitos responsáveis, que podem agir ou se recusar a agir, ou optar por agir de um modo e não de outro e que precisam assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer as coisas (SEN, 2000).

Sob esses aspectos, a mudança no ponto de vista dos movimentos feministas – de uma visão extremamente focada no bem-estar para uma visão que defende a condição de agente ativa da mulher – constitui uma ampliação crucial às preocupações anteriores, sem significar uma negação a essas preocupações. A carência relativa de bem-estar das mulheres, por certo, estava, e está, presente no mundo em que vivemos e tem importância visível para a justiça social. Além disso, o papel limitado da condição de agente ativa das mulheres afeta a vida de todas as pessoas: homens e mulheres, crianças e adultos.

Percebeu-se que para uma maior equidade entre homens e mulheres é necessário mais que bem-estar (SEN, 2001). Assim, o empoderamento tem a ver com o processo de desafio das relações de poder existentes e de obtenção de maior controle sobre as fontes de poder (BATLIWALA, 1997; LEON, 2001; ROMANO, 2002).

Essa ampla definição tem sido refinada pelos estudiosos e ativistas feministas. Hoje, passa a referir-se a uma gama de atividades que vão desde a afirmação individual até a resistência coletiva, o protesto e a mobilização para desafiar as relações de poder. Ou seja, para os indivíduos e os grupos em que a classe, a raça, a etnia e o gênero determinam o acesso aos recursos e ao poder o empoderamento começa com o reconhecimento das forças sistêmicas que oprimem e a atuação para mudá-las (BATLIWALA, 1997). Assim, a noção de empoderamento feminino exprime a idéia de as mulheres poderem decidir sobre sua própria vida nos espaços públicos e privados, bem como exercer poder nos espaços em que são tomadas decisões acerca das políticas públicas e de outros acontecimentos relativos aos rumos da sociedade e que interferem direta ou indiretamente, em seus interesses.

Existem duas perspectivas para se considerar o empoderamento. A primeira é a abordagem que coloca as pessoas e o poder no centro dos processos de desenvolvimento. Ou seja, parte-se da premissa de que a ação social leva à transformação. A segunda é o processo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades percebem sua competência para produzir, criar e gerir, e assumem o controle sobre seus próprios assuntos e sua própria vida, agindo em prol de uma mudança nas relações de poder (ROMANO, 2002).

O processo de empoderamento implica o desenvolvimento das capacidades, no sentido dado por Sen (2000), para superar as fontes de privação das liberdades e para construir novas opções, de modo a terem a possibilidade de escolher e saber como escolher, bem como de

implementar suas escolhas e de beneficiar-se delas. As capacidades são poderes que as pessoas têm para fazer ou deixar de fazer coisas, suas habilidades para isso e as oportunidades reais que têm de fazer o que querem fazer (SEN, 2001). O empoderamento feminino está, então, relacionado ao fortalecimento dos atores sociais, considerando-se que a questão das desigualdades de gênero não se resume à carência ou precariedade de recursos, mas na falta de oportunidades sociais, políticas e econômicas, exigindo uma expansão das capacidades humanas e das liberdades reais. Ou seja, o empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, garantindo a elas autonomia para controlar o próprio corpo, sua sexualidade e seu direito de ir e vir, bem como repúdio à violência, ao abandono e às decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família. Assim, elas deixam de ser apenas receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar e passam a ser vistas como agentes ativos de transformação social que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2000).

3 O EMPODERAMENTO NO MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento feminista tem sido, por natureza, um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Sua história foi pautada por essa multiplicidade, em que os momentos unitários foram efêmeros e com objetivos muito específicos (PINTO, 2003). Entretanto, é possível perceber algumas linhas de atuação bem definidas na discussão feminista. A discussão do empoderamento só faz sentido quando se conhece essas linhas e seus progressos. Duque (2004) apresenta quatro enfoques gerais da teoria feminista, que, de forma esquemática, pretendem explicar a discriminação que as mulheres sofrem e de que forma o movimento atua para melhorar essa situação: o liberal, o marxista, o cultural e o radical.

3.1. Feminismo liberal

De acordo com o pensamento liberal, por razões históricas e econômicas, as mulheres encontram-se em desvantagem, porque não são oferecidas a elas as mesmas oportunidades no mercado. Integrar a mulher plenamente implica dar-lhe igual acesso à educação, à capacitação e ao trabalho, assim como aos recursos econômicos e produtivos. O enfoque liberal da marginalização da mulher é algo que poderia remediar-se pelo esforço de uma melhor incorporação delas aos serviços do estado e à economia de mercado (DUQUE, 2004).

Esse enfoque tem obtido avanços importantes nas últimas décadas. Certamente, a inclusão da mulher como trabalhadora e sua participação no mercado de trabalho – não somente assalariado, mas também de bens e serviços por meio dos pequenos negócios – permitiram-lhe extrapolar seu papel relegado como mãe e esposa, e, mais recentemente, superar algumas

posturas paternalistas que as colocavam como receptoras passivas daquilo que lhe era dado e permitido (DUQUE, 2004).

Apesar desses avanços, não se pode reduzir a justiça de gênero e a equidade para a mulher às políticas contra a pobreza, uma vez que as desvantagens de gênero vão muito além disso. É fato que o discurso da equidade de gênero tem-se institucionalizado e sobrevivido com o argumento da feminização da pobreza. Mas deve-se reconhecer que as políticas contra a pobreza não necessariamente atendem aos temas de gênero, porque a subordinação da mulher não é causada apenas por aspectos econômicos, ainda que seja agravada por eles.

Muitos teóricos defendem que as estruturas econômicas são a base da falta de poder e da desigualdade. Sustentam que o melhoramento nessa dimensão poderia resultar na redistribuição do poder. Entretanto, percebe-se, em situações em que as mulheres têm uma condição econômica equivalente à dos homens, que não necessariamente existe uma igualdade de status (DUQUE, 2004; BAHIA e FERRAZ, 1999; CAPPELLE, 2006).

Existe a evidência de que o fortalecimento do status econômico das mulheres é positivo de muitas formas, mas nem sempre reduz outras cargas ou elimina outras formas de pressão. De fato, com frequência intensificam-se as pressões sobre elas (TANURE, NETO e ANDRADE, 2006). É evidente que as melhorias do estado físico e o acesso a recursos básicos, como água, combustível, comida, cuidado médico e educação, não geram automaticamente mudanças fundamentais na posição das mulheres. Se assim fosse, as mulheres de classe média, com padrão educativo alto, trabalho mais bem remunerado, nutrição adequada e atenção médica, não continuariam sendo vítimas dos abusos físicos de seus maridos nem concordariam em se subordinar à vontade deles (BATLIWALA, 1997).

Apesar dos progressos já obtidos nessa área, ainda existem fatores limitantes à inserção das mulheres no mercado de trabalho, como a necessidade remanescente de conciliar as tarefas domésticas e profissionais. Essa necessidade é inerente ao papel social e histórico atribuído a elas e faz com que, muitas vezes, as atividades profissionais da mulher sejam desenvolvidas em tempo parcial, o que implica a consideração do trabalho feminino como subsidiário ao trabalho masculino e, conseqüentemente, em salários rebaixados em relação aos dos homens (ALVES, 1997). Implica também a sobrecarga da mulher, que, além de trabalhar fora de casa, às vezes em tempo integral, trabalha na própria residência, seja realizando a limpeza, fazendo compras e cuidando dos filhos diretamente ou supervisionando essas atividades quando exercidas por uma empregada ou babá (CRAMER, BRITO e CAPPELLE, 2001; MELO, 2002; TANURE, NETO e ANDRADE, 2006). Essas limitações abrem espaço para a discussão do feminismo socialista-marxista.

3.2. Feminismo socialista-marxista

A segunda visão feminista que procura dar resposta à desigualdade de gênero é a do chamado “feminismo marxista” ou “feminismo socialista”. De acordo com essa perspectiva, as desvantagens de gênero e as do capitalismo são mutuamente dependentes. O fundamento se encontra na separação do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, que produziram as sociedades modernas. Os homens que tiveram acesso à esfera pública, por não terem obrigações com o cuidado da família, obtiveram melhor posição social, garantida pelo seu trabalho no mercado. As mulheres, responsáveis pelo trabalho reprodutivo e, também, de tudo que está relacionado com o cuidado, alimentação e manutenção dos membros da família, foram relegadas à esfera do privado, e seu trabalho, não negociado no mercado, foi desvalorizado e subestimado (DUQUE, 2004). O trabalho feminino está marcado por uma

história de confinamento à esfera privada, numa divisão de tarefas, segundo a qual à mulher cabe o cuidado com a casa e os filhos e ao homem compete prover materialmente a família com seu labor. Essa divisão perdurou por séculos e só começou a ser desconstruída a partir da segunda metade do século passado (NUNES, 2001).

Para Sullerot (1988), a primeira causa de diferenciação da mulher na sociedade é o fato de ela gerar e amamentar os filhos, além de ser considerada fisicamente mais fraca que os homens. Essa diferenciação fisiológica gerou uma divisão das tarefas segundo a qual às mulheres cabiam todos os cuidados com a manutenção da família. Ou seja, além de procriarem, cuidarem dos filhos, da casa e das roupas, as mulheres também produziam alimentos, cuidavam da horta e do pomar, realizavam partos e fabricavam remédios naturais (SULEROT, 1988). Aos homens cabia o provimento das necessidades materiais, que obtinham com o trabalho fora de casa e com sua atuação política.

O problema dessa divisão de tarefas é que engravidar e amamentar não se caracterizam como trabalho, mas como funções naturais, destaca Beauvoir (1980), gerando, muitas vezes, insatisfação feminina com suas próprias características naturais e criando um estereótipo de limitação relacionado às possibilidades de trabalho da mulher.

Nas sociedades da Antiguidade, segundo Sung e Silva (1995), a família se preocupava, em primeiro lugar, com a produção econômica, para a qual as mulheres e os escravos de ambos os sexos eram a força de trabalho. O sistema patriarcal se referia a um sistema de relações sociais, econômicas, culturais e legais entre o varão, chefe de família, e outros grupos (mulheres, meninos e meninas, escravos e escravas) e com a propriedade de terras e animais. Nesses sistemas, assim como no de hoje, o status das mulheres variava segundo a sua classe social. Aquelas de classes dominantes desfrutavam de certos privilégios e comodidades que as

servas e escravas não possuíam. Entretanto, apesar dessa diferença, todas compartilhavam da situação de opressão e de subordinação por parte do chefe da família.

Essa perspectiva apresenta um caráter fundamental para a discussão do empoderamento, uma vez que não é possível ter uma perspectiva de gênero sem abordar uma melhor distribuição social do trabalho reprodutivo e a divisão entre as esferas pública e privada. Este é o tema central do feminismo socialista, o qual tem ocupado grandes debates nos estudos de gênero (DUQUE, 2004).

3.3. Feminismo cultural

O terceiro enfoque é o proposto pelo chamado “feminismo cultural” ou “feminismo da diferença”. De acordo com esta corrente de pensamento, os homens e as mulheres atuam e pensam de uma maneira diferente, devido à formação de sua identidade. As meninas, no seu desenvolvimento, tendem a identificar-se com a mãe. Os meninos, pelo contrário, devem separar-se e diferenciar-se dela para estabelecer sua identidade. Assim, as mulheres desenvolvem mais capacidade de relacionar-se, estabelecer vínculos e estarem ligadas de uma maneira íntima com outros seres humanos, enquanto os homens desenvolvem melhor sua autonomia. Isso leva as mulheres a assumir as relações pessoais de uma maneira distinta dos homens e seus valores a serem determinados pelas necessidades, desejos e interesses do grupo (DUQUE, 2004).

A partir deste ponto de vista, os valores mais importantes para as mulheres são: cuidado, relações e responsabilidade. Os homens, por sua vez, valorizam a autonomia, a independência e a individualidade, valores que lhes atribuem grande reconhecimento na esfera pública tendo se convertido na força do progresso e nos pilares da Modernidade. O que se tem valorizado

socialmente e aceitado como norma é o esquema de pensamento masculino. Como consequência, as mulheres têm se subordinado a essa lógica, limitando suas possibilidades de desenvolvimento (DUQUE, 2004).

Na perspectiva feminista cultural, a forma como as teorias da administração e a gestão empresarial têm se estruturado privilegiam a maneira de atuar e de pensar dos homens. Assim, o conceito de empresa, as técnicas de gestão, o funcionamento dos mercados e os princípios da competência estão baseados em uma lógica masculina. Segundo Duque (2004), se os mercados estivessem desenhados de acordo com os valores femininos, as formas de manejo econômico e administrativo seriam diferentes e provavelmente melhores. Mas deve-se ter em conta que o que é definido como feminino, as qualidades que se associam às mulheres como algo valioso, é também um produto social e, portanto, construído, de alguma maneira, pela sociedade patriarcal.

A incorporação da identidade do sujeito à perspectiva de gênero resolve, de um lado, as relações entre o indivíduo e a sociedade, e permite valorizar o indivíduo e sua ação de mudança na concordância ou oposição às normas, valores e relações. Isso não é determinado pela estrutura, seja esta o conjunto da sociedade, a economia ou o Estado. O indivíduo, homem ou mulher, pode resistir e ser agente de mudanças, de empresa e de equidade. Mas, de outro lado, permite reconhecer que os indivíduos desenvolvem múltiplas identidades, o que permite ao enfoque de gênero não somente integrar os conceitos de classe e raça, educação, diferenças de geração e outras categorias analíticas, como também reconhecer que homens e mulheres apresentam múltiplas e fragmentadas identidades, o que facilita a criação de alianças estratégicas para mudar (Duque 2004).

3.4. Feminismo radical

A última aproximação feminista para a questão de gênero é o chamado “feminismo radical”. Para as feministas radicais, o problema não se resume simplesmente ao acesso desigual aos recursos, às diferenças no modo de atuar e pensar, nem à subvalorização do trabalho das mulheres. O problema real é que os parâmetros nos quais se inserem as mulheres são estabelecidos pelos homens (DUQUE, 2004).

O feminismo radical concentra sua análise nas desvantagens das relações de gênero e sustenta que a estrutura fundamental de poder da sociedade é o gênero. MacKinnon (1999) desenvolve uma forte crítica ao feminismo da diferença e defende o enfoque da dominação, que reconhece as diferenças de gênero como diferença de poder. As feministas radicais se opõem à idéia da diferença exposta pelas feministas culturais. Para elas, as mulheres pensam diferente por terem sido educadas segundo uma estrutura elaborada para satisfazer os desejos dos homens e, como consequência, aprenderam a ser submissas, a privilegiar as relações, a contextualizar e a cuidar dos outros. Do ponto de vista do feminismo radical, é preciso transformar todas as regras do jogo em que atuam as mulheres. O mais importante aporte do feminismo radical se trata de reconhecer que, socialmente, existem relações de dominação de gênero, as quais se apresentam de maneira diferenciada, exercem-se de maneira arbitrária pelos indivíduos e repousam na dinâmica cultural (DUQUE, 2004).

No caso deste trabalho a abordagem do empoderamento tem uma forte influência do feminismo radical, uma vez que busca promover uma alteração das relações de poder que impedem as mulheres de desenvolverem todas as suas potencialidades e agirem conforme os seus interesses.

4 AS DIMENSÕES DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO

Uma das maiores dificuldades associadas ao estudo mais aprofundado do processo de empoderamento e a suas implicações para as organizações e a sociedade é a ausência de uma estruturação teórica consistente. Apesar de ter ganhado destaque nas discussões de gênero mais recentes, esse conceito ainda é vago no que se refere ao processo em que se dá.

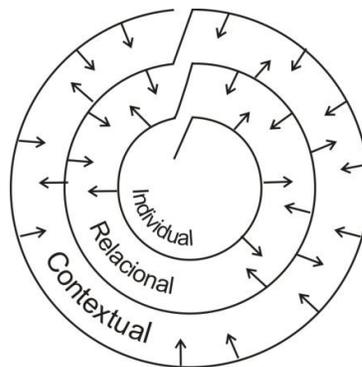
É importante destacar que o empoderamento é um processo conflituoso, porque diz respeito a situações de dominação – explícitas ou implícitas – e à busca de mudanças nas relações de poder, que vai, progressivamente, incorporando os resultados do mesmo. Além disso, como argumenta Leon (2001), para compreender o empoderamento, é preciso verificar que este não é um processo linear, com início e fim definidos, e que ocorre de maneira igual para as diferentes mulheres. O empoderamento difere para cada indivíduo ou para cada grupo de indivíduos, conforme sua história de vida, seu contexto, sua subordinação e sua localização.

Segundo Batliwala (1997), os objetivos do empoderamento das mulheres são desafiar a ideologia patriarcal (dominação masculina e subordinação da mulher), transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e a desigualdade social (família, raça, classe, religião, processos educativos, instituições, sistemas, práticas de saúde, leis, códigos civis e processos políticos) e capacitar as mulheres pobres para que tenham acesso e controle da informação e dos recursos materiais.

Propõe-se aqui pensar o processo do empoderamento em três dimensões – individual, relacional, e contextual – como uma espiral que vai ampliando sua abrangência e é interligada

e perpassada por relações de poder e de gênero. Os três níveis estão intimamente ligados uns aos outros, sendo que um interfere e exerce pressões no outro. Mudanças em uma dessas dimensões acabam gerando mudanças e adaptações nas demais e a ação em uma acaba gerando uma reação da outra. Sendo assim, uma transformação radical na estrutura de poder que mantém esse arcabouço é lenta e gradual, incorporando aos poucos os resultados (LEÓN, 2001). O processo de empoderamento pode iniciar-se em qualquer uma dessas instâncias, mas só se completa quando consegue permear todas elas.

Figura 1 – Dimensões do processo do empoderamento



Fonte: Elaborado pela autora

4.1. Dimensão individual

Na dimensão individual, o ponto de partida é a tomada de consciência pela mulher de que lhe falta meios para realizar seu potencial por completo e o desejo de mudança. Ou seja, o empoderamento pode ser idealizado a partir de um processo de ação social, no qual indivíduos

assumem o controle de suas próprias vidas, pela interação com outros indivíduos, e desenvolvem um pensamento crítico em relação à realidade, o que favorece uma participação ativa na sociedade e possibilita a transformação das relações sociais de poder (R. V. BAQUERO, 2005).

É nesse nível que vai acontecer a subjetivação da mulher, ou seja, a transformação do indivíduo em sujeito, conforme define Touraine (1998). Segundo o autor, no mundo moderno “o princípio central da moralidade se torna a liberdade, uma criatividade que é o seu próprio fim e se opõe a todas as formas de dependência” (TOURAINÉ 1998, p. 222). Assim o sujeito “empurra o indivíduo ou o grupo em busca da sua liberdade através de lutas infundáveis contra a ordem estabelecida e os determinismos sociais” (TOURAINÉ 1998, p. 222).

A preocupação de Touraine (1998) com o enfoque excessivo na racionalidade instrumental alerta para a importância do processo de empoderamento como uma forma de desenvolvimento do homem e de manutenção da sua criatividade e liberdade características. Segundo o autor, “não existe modernidade sem racionalização; mas também não sem a formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade” (TOURAINÉ 1998, p. 215). Para o autor, a racionalidade instrumental é apenas a metade da ideia de modernidade, complementada pela emergência do sujeito como liberdade e como criação.

Touraine (1998) apresenta três conceitos importantes para a discussão do empoderamento no nível individual: indivíduo, sujeito e ator, que devem ser definidos pela relação de um com os outros. O indivíduo é a unidade particular na qual se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência. O sujeito exerce controle sobre o vivido para que tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator, que se insere nas relações sociais,

transformando-as, mas sem jamais identificar-se completamente com nenhum grupo. O ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e, principalmente social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais.

Esses conceitos são importantes na medida em que no mundo moderno cada vez mais é referido um sujeito que está libertado, ou seja, que exerce controle sobre suas ações e sua situação, o que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida e conceber a si mesmo como ator. Dessa forma, “o Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e ser reconhecido como ator” (TOURAINÉ 1998, pp. 219 - 220).

Para Guerreiro Ramos (1981), o indivíduo é um ser que se comporta nas organizações e em sociedade; ou seja, está a eles integrado, representando papéis. Já o ser humano é visto como ator social e sujeito de suas ações e decisões na sociedade. Guerreiro Ramos distingue comportamento e ação afirmando que o primeiro é “uma forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das conseqüências, uma capacidade [...] que o ser humano tem em comum com outros animais. [...] “em conseqüência, o comportamento é desprovido de conteúdo ético de validade geral” (1981, p. 50-51). Já a ação “é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas. Pelo reconhecimento dessas finalidades, a ação constitui uma forma ética de conduta”.

A grande questão que se tem aqui é que sujeito e ator são noções inseparáveis e que resistem conjuntamente a um individualismo que restitui a superioridade à lógica do sistema sobre a do ator, reduzindo este último à procura racional – portanto calculável e previsível – de seu interesse (TOURAINÉ 1998, p. 221). Partindo-se do conceito de empoderamento que defende

a transformação de um indivíduo em ator, é a mulher que deverá estar no centro desse processo. Nesse nível, a partir de um projeto pessoal de ganho de poder e de autonomia ela começa a utilizar a sua criatividade para desafiar as barreiras e dificuldades que encontra para realizar os seus projetos.

A forma como essa ação se dá não segue um mesmo caminho para todas as mulheres, mas se estabelece como um dos principais desafios ao processo de empoderamento. Assim, a autoconscientização da subordinação de gênero e o desejo de liberdade são um ponto crítico para a transformação social (Martins 2003).

É possível notar a semelhança com essa noção no processo que Sen (2000) descreve e na importância que confere à qualidade de agente individual, entendido como alguém que age acarretando mudanças, guiado por valores e objetivos próprios. Assim, nessa qualidade de agente está embutido o potencial de cuidar de si mesmo, isto é, de posicionar-se como sujeito do seu próprio crescimento, assim como a possibilidade de interferir no seu ambiente, como promotor de transformações sociais. O alcance da autonomia e o aumento da força interior, da consciência, da auto-estima, da capacidade de decisão e de liderança, entre outras qualidades, configuram-se como aspectos básicos do empoderamento.

O empoderamento individual diz respeito aos esforços e às iniciativas desenvolvidas pelas próprias pessoas para melhorar suas condições de vida (R. V. BAQUERO, 2005). Esse nível se refere ao aumento da capacidade dos indivíduos de sentirem-se influentes nos processos que determinam suas vidas. A ênfase é no aumento do poder individual, medido em termos do aumento no nível de auto-estima, de auto-afirmação e de autoconfiança das pessoas (BAQUERO e BAQUERO, 2007). O empoderamento individual surge por meio de uma compreensão crítica da realidade social (R. V. BAQUERO, 2005), mas não pode estar

desassociado da transformação mais ampla da sociedade, que será discutida nos próximos níveis.

4.2. Dimensão relacional

A segunda dimensão do empoderamento é a relacional, no sentido de que envolve vínculos com outros atores. Ou seja, para analisar o processo de empoderamento, é preciso ter um olhar além do indivíduo e pensar no contexto e nas relações de poder nas quais ele está inserido. O ponto crucial a ser discutido no nível relacional do empoderamento é que o sujeito só consegue, efetivamente, tornar-se um ator social a partir de suas relações. Nas suas relações interpessoais, ele transforma a sua realidade social e é também transformado por ela, simultaneamente (BERGER e LUCKMANN, 1987, p. 173).

O processo fundamental nesse nível é a socialização discutida por Berger e Luckmann (1987). Esses autores esclarecem como um indivíduo passa a fazer parte da sociedade e constrói a sua identidade por meio das suas relações. Segundo eles:

Na vida de cada indivíduo existe uma seqüência temporal no curso da qual ele é introduzido a tomar parte na dialética da sociedade. O ponto inicial deste processo é a interiorização, ou seja, a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim (BERGER e LUCKMANN, 1987, p. 174).

Isso significa que a construção da identidade e da personalidade do sujeito dá-se com a interiorização, feita a partir da compreensão do outro e da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. Essa apreensão não resulta de criações autônomas de significado por indivíduos isolados, mas começa com o fato de o indivíduo “assumir” o

mundo no qual outros já vivem e somente após ter realizado este grau de interiorização é que se torna membro da sociedade (BERGER e LUCKMANN, 1987).

Nesse processo de construção da identidade, o indivíduo passa por duas fases de socialização: a primária e a secundária. A socialização primária é aquela que ele experimenta na infância e em virtude da qual se torna membro da sociedade. É nesse momento que apreende a linguagem, as regras de comportamento social e os códigos de vestuário, entre outros. Essa socialização é considerada a mais forte e a mais interiorizada pelo indivíduo, porque a criança não interioriza o mundo apresentado pela sua família como sendo um dos muitos mundos possíveis, mas como o único mundo existente e concebível. É por isso que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firme na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias (BERGER e LUCKMANN, 1987).

É importante destacar que, apesar de a realidade subjetiva ser construída a partir de uma realidade objetiva preexistente, a simetria entre ambas não pode ser completa. As duas realidades correspondem uma à outra, mas não são coextensivas, porque nenhum indivíduo interioriza a totalidade daquilo que é objetivado como realidade em sua sociedade, assim como há sempre elementos da realidade subjetiva que não se originaram na socialização. Os autores ressaltam que a biografia subjetiva não é completamente social e que o indivíduo apreende a si próprio como um ser ao mesmo tempo interior e exterior à sociedade (BERGER e LUCKMANN, 1987).

No nível relacional, são cruciais para o processo de empoderamento as influências familiares e os valores culturais transmitidos durante a criação na infância e juventude. É nesse período que as meninas começam a interiorizar os tabus sociais e culturais, as superstições, as hierarquias entre as mulheres no interior da família, os condicionamentos, os retraimentos, as

limitações da mobilidade física, a discriminação de alimentos e outros recursos familiares, além do controle da sua sexualidade. Tudo isso leva-as a participar de sua própria opressão, por meio de um tecido complexo de relações de poder (SCOTT, 1990). De outro lado, podem ter como modelo uma família em que as mulheres têm mais poder de decisão, maior acesso aos recursos materiais e à mobilidade física, e assim ter uma identidade mais alinhada com o processo de empoderamento (SEN, 2001).

A socialização secundária é o processo subsequente, que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sua sociedade. Como a socialização primária tem, em geral, para o indivíduo o valor mais importante, a estrutura básica de toda socialização secundária deve assemelhar-se de alguma forma à da socialização primária (BERGER e LUCKMANN, 1987).

Na socialização secundária, o indivíduo interioriza “submundos” institucionais ou baseados em instituições. Esses submundos são tão extensos ou complexos quanto à complexidade da divisão do trabalho e à concomitante distribuição social do conhecimento do círculo social no qual o indivíduo está participando. Essa socialização justifica-se na medida em que determinadas pessoas se tornam portadores institucionalmente definidos de um conhecimento especial baseado na divisão do trabalho. O indivíduo precisa aprender e interiorizar códigos e conhecimentos determinados para ocupar uma posição nessa divisão (BERGER e LUCKMANN, 1987, p. 186).

É na socialização secundária que o indivíduo vai adquirir os conhecimentos necessários para o cumprimento do seu papel na sociedade. Ela tem uma função importante no processo de empoderamento das mulheres, uma vez que é nesse nível que se situam as influências da educação formal, da escola que a mulher frequentou, dos conteúdos a que teve acesso e dos

professores que serviram como espelho e inspiração. A educação é um pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres na sociedade, constituindo-se como um dos meios mais importantes de emancipar a mulher com saber, habilidades e autoconfiança necessários para uma plena participação na esfera pública. Se as mulheres não tiverem uma formação escolar de qualidade, com conteúdo comparável à recebida por meninos e homens, não conseguem ter acesso aos empregos mais bem pagos do setor formal e tampouco obter avanços na carreira, participação, representação no governo e influência política (LOPEZ-CLAROS e ZAHIDI, 2005).

Sen (2000) defende que as sociedades precisam ver as mulheres menos como receptoras passivas de ajuda e mais como promotoras ativas de transformação social. Essa visão tem forte apoio em evidências que sugerem que educação, emprego e direitos de propriedade de mulheres exercem influência importante em sua capacidade de controlar seu próprio ambiente e contribuir para o desenvolvimento econômico.

Barroso (2004) argumenta que mulheres com níveis educacionais mais altos, em geral, têm mais habilidade de melhorar a própria qualidade de vida e a de suas famílias. Além disso, estão mais bem preparadas para aproveitar as conveniências e os serviços disponíveis e, também, originar oportunidades alternativas e meios de apoio para elas próprias e para suas famílias. A autora afirma que os efeitos da educação no empoderamento da mulher manifestam-se de formas variadas, incluindo a ampliação da potencialidade de geração de renda, da liberdade nas decisões pessoais, do domínio sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública. Esses efeitos, no entanto, não são automáticos e dependem de circunstâncias específicas e do contexto social, do nível de desenvolvimento econômico, da situação do mercado de trabalho e do grau de estratificação sexual na cultura predominante.

Lopez-Claros e Zahidi (2005) alertam que se o conteúdo do currículo educacional e as atitudes de professores servirem meramente para reforçar estereótipos e injustiças prevalentes a alfabetização e a educação não serão empoderadoras. Para que a escolaridade deve seja catalizadora de mudança nas relações de gênero e de formação de mulheres que assumem seu papel como ator social, deve ser dispensada atenção adequada ao conteúdo curricular e os responsáveis que ministrarão esse conteúdo devem estar preparados para isso.

Outro aspecto importante a destacar no nível relacional é a participação em grupos sociais que servem de apoio e incentivo para o desenvolvimento das potencialidades femininas, os quais podem contribuir para a desconstrução dos conceitos de subordinação feminina interiorizados na infância (NOVELLINO, 2006). Esses grupos são de natureza variada, como ONGs, associações de bairro e movimento estudantil, os quais dão suporte para que as mulheres possam se fortalecer para lutar pelos seus próprios projetos (PINTO, 2006).

Ainda na dimensão relacional, incluem-se as experiências profissionais da mulher, o tipo de socialização encontrada por elas nas empresas em que trabalham, as oportunidades de autonomia, ou não, e os preconceitos encontrados que reforçam ou desconfirmam os valores introjetados na infância. Esse aspecto é muito importante para a análise do empoderamento, uma vez que a autonomia profissional feminina acaba por promover efeitos também sobre a vida familiar, e favorece ou permite que as mulheres rompam uniões, assim como reduzam ou controlem o número de filhos e repassem os valores de autonomia para seus descendentes (SEN, 2000). É importante destacar que o empoderamento via mercado de trabalho pode parecer um benefício para as mulheres, devido ao maior poder de barganha na relação familiar, mas de outro lado, pode acarretar um acúmulo de tarefas juntamente com as outras atividades domésticas transformando-se em sobrecarga de trabalho (ARRIAGADA, 1997).

Todas essas instâncias de socialização na dimensão relacional serão diretamente influenciadas, moldadas e modificadas pelo sistema cultural, legal e de mercado existente na sociedade em que o indivíduo está inserido, o que conduz para a terceira dimensão de análise do empoderamento: a contextual.

4.3. A dimensão contextual

A terceira dimensão de análise do empoderamento diz respeito aos sistemas culturais, legais, sociais, econômicos e de mercado da sociedade em que o indivíduo se insere. O processo de empoderamento da mulher vai ser mais complexo ou mais simples dependendo de como a sua sociedade o assume como importante e necessário. Lopez-Claros e Zahidi (2005) fizeram um levantamento de dados estatísticos em 58 países sobre as disparidades de gênero e apresentaram um panorama de como o contexto em que a mulher vive interfere em seu processo de empoderamento.

Diversos aspectos foram levantados pelos autores a respeito da situação da mulher no mundo. Segundo Lopez-Claros e Zahidi (2005), em muitos lugares do mundo o estupro não é considerado crime, permanece impune e continua a ser usado como arma de guerra. Mesmo em países altamente desenvolvidos, violência de todos os tipos contra a mulher faz parte da rotina e acaba desconsiderada pelas autoridades. Em algumas partes do mundo são utilizados testes genéticos para determinar o sexo do feto para, assim, abortar os fetos femininos. Em outras, os bebês do sexo feminino são queimados vivos.

Casamento forçado e *bride-burning* (o noivo e sua família ateam fogo na noiva, por motivos absurdos, principalmente por insatisfação com o dote) ainda são práticas comuns no

subcontinente asiático. Na África, a mulher corre 180 vezes mais risco de morrer de complicações da gravidez do que na Europa ocidental.

Outra questão discutida no relatório de pesquisa de Lopez-Claros e Zahidi (2005) é a representação feminina das instâncias de decisão nos governos, que é pequena nos escalões inferiores e muito rara nos escalões superiores. Isso significa que prioridades nacionais, regionais e locais são definidas sem a participação significativa de mulheres.

Alvarez (1990) faz uma análise das relações de gênero, na tentativa de compreender a atuação política das mulheres, buscando um avanço na compreensão da relação entre a transformação social e o papel representado por elas. Para a autora, o conceito de gênero é, histórica e culturalmente, variável, podendo, portanto, ser potencialmente alterado por meio da luta política e das políticas públicas (ALVAREZ 1990).

É nesse sentido que (Araújo 1992) analisou a participação das mulheres na vida pública:

Quando esta arena é o Estado, parte-se da afirmação de que ele não é neutro em relação ao gênero. As feministas tem afirmado que o Estado e as arenas políticas tradicionais (partidos políticos, eleições, etc.) contribuem diretamente para a institucionalização e manutenção do “status” subordinado da mulher na família, no mercado e na vida política, mas não há como negar que as instituições políticas e suas políticas públicas são também arenas potenciais de transformação das relações de gênero (ARAÚJO 1992, p. 21).

Pode-se observar que a demanda pela mudança de prioridades no governo é manifestada por praticamente todas as organizações de mulheres. Entretanto, para mudar prioridades de gasto e de desenvolvimento, é fundamental a representação de uma massa crítica de mulheres que estão aprendendo, usando e mudando as regras do jogo de tomada de decisão (LOPEZ-CLAROS e ZAHIDI, 2005).

Em muitos países desenvolvidos, em que a equidade básica de gênero parece ter sido alcançada, ainda são percebidas discriminações mais intangíveis contra a mulher, principalmente no que se refere a poder de tomada de decisão, oportunidades iguais de educação, progresso e participação, e condições iguais em toda a trajetória da vida humana. Oportunidades educacionais iguais, por exemplo, não se concretizam se mulheres não fazem parte da força de trabalho. Entrar no mercado de trabalho, em si, não significa que as mulheres não serão “guetizadas” ou não encontrarão um “teto de vidro”. Existe a possibilidade de o trabalho de qualquer natureza não ter importância alguma caso as condições oferecidas sejam intoleráveis, configurem risco à vida ou tenham de ser sustentadas diante de cargas adicionais além das horas do trabalho remunerado (LOPEZ-CLAROS e ZAHIDI 2005).

De acordo com a pesquisa de Lopez-Claros e Zahidi (2005), nenhum país, não importa quão avançado seja, atingiu verdadeira equidade de gênero. Ou seja, as disparidades de gênero existem até em países sem evidente dominação masculina.

Ou autores constataram que mesmo nos países em que foi alcançada uma equidade básica, é possível perceber uma “guetização” do trabalho feminino, que constitui um fenômeno que permeia as fronteiras culturais e profissões, e atinge mulheres, virtualmente, em todos os países pesquisados. Por meio dos dados da pesquisa, Lopez-Claros e Zahidi (2005) notaram que internacionalmente, as ocupações das mulheres concentram-se em profissões como enfermagem, magistério, trabalho de escritório e cuidado de idosos e enfermos, e tendem a permanecer em categorias trabalhistas inferiores às dos homens. Notaram que, embora a partir do ano 2000 o número de mulheres em empregos remunerados praticamente se iguale ao de homens, o número delas em posições gerenciais é muito menor. O avanço é lento e desigual

na obtenção desses postos. Além disso, mulheres em cargos gerenciais, muitas vezes, têm diante de si uma opção difícil de fazer entre carreira de sucesso e família (TANURE, NETO e ANDRADE, 2006). Estudo realizado nos Estados Unidos indica que 49% de mulheres bem-sucedidas não têm filhos, em contraste com apenas 19% de seus colegas do sexo masculino (HEWLETT, 2002).

Com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, o discurso do trabalho feminino como meio para a sua autonomia ganhou força, com base no pressuposto de que este lhe daria mais independência em relação aos pais e ao marido (ROSEMBERG, 1994).

Nas últimas décadas, a taxa de atividade feminina tem sido gradualmente incrementada e vem sendo acompanhada por outras estatísticas favoráveis à qualidade de vida feminina, como controle da fecundidade e aumento na esperança de vida e no nível educacional. Essas transformações podem abrir caminho para um processo de empoderamento pelo qual a submissão feminina seja substituída por condições sociais mais igualitárias entre homens e mulheres (MELO, MAGESTE e MENDES, 2006).

Há evidências de que o trabalho remunerado vem ocupando progressivamente mais importância no cotidiano feminino e vai cada vez mais se profissionalizando e diversificando no mercado de trabalho, embora ainda permaneçam visíveis desigualdades por gênero (BRUSCHINI, 2000). Nota-se que o contexto experimentado pelas mulheres mais jovens já se apresenta mais favorável a elas, o que pode ser verificado por meio de estudos como o de Leme e Wajnman (2000), que detectam uma tendência de redução das diferenças salariais entre homens e mulheres, apesar de que isso não deve acontecer em um curto prazo.

4.3.1. O contexto brasileiro

Nos cenários nacionais e internacionais, as mulheres têm cada vez mais aumentado seu espaço nas esferas social, política e econômica. Mas é no âmbito da família, considerada o *locus* primário de construção social das relações de gênero, que se têm observado as mudanças mais expressivas. No Brasil, embora já seja possível perceber diversos avanços no sentido de uma maior equidade entre os gêneros e uma cultura mais favorável ao empoderamento feminino, muita coisa ainda precisa ser feita. O relatório de Lopez-Claros e Zahidi (2005) coloca o Brasil em 51º lugar no *ranking* de igualdade de gênero por meio do índice criado por eles, no qual constavam 58 países.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE, as relações entre homens e mulheres no Brasil têm mudado nos últimos anos, com a redução do número de filhos por mulher, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, a contribuição no rendimento familiar e o aumento do número de mulheres como pessoa de referência da família, aspectos que permitem traçar o perfil da mulher brasileira (IBGE, 2007).

Uma das questões mais marcantes observadas nos dados demográficos brasileiros é que, apesar de entre 1996 e 2006 a proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos de idade) com filhos nascidos vivos ter-se mantido praticamente a mesma, o número de filhos por mulher vem se reduzindo. Em 1996, o percentual de mulheres com três filhos ou mais era de 45%, caindo para 36% em 2006. Já o percentual de mulheres com apenas um filho, que era de 25% em 1996, passou para 31% em 2006. É importante destacar que essa redução se dá principalmente nas famílias com maior rendimento *per capita*. O Relatório de Indicadores Sociais do IBGE (2007) revela que entre 1996 e 2006 houve um aumento da proporção de mulheres com filhos que viviam com rendimento familiar até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*,

passando de 69% para 74%. Os dados revelam uma maior quantidade de filhos nas famílias mais pobres, bem como indicam que a redução da taxa de fecundidade mencionada ocorreu, principalmente, entre as mulheres nas famílias com melhores condições de vida, que optam por ter menos filhos, provavelmente para poderem dedicar-se mais à carreira profissional e também garantir melhor qualidade de vida para a família. Vale ressaltar, ainda, que foi na região Sudeste que se observou a maior queda na proporção de mulheres com filhos nas famílias com os maiores rendimentos: de 54% para 46%.

Em relação à escolaridade das mulheres no Brasil, o Relatório do IBGE aponta que nas áreas urbanas a média é de 7,4 anos para a população total e de 8,9 anos para as ocupadas. Já nas áreas rurais, as médias são bem mais baixas e se distanciam consideravelmente das áreas urbanas: 4,5 anos e 4,7 anos, respectivamente.

Quanto aos níveis de ocupação das mulheres, no período de 1996 a 2006 ocorreu um aumento de quase 5 pontos percentuais (p.p.), ao passo que para os homens ocorreu uma redução de cerca de 1 p.p. Para as mulheres, o aumento nos níveis de ocupação foi maior no Sudeste (6,2 p.p.) e na categoria de 40 a 49 anos de idade (11,2 p.p.).

Outra questão observada nas características demográficas de ocupação feminina é que a participação das mulheres no mercado de trabalho tem-se concentrado em quatro grandes categorias ocupacionais, que, juntas, compreendem cerca de 70% da mão-de-obra feminina: serviços em geral, 30,7%; trabalho agrícola, 15%; serviços administrativos, 11,8%; e comércio, 11,8%. No caso das mulheres ocupadas mais escolarizadas, com média de 12 anos de estudo ou mais, a inserção no mercado de trabalho é mais intensa nas atividades de educação, saúde e serviços sociais: 44,5%. Na região Norte, tais atividades chegam a absorver 53% da mão-de-obra feminina mais qualificada. A Rais (RAIS/MTE, 1988-2003) registra

uma participação pequena de mulheres na indústria, 25,1% em 1988 e 27,2% em 2003, e na Construção Civil, 6,2% em 1988 e 7,1% em 2003, mantendo-se os níveis praticamente estáveis por mais de dez anos. Estes setores são ainda considerados guetos masculinos, o que pode ser justificado em parte pelo tradicionalismo dos setores e em parte pelo fato de esses setores demandarem o uso de força física no desempenho das tarefas.

No caso da população masculina mais qualificada, a inserção no mercado de trabalho é mais diversificada e em atividades mais bem remuneradas, o que, de certa forma explica parte da desigualdade entre homens e mulheres no que se refere ao rendimento. Observa-se que 23,6% deles estão em outras atividades, 16,7% na indústria, 15,9% nos setores de educação, saúde e serviço social, 14,7% no comércio e reparação, e 13,3% na administração pública (IBGE, 2007).

O aumento da qualificação feminina tem-se intensificado nos últimos anos, com tendência a continuar aumentando. Em 1996, as mulheres representavam 55% das pessoas que cursavam o ensino superior, passando para 58% em 2006. Esses dados indicam que os homens estão perdendo espaço no processo de escolarização, pelo menos no que se refere à taxa de escolarização superior (IBGE, 2007).

No âmbito da família, as relações entre homens e mulheres também têm passado por algumas transformações. O número de mulheres que são indicadas como a pessoa de referência da família aumentou consideravelmente entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões. Em termos relativos, esse aumento corresponde a uma variação de 79%, enquanto no mesmo período o número de homens “chefes” de família aumentou 25%. Com certeza, um dos aspectos que determina a nomeação pelos membros da família da mulher como a pessoa

de referência está relacionado com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, com a maior contribuição para o rendimento da família (IBGE, 2007).

Apesar de todas as mudanças pelas quais as mulheres estão passando em vários espaços da sociedade e no âmbito da família, um aspecto que ainda demonstra elevado grau de desigualdade entre homens e mulheres no interior dos lares brasileiros é a divisão dos afazeres domésticos. Somente 51,4% dos homens realizam afazeres domésticos, enquanto 90% das mulheres tinham essa atribuição. Para as mulheres, a saída para o mercado de trabalho não significa deixar de fazer tais atividades. Pelo contrário, a participação delas quando ocupadas é ainda maior. A elevada distância entre homens e mulheres com relação a este aspecto não permite afirmar que há uma divisão de tarefas domésticas nos lares brasileiros, embora nos últimos dez anos, os dados indiquem uma maior participação dos homens nos afazeres domésticos (IBGE, 2007).

Outra sinalização da participação feminina na economia do País é a forte participação feminina no perfil dos declarantes de imposto de renda de pessoa física no Brasil. Em 1998, elas já representavam 36% dos contribuintes.

A observação dos dados fornecidos pelo TSE permite perceber que as mulheres já participam das decisões políticas, em número reduzido, é verdade, mas em crescimento. Uma comparação entre as eleições municipais de 2000 e 2004 revela que quanto aos candidatos a prefeito por sexo, a proporção de candidatas do sexo feminino aumentou em relação aos do sexo masculino. Enquanto que no pleito de 2000 as mulheres representavam 7,5% dos candidatos a prefeito em 2004 esse número passou para 9,5%. Nos cargos de vice-prefeito e vereadores, essa participação é maior. Em 2004, as mulheres representaram 15,2% dos candidatos a vice-prefeito e 22,1% dos candidatos a vereador. Em relação aos vereadores

eleitos por sexo, em Minas Gerais, comparando-se as eleições de 2000 e de 2004, os dados mostram que praticamente não houve um crescimento no número de candidatas eleitas. Em 2000, elas representavam 10,5% dos candidatos eleitos, sendo que em 2004 passaram a representar 10,8%.

Dentre os gerentes no Brasil, observa-se que nos últimos anos a porcentagem de mulheres com curso superior em relação ao número total de mulheres gerentes ultrapassou a porcentagem de homens em relação ao número total de homens gerentes. (RAIS/MTE, 1988, 1993, 1998, 2003.) Entretanto, a remuneração média de homens e mulheres difere muito a favor dos homens. Em 1998, a distância entre a remuneração de homens e mulheres como remuneração por seu trabalho como gerente era de, em média, 6,45 salários mínimos. Apesar disso, a diferença salarial tem diminuído gradualmente, tendo chegando a 3,72 salários mínimos, em média, em 2003. Esse fato indica certa tendência de diminuição das desigualdades de gênero.

Como esclarecem esses dados, a inserção da mulher no mercado de trabalho apresenta um quadro de mudança. O maior acesso a cargos de chefia e comando é um exemplo dessa mudança social, que faz parte do processo de empoderamento feminino.

Schmidt, Anhucci e Carloto (2006) alertam que mesmo com tanta importância da mulher para o desenvolvimento econômico e social do País, as políticas públicas no Brasil, na maioria das vezes, não levam em consideração o conceito de gênero, sendo que estas são formuladas e executadas de maneira a reforçar a divisão sexual dos papéis masculino e feminino, mantendo o homem no local público e a mulher no cuidado com a família, ou seja, no espaço privado. Para a incorporação de políticas públicas sociais na perspectiva de gênero, é necessário

possibilitar condições que favoreçam a emancipação política e social das mulheres, como forma de garantir sua plena cidadania, impulsionando a superação da subalternidade feminina.

Garcia (2004) reforça que não se pode ignorar que a cultura brasileira não ensina às mulheres a se defender, a lutar, a exigir. Assim, elas crescem alheias a tais atitudes e mesmo se as desenvolvem na vida pública ou profissional, dificilmente as transpõem para a vida pessoal.

4.4. As relações de gênero e poder

O quarto componente do processo de empoderamento são as relações de gênero e poder que perpassam e interligam as dimensões individual, relacional e contextual. São essas relações de poder que mantêm a coesão do sistema social. As relações de gênero fazem parte dessas relações de poder e a forma como elas são construídas e estruturadas na sociedade vai influenciar o modo como se dá o processo de empoderamento feminino.

A dimensão que a categoria gênero encerra como campo privilegiado da articulação do poder é discutida por Scott (1990). Para essa autora, a referência ao gênero feminino ou masculino não indica somente o conjunto de homens e mulheres diferenciados pelo sexo, já que o termo *gênero* como categoria analítica é parte de um esforço teórico para ultrapassar a mera descrição dessa imagem binária e responder à questão de como ele se articula na esfera social.

Para Sullerot (1988), a primeira causa de diferenciação da mulher na sociedade é o fato de ela gerar e amamentar os filhos, além de ser considerada fisicamente mais fraca que os homens. Essa diferenciação fisiológica gerou uma divisão das tarefas, de forma que às mulheres cabiam todos os cuidados com a manutenção da família. Ou seja, além de procriarem e de cuidarem dos filhos, da casa e das roupas, produziam alimentos, cuidavam da horta e do pomar, realizavam partos e fabricavam remédios naturais (SULEROT, 1988). Aos homens

cabia o provimento das necessidades materiais, que obtinham com o trabalho fora de casa e com sua atuação política. O problema dessa divisão de tarefas é que engravidar e amamentar não se caracterizam como trabalho, mas como funções naturais, destaca Beauvoir (1980), gerando, muitas vezes, insatisfação feminina com suas próprias características naturais e criando um estereótipo de limitação relacionado às suas possibilidades de trabalho.

Os registros históricos revelam que há séculos as mulheres vivem em situação de desigualdade e que as relações sociais e o sistema político, econômico e cultural criaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens. Existem diferenças sistemáticas nas liberdades que homens e mulheres desfrutam, e essas disparidades não são redutíveis a diferenças na renda ou nos recursos. As disparidades de gênero são sustentadas principalmente pela divisão sexual do trabalho, pelo controle do corpo e da sexualidade, e pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e de decisão. Durante muito tempo, essa desigualdade foi tratada como natural e imutável, configurando-se como uma das formas de perpetuar a opressão sobre as mulheres (SUNG e SILVA, 1995; NUNES, 2001; DEERE e LEÓN, 2002).

A própria imagem de Deus está fortemente marcada pela figura masculina. As antigas religiões que adoravam deuses e deusas foram perdendo força no decorrer dos tempos, eliminando suas figuras femininas e concentrando-se nas masculinas. Essa cultura também se mostra transposta para o mundo do trabalho, no qual se percebe o estereótipo do grande industrial ou empreendedor no comando das organizações ou dos executivos de ternos elegantes à frente de centenas de empregados (SUNG e SILVA, 1995)

É no interior da família que se iniciam as relações de autoridade entre homens e mulheres que garantem a supremacia masculina. A relação de poder entre os gêneros apresenta

características sociais que asseguram a sua manutenção. Elas se encontram estreitamente ligadas às relações familiares, sexuais e produtivas, e desempenham um papel condicionante e condicionado (GALLICHIO, 2002).

Um dos desafios para o processo de empoderamento feminino, segundo Martins (2003), é que ao longo dos séculos, o poder de decisão, tanto na esfera pública quanto na família, sempre pertenceu aos homens, restando às mulheres a possibilidade de utilizar estratégias de influência e manipulação a que elas podiam recorrer, e essa assimetria de poder na ordem social vem sendo perpetuada, cultural e institucionalmente.

Segundo Bahia e Ferraz (1999), para transformar essas relações de poder, que mantêm a mulher subordinada, é preciso que elas reconheçam as ideologias que legitimam a dominação masculina e entendam como essas perpetuam sua opressão. O processo de empoderamento das mulheres desafia as relações patriarcais, o que conduz, inevitavelmente, a uma mudança no controle tradicional dos homens sobre as mulheres. Há que se destacar, conforme lembra Batliwala (1997), que existe uma resistência dos homens quando as mulheres competem com eles pelo poder na esfera pública ou quando elas questionam poder, os direitos e os privilégios masculinos na família. Os homens nas sociedades em que já ocorreram avanços no que diz respeito a uma equidade básica entre os gêneros já não têm controle sobre os corpos, a sexualidade ou a mobilidade das mulheres. Por isso não podem renunciar às responsabilidades do trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos, e tampouco abusar fisicamente delas sem receber punição (BATLIWALA, 1997).

As mudanças nas sociedades ocidentais melhoraram a condição das mulheres em relação aos homens, mas não foram radicais. O patriarcalismo ainda é presente hoje na sociedade, por diversas faces. Seja na violência contra as mulheres por parte dos seus companheiros ou pais,

seja nos campos da economia e da política, nos quais se percebe pouca presença das mulheres nos postos de comando ou de decisão (MELO, MAGESTE e MENDES, 2006). Cappellin (1996) acrescenta que as avaliações sobre a configuração do mercado de trabalho têm sinalizado para a ocorrência de uma lenta e limitada transformação na estrutura de desigualdade entre homens e mulheres no Brasil. No entanto, as discriminações nas formas de inserção e segregação profissional perpetuam-se, renovando-se, transformando-se e modificando suas faces. O processo de empoderamento interfere nessa estrutura, transformando-a e remodelando-a, de forma a permitir uma atuação mais autônoma das mulheres.

5 IMPLICAÇÕES DO EMPODERAMENTO FEMININO PARA AS ORGANIZAÇÕES

O fortalecimento da mão-de-obra feminina vem provocando profundas mudanças culturais. Aos poucos, o patriarcalismo se enfraquece, e a mulher começa a dividir as responsabilidades por prover as necessidades do lar. Muitas vezes, assume-as sozinha. De acordo com Fonseca (1996), as transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelos movimentos feministas e pela presença cada vez maior da mulher nos espaços públicos, somadas à crescente queda de fecundidade, à expansão da escolaridade e ao acesso maciço das mulheres às universidades, são fatores que têm influenciado incisivamente no aumento do ingresso das mulheres no mundo do trabalho e também nos altos postos de administração pública e empresarial.

Nas relações de trabalho, a mulher deixou de posicionar-se como vítima, apesar de reconhecer que o poder entre os dois sexos não é equitativo. Além disso, passou a buscar o reconhecimento por meio da competência e a possibilidade de competir de igual para igual, ao contrário de desejar apenas a mera concessão do poder masculino.

Vale ainda destacar alguns estudos sobre a gerência feminina realizados no Brasil. Nesse contexto, podem-se mencionar as pesquisas sobre a inserção da mulher em cargos de gerência no setor bancário (MELO, 2002; SEGNINI, 1995). Essas pesquisas têm, entre outros aspectos, buscado ampliar a compreensão da correlação de forças nas relações de trabalho, caracterizado o perfil das mulheres gerentes, destacado novas tendências na categoria

gerencial e viabilizado propostas alternativas para as organizações quanto à formação e desenvolvimento das gerentes.

O acesso de mulheres a cargos de alta responsabilidade e de topo de organização pode significar que o teto de vidro já tem sido rompido por algumas mulheres. Obviamente, há resquícios da cultura patriarcalista em várias instâncias das relações de trabalho e, portanto, nas relações de gênero. Entretanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho apresenta um quadro de mudança. O maior acesso a cargos de chefia e comando é um exemplo dessa mudança social, que faz parte de um processo maior de empoderamento.

As mulheres deixam de lado o papel e a postura de vítima nas relações de trabalho e passam a valorizar as diferenças e as características femininas, que anteriormente eram consideradas negativas, como diferenciais competitivos no mercado de trabalho. Dessa forma, a cada dia, as discriminações e preconceitos arraigados culturalmente nas empresas e nos trabalhadores vão sofrendo abalos e sendo progressivamente desconstruídos.

Diante de tantas transformações, é importante que também se re-configurem as formas de estudar as relações de gênero, buscando novas abordagens, metodologias e categorias de análise, bem como suas implicações sobre a estrutura social brasileira.

6 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

6.1. Caracterização dos sujeitos da pesquisa

O primeiro desafio do pesquisador que vai realizar um projeto com história de vida consiste em selecionar os sujeitos que participarão da pesquisa e definir quantas histórias de vida são necessárias para atingir o objetivo da pesquisa. Como neste caso as técnicas de amostragem estatística são praticamente impossíveis de serem aplicadas, é preciso estabelecer uma escolha estratégica e uma abordagem tática, em vez de buscar construir amostras aleatórias ou estratificadas (QUEIROZ, 1991). Dessa forma, parte-se da definição dos traços preponderantes que ligam as trajetórias de pessoas e que interessam ao objetivo da pesquisa. Então, estabelecem-se parâmetros para decidir quem deve ser entrevistado.

O número de entrevistas deve ser tal que acumule material que permita comparações, a fim de destacar convergências e divergências (QUEIROZ, 1991). O método mais utilizado para a definição do número e da duração da entrevista é o chamado “critério de saturação”, ou seja, quando o que é falado durante as entrevistas começa a repetir-se e pouca coisa nova e relevante ao tema é acrescentada (BARDIN, 1977; MELO, 2003). A representatividade, nesse caso, não é conseguida pelo grande número de entrevistas mas pela riqueza de informações obtidas.

Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas 3 mulheres que ocupam cargos de alto escalão (1º ou 2º) na administração pública municipal e 5 que ocupam cargos de diretoria e presidência de empresas privadas com mais de 100 funcionários. Para a escolha dos sujeitos

de pesquisa, utilizou-se a técnica da bola-de-neve (BECKER, 1993), partindo de levantamentos feitos pela Internet, em jornais e revistas assim como indicações de colegas da comunidade acadêmica e pelas próprias entrevistadas.

A Entrevistada 1 tem entre 36 e 40 anos, é advogada, sócia institucional de um grande escritório de direito tributário em que ocupa a função de diretora administrativa e de sustentabilidade, recebendo um salário de mais de dez mil reais. Ela está nessa organização há 10 anos, quando entrou recém formada como advogada júnior. Há dois anos se tornou sócia institucional e assumiu a função de diretoria. Ela é casada com um dentista que sente ciúmes quando ela precisa jantar com clientes e tem dois filhos que faz questão de levar todos os dias para a escola. É a única das participantes da pesquisa que ainda tem os dois pais vivos.

A Entrevistada 2 tem mais de 50 anos, é formada em direito e administração de empresas, e tem pós graduação em negócios. Ela está há 11 anos como Diretora Comercial em uma empresa de serviços na área de informática, recebendo um salário de mais de dez mil reais. Ela é casada e tem uma filha, mas fala pouco sobre a família atual. Seu pai abandonou a família quando ela ainda era criança e ela cresceu observando a sua mãe lutando pela sobrevivência e para criar os filhos com dignidade.

A entrevistada 3 tem entre 41 e 45 anos, é assistente social e há 4 anos ocupa a função de secretária municipal, recebendo um salário entre sete e dez mil reais. Quando a entrevista foi realizada ela estava se preparando para deixar o cargo de Secretária Municipal para trabalhar no Governo Federal. A entrevistada 3 ficou órfã de pai quando criança e desde muito cedo ingressou no mercado de trabalho para ajudar a mãe no sustento da família. Ela é separada e tem 1 filho, que segundo ela, foi um dos motivos pelos quais ela segurou um pouco o desenvolvimento de sua carreira profissional, para poder cumprir bem o seu papel de mãe.

A entrevistada 4 tem entre 46 e 50 anos, é médica e há 4 anos ocupa a função de secretária municipal, recebendo um salário entre sete e dez mil reais. Ela está na organização há 17 anos. A entrevistada 4 é filha de uma empregada doméstica solteira e nunca conheceu seu pai. Ela nasceu no interior de Minas Gerais e veio para a capital para estudar por se destacar entre os colegas de escola. Ela afirma que precisa se dedicar integralmente ao trabalho, por ser mulher e por ser negra, para conseguir manter o status e o poder na profissão e por causa disso não se casou nem teve filhos.

A entrevistada 5 tem mais de 50 anos, é dentista, e ocupa o cargo de secretária municipal há 12 anos, recebendo um salário entre sete e dez mil reais. Ela nasceu em uma família rica no interior de Minas e foi criada para se casar assim que terminasse o curso de normalista. Mas ela queria dar um destino diferente para a sua vida do que os seus pais tinham planejado. Veio para Belo Horizonte fazer faculdade de odontologia, militou contra a ditadura militar, foi perseguida durante dez anos, usou três nomes diferentes. Ganhou dos pais o consultório para exercer a profissão de dentista, mas a sua atuação política ocupava todo o seu tempo e ela acabou abandonando a profissão de formação. Ela se casou duas vezes com o mesmo marido, com dois nomes diferentes, mas atualmente está divorciada, tem uma filha e uma neta.

A entrevistada 6 tem mais de 50 anos, é Engenheira Mecânica e foi a primeira mulher a se formar nesse curso pela UFMG. Ela é diretora regional de uma grande empresa da área de informática e ocupa o cargo mais alto da filial de Belo Horizonte, recebendo um salário de mais de dez mil reais. Ela é viúva e mãe de dois filhos. Ficou órfã de pai ainda jovem e teve ajuda dos tios para ter uma boa formação escolar e cultural.

A entrevistada 7 tem entre 41 e 45 anos, é Diretora executiva de uma empresa de prestação de serviços gerais, ela é formada em Administração de Empresas e no período da realização da

entrevista dividia seu tempo entre as grandes demandas da empresa, o seu filho pequeno e o curso de mestrado que ela estava cursando. Foi criada nos moldes patriarcais tradicionais e era considerada a filha mais rebelde da família, recebendo muitas vezes castigos e punições por seu comportamento inadequado para uma mulher. Ficou órfã de pai ainda jovem e assumiu a responsabilidade de ser a provedora da família. Por causa disso acabou adiando o curso superior que ia iniciar e que só conseguiu fazer após se casar e sair da casa da mãe.

A entrevistada 8 tem entre 41 e 45 anos, é diretora de uma empresa de telecomunicações, recebendo um salário entre sete e dez mil reais. Ela é formada em administração de empresas, veio do interior de Minas Gerais para Belo Horizonte estudar. Sua mãe ficou viúva quando ela e seus dois irmãos ainda eram pequenos e sustentou a família trabalhando em casa como costureira.

6.2. Coleta dos dados: construção das histórias de vida

O método utilizado para a investigação do processo de empoderamento das mulheres foi a história de vida, que reforça o papel da pesquisa qualitativa como forma de apreensão da realidade de uma maneira mais abrangente, em relação à importância do relacionamento pesquisador-pesquisado para a riqueza das informações obtidas, sem desconsiderar os possíveis constrangimentos que modelam cada investigação. A história de vida, neste trabalho, foi um instrumento de grande valia para compreender melhor o papel das mulheres nas organizações e sua capacidade de interferir no ambiente e provocar mudanças e na forma como elas estabelecem as suas relações sociais e de poder.

A história de vida é uma ferramenta rica e importante para a análise organizacional, com grande potencial para o desenvolvimento teórico do campo da Administração, principalmente nos estudos sobre gênero, poder, cultura e mudança. A história de vida é uma técnica que se enquadra na abordagem qualitativa que se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças e valores que correspondem a um espaço mais profundo das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, *et al.*, 1994).

Goode & Hatt (1973) afirmam que, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medido continua a ser uma qualidade. É na busca por essa qualidade que novas metodologias surgem como alternativa à metodologia científica tradicional, buscando partir da realidade social na sua complexidade, também dotada de horizontes subjetivos, para depois construir métodos adequados para captá-la e transformá-la (DEMO, 1981). A história de vida é um desses métodos que passaram a ser utilizados como uma forma de enriquecer o conhecimento no campo da administração.

O uso das histórias de vida esteve muito tempo atrelado à simples coleta de dados empíricos. Iniciado seu uso nas décadas de 1920 e 1930 pela Escola de Chicago e desenvolvida por Znanieski, na Polônia, as histórias de vida sofreram muito em seu desenvolvimento, em decorrência do predomínio da filosofia positivista nas ciências sociais. Apenas a partir da década de 1970, incentivados pelos efeitos do desenvolvimento tecnológico e pelo surgimento do cinema e do gravador, os relatos orais começam a ganhar status. Inicia-se, então, a utilização mais ampla do método, que passa a caminhar para um novo limiar epistemológico (MARRE, 1991), procurando estabelecer as estratégias de análise

do vivido e constituindo-se como um método de coleta de dados sobre homem no contexto das relações sociais (CHIZOTTI, 1991).

Utilizar as histórias de vida significa não pensar apenas em indivíduos, mas na análise sociológica de grupos em que a experiência histórica do grupo será compreendida por meio das histórias singulares, descontínuas entre si. Essa metodologia passa, assim, de uma leitura tradicional, ilustrativa ou realista das histórias de vida, para a captação e compreensão multidisciplinar e mais profunda das suas mensagens diversas, oriundas da história de um grupo (MARRE, 1991). A história de vida tem como objetivo “a partir da totalidade sintética que é o discurso específico de um indivíduo – reconstruir uma experiência humana vivida em grupo” (MARRE, 1991, p. 89). É uma maneira de recolocar o indivíduo no social e na história. A história de vida permite captar de que modo os sujeitos fazem a história e modelam sua sociedade, sendo também modelados por ela (LAVILLE e DIONE, 1999).

Marre (1991) considera a história de vida em um sentido amplo, englobando tanto relatos orais como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos. Segundo o autor, a história de vida, em sua faceta contemporânea, e sendo considerada como método, não foca sua investigação em sujeitos “atomizados” ou pouco relacionados entre si. Seu foco está na reconstrução da história estrutural e sociológica de determinados grupos sociais, na trajetória de um, ou vários grupos sociais. “Nesse caso, a unidade de investigação não é nem uma autobiografia oral ou escrita, mas várias histórias de vida entrelaçadas e constitutivas das várias posições e itinerários da trajetória de um grupo” (MARRE, 1991, p. 108). Além disso, a história de vida apresenta uma leitura descontínua. O significado da experiência do grupo, expresso por meio dos relatos singularizados, não se apresenta de forma neutra ou objetiva.

A história de vida aborda o tempo passado compreendido por meio do tempo presente (NEVES, 2003). Há também a distinção entre tempo vivido e tempo pensado. O tempo pensado relaciona-se às idéias, aos planos que ainda estão no imaginário do sujeito; o tempo vivido corresponde às práticas vivenciadas. As idéias que surgem no nível do tempo pensado não devem ser desconsideradas; elas são o estado nascente do tempo vivido e levam os sujeitos à prática. É importante observar nos relatos coletados “os momentos em que se começa a pensar determinadas idéias (tempo pensado), as que, mais tarde, transformar-se-ão em estratégias, práticas (tempo vivido)” (MARRE 1991, p. 126).

Neves (2003) cita como importantes fontes de dados os depoimentos de histórias de vida, as entrevistas temáticas e as entrevistas de trajetórias de vida. Os primeiros constituem-se em depoimentos aprofundados que buscam reconstituir por meio do diálogo, a história de vida do sujeito desde sua infância até os dias atuais. As entrevistas temáticas focam em experiências ou processos específicos ou podem constituir-se em desdobramentos dos depoimentos de história de vida. As trajetórias de vida são depoimentos de histórias de vida mais sucintos e menos detalhados.

Nesta pesquisa, foram utilizados depoimentos de história de vida, em que se buscou reconstituir a história de vida das mulheres pesquisadas, enfocando aspectos de sua socialização e da sua ação.

6.3. Potencialidades das histórias de vida

A história de vida apresenta um grande potencial para a investigação social, uma vez que permite compreender a dimensão subjetiva dos atores sociais, possibilitando que a história de um indivíduo reflita um momento histórico, revelando os valores da sociedade que podem

interferir na realidade organizacional. Assim, seu estudo busca compreender o poder que o indivíduo tem de mudar sua vida e a si mesmo e alterar o seu ambiente, funcionando como base para a construção de teorias sobre o papel ação do sujeito na mudança cultural e na transmissão da cultura. A história de vida apreende a dinâmica, as características e os parâmetros da cultura em que o sujeito se insere. Por meio dela é possível perceber como o sistema sociocultural afeta o comportamento individual, os valores e a auto-imagem. Por outro lado, informa como o sujeito interfere no ambiente, atuando como uma fonte de mudança.

O método de história de vida objetiva apreender noções gerais contidas nas entrevistas das pessoas, não tendo como finalidade principal a análise das suas particularidades históricas ou psicodinâmicas (GLAT, 1989). Nesse sentido, histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das maneiras como o sujeito se insere e atua no mundo e no grupo do qual faz parte (BERTAUX 1980). Segundo Glat (1989), o método de história de vida “tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de ‘dono do saber’ e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: o que ele acredita que seja importante sobre sua vida” (GLAT 1989).

A história de vida possibilita realizar o estudo profundo da vida dos sujeitos sociais, assim como penetrar em sua trajetória histórica e compreender a dinâmica das relações que estabelece ao longo de sua existência. Cipriani, Pozzi e Corradi (1983) destacam que, por meio da narrativa de sua vida, o sujeito é obrigado a refletir sobre si mesmo e organizar de modo coerente as lembranças desordenadas e suas percepções imediatas. Dessa forma, emergem em sua narração os microeventos que pontuam a vida cotidiana, provavelmente comuns aos grupos sociais, mas que, no âmbito da experiência individual contribuem para a

construção social da realidade. Nessa concepção, os autores concluem que as histórias de vida não falam por si mesmas, sendo necessário localizá-las no contexto em que se desenvolvem (CIPRIANI, POZZI e CORRADI, 1983).

Neves (2003) acrescenta que a técnica da história de vida tem o potencial de apresentar novas versões sobre processos já analisados e conhecidos; recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, entre outras, sob diferentes óticas e versões; possibilitar a construção de evidências por meio do entrecruzamento de depoimentos; possibilitar o registro de versões alternativas às da história predominante por meio de entrevistas com membros da própria elite e com pessoas vinculadas às instituições de poder; e apresentar-se como alternativa ao caráter estático do documento escrito.

Camargo (1984) reforça que as histórias de vida são a melhor maneira de compreender a cultura vista por dentro como um “conjunto vivo, regido pela harmonia interna, não como um conjunto arbitrário de costumes e instituições, cuja realidade é apenas percebida” (LÉVI-STRAUS, 1943). Assim, segundo a autora, nas histórias de vida o que se perde em confiabilidade estatística é ganho na interação entre os dados empíricos e proposições teóricas.

6.4. As entrevistas de história de vida

A entrevista é um processo de interação social entre duas pessoas no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo obter informações por parte do outro, o entrevistado (HAGUETTE, 1987). A entrevista vai além do que é dito, sendo constituída por muito mais que a voz, devendo ser considerados os gestos e os comportamentos. Além disso, segundo

Haguette (1987), um elemento fundamental nas entrevistas é o silêncio. Ele pode dizer muito mais que as próprias palavras, devendo ser respeitado pelo entrevistador.

Thompson (1992) alerta que entrevistar exige habilidade, destacando que existem diferentes tipos de entrevistas, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o sentido mais formal e controlado de perguntar. O bom entrevistador precisa desenvolver uma forma de entrevistar que produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade.

Na história de vida, a maneira como o sujeito vai ser abordado deve ser do modo mais aberto possível. O entrevistador deve interferir o mínimo possível, apenas para estimular a fala ou para o esclarecer algum detalhe (BRIOSCHI e TRIGO, 1987). Nesse sentido, é recomendada uma escuta atenta, porém sem ser passiva (BERTAUX, 1980). O foco da história de vida é a experiência vivida pelo entrevistado. Portelli (2001) destaca que a credibilidade das fontes orais é diferente. A importância do testemunho oral pode estar, muitas vezes, não em seu apego aos fatos, mas, antes, em sua riqueza de detalhes, que, às vezes, pode apresentar divergência em relação às fontes oficiais. Em suma, a história não é apenas sobre eventos, estruturas ou padrões, mas também sobre como são vivenciados e lembrados pela imaginação.

Quanto aos roteiros e à preparação inicial para as entrevistas, é preciso tomar alguns cuidados. Se a entrevista for com uma pessoa muito velha ou doente, pode ser preciso voltar várias vezes; se for uma pessoa pública, a sua narrativa vai estar sempre condicionada a uma imagem que ela precisa zelar. Além disso, o roteiro tem que ser elaborado com o cuidado de não forçar o entrevistado falar o que o pesquisador quer ouvir.

Nesta pesquisa, as entrevistas começaram com uma breve explicação sobre os objetivos da pesquisa e a importância de as entrevistadas relatarem com o máximo de detalhes a sua história de vida. Em seguida, o gravador foi ligado, com a autorização das participantes, e foi solicitado que elas contassem a sua história de vida de maneira a ressaltar os aspectos que consideravam mais importantes. Não foram estabelecidas questões padrão, e o desenvolvimento da entrevista se deu de forma a incentivar o aprofundamento nos detalhes.

6.5. Transcrição das entrevistas

A transcrição das entrevistas foi a primeira versão escrita dos depoimentos, buscando reproduzir com fidelidade, sem cortes nem acréscimos, tudo que foi dito. As transcrições seguiram um padrão definido previamente, de forma a possibilitar a compreensão do sentido da fala e do ritmo da entrevista. Por exemplo, as passagens pouco claras foram colocadas entre colchetes; os silêncios e as hesitações foram indicados por reticências; risos foram identificados com a palavra *riso*, entre parênteses; as falas da entrevistadora foram indicadas por negrito; e os trechos de forte entonação foram grafados em maiúsculas. Além disso, tomou-se cuidado com a pontuação, procurando evitar a alteração de sentido das frases (NEVES, 2003). Após a transcrição, realizou-se a escuta do depoimento simultaneamente à leitura do documento transcrito, para corrigir erros, conferir a pontuação, verificar a existência de omissões ou acréscimos indevidos e sanar as falhas que prejudicavam o conteúdo da narrativa.

6.6. Leitura e análise das histórias de vida

Para a análise das histórias de vida adotou-se o modelo desenvolvido por Melo (1991) utilizando-se a análise ou categorização temática. Para tanto, procedeu-se uma leitura, em que

os temas emergentes foram destacados e categorizados. Em seguida, fez-se uma releitura, de acordo com os temas previamente selecionados, objetivando compreender com maior profundidade o conteúdo dos depoimentos e agrupando os trechos em uma planilha temática, que pode constituir um conjunto de dados suficiente para uma interpretação abrangente e aprofundada do tema em questão.

Com base na planilha temática elaborada, os temas foram analisados à luz da análise de conteúdo, que é concebida por Bardin (1977) como uma combinação de técnicas de análise das comunicações que engloba procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, incluindo-se aí estruturas psicológicas e sociológicas, com a finalidade tanto de mostrar o que foi dito explicitamente como de desnudar as condutas, ideologias e atitudes que o permeiam.

Toda a construção teórica desse trabalho foi realizada após a análise das entrevistas, caracterizando-se como um método fenomenológico, em que o conhecimento é construído a partir das experiências dos sujeitos da pesquisa (SILVA, 2006).

Desafios e limitações do método

Apesar da riqueza que possibilita a técnica da história de vida apresenta alguns desafios e limitações, que devem ser destacados. Exemplos dessas limitações são: a possibilidade de influência do transcritor da gravação para o documento escrito; influência da conjuntura sobre o documento e dificuldade de se registrar expressões de rosto e emoções no documento escrito decorrente da entrevista (NEVES, 2003).

Camargo (1984) apresenta outro desafio, mais específico das pesquisas que investigam as elites e, no caso da Administração, as que estudam o pessoal mais estratégico das

organizações. A autora adverte que esse tipo de pesquisa exige paciência e perseverança, uma vez que penetrar nesse círculo fechado é tão ou mais difícil que no submundo do crime, da delinquência ou da droga. Por isso, será preciso romper “uma fortaleza bem protegida por regras e códigos estritos, que encorajam a omissão e o silêncio” (CAMARGO 1984, p. 13). A autora adverte que, independente do lugar em que ocorre a pesquisa, para saber mais sobre o pequeno número de indivíduos que tomam decisões estratégicas, seus mecanismos para controlar e manter o poder, suas origens e treinamento especializado e as alianças que os sustentam bem como identificar valores, papéis, funções, interesses e ideologias que compartilham, mais o modo pelo qual evoluem e se reforçam num período de tempo dado, um dos caminhos mais pertinentes seria reconstituir suas histórias de vida.

Camargo (1984) lembra que os indivíduos da elite sabem que, para manterem-se no poder, o silêncio e a discrição são a regra. Ou seja, “quanto mais destacados e politicamente ativos forem os atores, mais conscientes serão também do risco de conceder informações ‘verdadeiras’ sobre seu próprio desempenho ou de seus pares” (CAMARGO, 1984, p. 14). Fica claro para a autora que eles serão muito cautelosos ao responder sobre questões que possam minar suas relações com seus pares, enfraquecer alianças existentes ou ameaçar sua posição na sociedade. Eles serão mais generosos ao revelar as contradições e fragilidades dos grupos aos quais se opõem.

7 HISTÓRIAS DE EMPODERAMENTO: ANÁLISE DO PROCESSO VIVENCIADO PELAS MULHERES ENTREVISTADAS

As histórias de vida serão apresentadas aqui como um texto único, em que as experiências vividas pelos vários sujeitos estão entrelaçadas, buscando a reconstrução da história desse grupo social, a partir da história das mulheres que foram sujeitos da pesquisa. Suas narrativas foram organizadas e analisadas a partir das dimensões do processo de empoderamento, de forma a permitir a observação de convergências e divergências entre as experiências vivenciadas.

7.1. A dimensão individual

Para a análise da dimensão individual do empoderamento, buscou-se na fala das entrevistadas identificar os momentos em que elas demonstravam perceber a sua situação desprivilegiada e agiam conscientemente para mudá-la. Foi possível notar que as mulheres entrevistadas não se conformavam com a condição de subordinação e vivenciaram processos de busca de autonomia, independência e liberdade.

Mas eu não gosto que me imponham, não! Eu detesto que imponham! Porque eu acho uma sacanagem. Eu acho um absurdo eu te coagir. Eu acho um absurdo eu usar do poder que eu tenho pra te encantoar. Deveria ser passível de prisão eterna. Perpétua! Porque eu usar do que eu tenho, do poder que eu adquiri, por meio lícito ou ilícito não me interessa, fazer com que esse poder te confira direito em relação à vida do outro, que eu estou coibindo a liberdade dele, que eu estou direcionando a vida dele, acho isso uma coisa pavorosa! Extremamente desgastante. Eu acho que eu não preciso de brigar com o homem. mas eu posso sim me posicionar, entendeu?
(E2)

Nesse processo de busca de autonomia, elas se dão conta que precisam se fazer ouvir e demonstrar que são capazes de pensar criticamente e decidir o que é melhor para sua vida e

para seu bem-estar. No trecho a seguir a Entrevistada 6 narra como conseguiu deixar de ser interna em um colégio em que recebia a educação tradicional de uma moça rica que se preparava para casar:

Eu estudei na minha cidade até os 15 anos. Depois eu fui para Teófilo Otoni. Estudei o curso normal, normalista, professora, lá no colégio São Francisco de Assis. Inicialmente, interna. Depois, eu mesma negocieei com eles. Aquela vida não era para mim. E, após movimentos realizados me deixaram ficar externa, né? Eu era muito para ser livre, solta. Não era para mim. Fiquei, acho, que a metade do tempo interna, eu e as minhas irmãs. Depois, ficamos externas. Eu tinha mais duas irmãs que estudavam lá comigo também e se beneficiaram desse movimento (E6).

Já a entrevistada 2 sente essa busca de autonomia como uma questão de sobrevivência e uma forma de ter mais liberdade e “alegria”.

E você começa a entender o seguinte: que você precisa cuidar de você. Você começa a precisar a conhecer melhor o mundo, para você quase que cuidar da sua sobrevivência. Porque era muito claro para mim que a mamãe sozinha não ia dar conta (E2).

Você ter independência com seu dinheiro é só para você praticar aquelas coisas que você gosta de fazer e te dar uma liberdade maior. (E2)

O poder ele é bom quando eu posso fazer coisas que tem a ver com que eu acredito para mim de alegria entendeu? Eu posso exercitar esse poder para aquilo que eu busco na minha vida (E2).

Foi possível identificar na trajetória de vida das mulheres entrevistadas aspectos psicológicos que funcionavam como impulsionadores do processo de empoderamento. Uma das questões destacadas como fundamental para o empoderamento individual é a auto-estima. Para elas, o sentimento de inferioridade e a falta de confiança de que podem mudar as regras reforçam a dominação e a subordinação da mulher. Essa percepção fica clara nos trechos a seguir:

Primeiro, ela tem que ter autoconfiança, ter uma boa auto-estima, se sentir confiantes, saber que elas são competentes iguais aos homens, né? Ousarem, correr atrás... Igual aos homens. Não sentir nenhuma diferença... É só buscar as oportunidades, aproveitar, não ter medo de ousar. Eu acho que se fizerem isso, que o fato por si só de ser mulher não é uma coisa ruim, que não vai atrapalhar a mulher a chegar ao poder, acho que daqui a pouco vai estar cheio de mulher no poder por aí. (E1)

Então não preciso virar uma canalha, tentar destruir aquela pessoa, eu não preciso ficar com inveja dela, ou então me recolher, ou até ir embora da empresa porque não dou conta daquela pessoa tão inteligente. Então se eu convivo com diferente começa a conviver com quem aparentemente pode ser melhor do que eu intelectualmente, ou fisicamente melhor do que eu, ou então que tem o traquejo social, o jogo de cintura melhor. Isso faz com que a pessoa se frustre menos. E ela tem aquele olhar compreensivo e entende: eu sou diferente. E dentro do que eu sou diferente de você eu posso fazer coisas que você não vai fazer. Eu sou única na aquilo ali. E aí auto-estima fica muito mais bem estabelecida, e com auto-estima bem estabelecida pessoa fica mais bem-humorada, a pessoa fica muito mais disponível. E a pessoa tem uma capacidade de aprender mais. Porque se eu tenho uma auto-estima mais bem resolvida eu posso fazer assim: olha eu não entendi isso, não. Explica de novo. Olha nisso não sou boa não. Mas nisso aqui eu arrebento. Nisso sou ótima. Sem ressentimentos daquela coisa que você pode ser melhor que eu. (E2)

Outra questão que foi possível identificar nas histórias coletadas foi a rebeldia. De uma mulher que foi criada nos moldes de uma família patriarcalista tradicional, questionar ou desobedecer às ordens do pai é considerado rebeldia, muitas vezes, punida violentamente.

Essa rebeldia? Essa rebeldia era de não aceitar regras sem explicar o porquê. As minhas... As regras que colocam para mim eu cumpro, mas eu preciso entender, porque eu não gosto de ser aquela vaquinha de presépio, sabe? Foi imposto isso por quê? Não sei. Eu quero saber o porquê. Então a minha rebeldia nessa época era porque os meus pais são pessoas simples mesmo e que foram criadas dessa maneira e o que eles aprenderam eles repassaram. Eu não aceitava. E eu era aquela: Não! Posso até obedecer, mas eu quero saber porquê. E se não me explicar por que, eu não vou fazer. Essa era minha rebeldia. E com isso eu apanhei muito... (E8)

Apesar de perceberem que o processo de empoderamento é difícil e conflituoso elas estão determinadas a fazer valer a sua visão de mundo.

E uma característica minha que eu gosto muito, mas me causa, às vezes, sofrimento, que é a determinação e perseverança. Por que me causa sofrimento? Porque, às vezes, é tão difícil! Mas eu não desisto (bate na mesa). É muito difícil, mas eu chego lá. A duras penas, né, mas eu consigo chegar lá. E sempre foi assim. A minha trajetória sempre foi assim. (E8)

A principal estratégia descrita pelas entrevistadas para garantir sua autonomia, seu pensamento crítico e a sua participação ativa na sociedade é a dedicação aos estudos. Elas sabem que a educação e o conhecimento, além de abrir-lhes possibilidades no mercado de trabalho, também as fortalecem como atores sociais (TOURAINÉ, 1998). Nos relatos a seguir, é possível perceber como esse esforço para estudar e assumir funções de maior status

no mercado de trabalho é apresentado como um grande desafio e como uma conquista que vai muito além do que era esperado delas.

Eu acho que a preparação constante, aprimoramento constante. Buscar estudar, ser competente no trabalho, né, crescer culturalmente, intelectualmente, nos valores... (E1)

Eu sempre... li muito... Outra coisa que eu me esqueci de falar é que eu lia demais na minha adolescência. Então eu lia Machado de Assis, Dostoiévski, lia muito, muito, muito. [...] Isso também fez uma diferença enorme na minha vida. Porque facilitou o meu verbal, que era onde eu fui escapular para me recuperar da minha não habilidade com trabalhos manuais. (E2)

Porque minha adolescência foi muito voltada para a escola. Eu me preocupava com as coisas da escola, com as notas da escola, eu era careta demais. Isso tem uma marca muito forte. Escola... Educação... Foi assim... (E3)

Eu nunca quis tirar o pé da prática. Eu lembro quando eu formei na graduação, eu fui logo... Fazer logo mestrado na sociologia. Depois eu falei: “não. Eu vou trabalhar uns anos e depois se for o caso eu faço”. E aí nunca quis afastar muito da prática, eu gosto muito da prática, eu gosto mesmo da prática, eu gosto de fazer. Aí de vez em quando dou uma paradinha, um ano, dois... Aí volto. Faço curso de especialização trabalhando. Eu acho isso legal. A maneira como eu fui organizando as coisas. No trabalho... [...] Aí eu fiz especialização em serviço social, depois especialização em projetos. Elaboração e intervenção em projetos sociais. (E3)

Aquilo chamou a atenção das pessoas e chamou a minha atenção também logicamente. O meu desempenho escolar era muito bom, eu consegui passar... Eu tendo saído lá de Dolores do Indaiá... No processo seletivo aqui do colégio municipal de Belo Horizonte - que na época era muito bom também - eu fiz a prova passei. E depois no vestibular. No vestibular eu passei... De 320... Eu consegui passar no 60º lugar de 320 no curso de medicina. Então eu gostava de estudar. E a partir daí acho que seguindo né? Mais o menos que a trajetória desde a infância, eu... Fiz residência medicina geral comunitária, depois especialização em saúde pública, depois eu fiz especialização em administração hospitalar, em instituição hospitalar, e mais recentemente o mestrado em saúde pública. Então sempre... Eu não dou conta de ficar muito tempo sem fazer um curso. Sem conhecer as tendências da aquilo que eu faço. E acho que é necessário. (E4 – grifos da autora)

Fui a primeira mulher a formar em engenharia mecânica na Universidade Federal de Minas. Eu tinha três opções: elétrica, civil e mecânica. Mas o curso de mecânica na época era o melhor curso porque o Juscelino tinha investido na fábrica de automóveis e tudo. Então os melhores professores, os melhores laboratórios tudo era no curso de mecânica. Mas não deu problema, eu era craque no torno, o pessoal na aula prática, os... os professores práticos me adoravam, me davam o melhor material, e meu trabalho foi uma morsa, eu gostaria de ter ficado com ele, mas meu professor fez questão de ficar com meu. Ele falou: esse trabalho eu tenho que guardar porque foi feito pela primeira aluna de mecânica. (E5 – grifos da autora)

Com dez anos... Eu estudava muito... Eu sempre fui muito estudiosa, inteligente, muito curiosa... (E7)

Foi muito difícil sempre foi muito difícil estudar. [...] passei no vestibular na UFMG para psicologia, mas eu não pude cursar porque eu era arrimo de família. Então eu deixei isso para mais adiante. [...] E fui. gostei muito do curso, eu gostei muito mesmo, aprendi muito, abriu muito o horizonte para mim. A gente consegue ter uma visão melhor das coisas. Aí me formei em 2004 e fiquei dois anos descansando. Colocando algumas coisas em dia. E ano passado eu voltei para fazer mestrado em tecnologia de gestão. (E8)

Mas aí vem outro lado também, que eu ainda sou estudante e não posso deixar esse lado, porque esse lado também está me ajudando muito. Principalmente nessa minha nova função. Eu sou mais crítica, eu vejo as coisas com um olhar diferenciado. (E8)

O fato de gostarem de estudar abriu-lhes possibilidades no mercado de trabalho que lhes garantiram independência financeira. Essa independência é destacada por elas como um grande impulsionador do processo de empoderamento individual, dando-lhes mais mobilidade, liberdade e poder de barganha na família.

Eu acho que quando a mulher passa a ter autonomia financeira, quando ela não precisa do marido eu acho que aí muda. [...] quando você é independente financeiramente, o homem te olha com outros olhos, porque ele sabe que se você está com ele é porque você quer, porque você não... (E1)

Então que eu acho que é o lado bom do poder... É a minha independência financeira... É a minha independência como pessoa. Eu sou uma pessoa e o meu marido é outra. A gente pode se unir para ter uma vida em conjunto. [...] Mas eu não dependo dele para nada. Absolutamente para nada. Então isso é o lado bom do poder. Eu acho. (E1)

Eu tinha 20 poucos anos e comprei apartamento, eu fui para Europa, para os Estados Unidos, entendeu? Eu trabalhava muito, muito. Eu comecei a vender pra caramba. Fui primeiro lugar em vendas, várias vezes. (E2)

À medida que iam percebendo que a inserção no mercado de trabalho proporcionava-lhes certa autonomia, mas que elas poderiam aprender mais, progredir em suas carreiras profissionais e serem bem sucedidas, aumentavam o investimento no crescimento profissional e buscavam empregos em que pudessem se desenvolver.

Depois de um tempo, eu vi que estava na hora de sair *daquela empresa*. As empresas de auditoria têm um tempo. Você fica um tempo. Eu fiquei lá quatro anos e meio. E eu vi que estava na hora de sair. Eu já tinha vontade de trabalhar aqui. Já tinha mandado currículo... De vez em quando, fazia contato com alguém que eu conhecia aqui, e tal... Mas até então isso não tinha rendido nada. Aí, um dia, eu resolvi e liguei para o próprio *presidente*, que é o sócio principal. Ele sabia quem eu era. Aí, eu liguei, falei que queria marcar com ele. Vim aqui, conversei e fui

contratada. Eu entrei aqui como advogada júnior. Com dois anos de formada, bem no início mesmo. E fui crescendo, fui tendo as promoções, e tal. (E1²)

Sempre pedi demissão para mudar naqueles momentos que eu achava que tinha que buscar novas oportunidades, melhorar, ou então por que eu cansava da empresa, eu achava que podia estar buscando novas oportunidades e tal. (E2)

E fui para Pirapora. Mas fui para Pirapora com a promessa informal de retorno para Belo Horizonte. [...] Aí me deixaram lá por um ano e meio, e em vez de me trazer para cá, queriam me levar lá para Januária, aí eu falei tchau. Pedi demissão. (E4)

Só que em 69, eu fui fazer uma palestra numa... numa... no congresso da *entidade X*, no segundo congresso da *entidade X*, no Hotel Glória, e tinha um diretor da *empresa* lá, que gostou muito da minha palestra, que gostou muito de mim, e me convidou o para ir na *empresa* para conhecer, e falou assim: sócio em empresa pequena sempre briga, quando você não quiser ficar mais você me liga. Então a liguei para ele... a minha filha tinha dois meses e meu marido tinha saído do emprego e ainda não tinha achado outro. Uma época muito difícil para mim. Aí ele falou assim: você pode vir quando você quiser. Então eu fui para lá. (E5)

Isso me desgastou bastante, não me deu muita vontade de ficar lá. Eu não tenho medo disso. [...] Então a falei assim: sabe de uma coisa? Eu vou sair, sem ter para onde ir, e vou começar tudo de novo. (E5)

Quando elas encontram o lugar em que podem crescer e se desenvolver, o investimento se volta para dentro da organização. Elas destacam a seriedade e a dedicação com que encaram o trabalho.

É... Eu sempre fui muito responsável. Sempre fui muito dedicada ao trabalho. Sempre levei muito a sério. O que eu pegava para fazer eu fazia mesmo. Sempre vesti a camisa, tanto na *outra empresa* como aqui. Eu acho que conta muito. Então, as pessoas, os sócios, sempre souberam que podiam confiar em mim. Sempre sabiam que eu estava do lado deles. Eu era uma pessoa que estava disponível, que estava disposta a crescer junto com a empresa. (E1)

Eu sempre achei que deveria fazer meu trabalho da melhor forma que eu pudesse. Sendo ética, sendo transparente, dizendo sempre a verdade. Mesmo se eu cometer um erro. Eu falo: olha, eu cometi um erro e resolvi assim e tal. (E1)

Elas exigem que o status e o reconhecimento do trabalho que realizam sejam condizentes com o seu esforço e lutam pelos espaços desejados na organização com estratégias competitivas.

² Os trechos em itálico foram alterados para manter oculta a identidade da entrevistada

A área de Vendas foi uma opção na minha vida. Realmente eu escolhi ser vendedora. Eu briguei, chorei, pedi demissão lá da *multinacional* que eu trabalhava, lá em uma área de apoio à área comercial. Eu falei: Eu vou embora porque eu quero ser comercial. Eu entendi que isso para a minha vida era muito legal, porque não ia faltar gente no meu espetáculo. De verdade. Então, sempre foi muito claro para mim. Eu ia odiar ficar numa máquina sentado em frente ao computador, sem gente. Então, ser vendedora... Pensei: eu vou me dar bem! (E2)

Eu comecei a pensar: gente eu adoro vender, eu quero vender. Só que não tinha mulher vendendo isso. Aí eu pedi para ser vendedora. Eu fiz uma estratégia... Aí eu fui bem assim... [...] E aí eu pedi para o presidente da empresa que veio, eu quero ser vendedora. Ele disse: você quer por quê? Eu respondi: porque que eu acho que vou vender muito, eu gosto, eu estou fazendo este trabalho dentro da empresa, e tal... Aí ele falou: então fala para o *seu superior*. O *meu superior* ficou muito bravo porque achava que eu era menina e ia dar problema ser comercial e tal... Mas aí eu virei vendedora. (E2)

Apesar de as entrevistadas narrarem principalmente os aspectos impulsionadores do empoderamento individual, é possível identificar alguns fatores restritivos ao processo de empoderamento que foram evitados ou vivenciados por elas.

Segundo elas, a dependência econômica é um fator que dificulta muito o processo de empoderamento da mulher, já que, se ela depende de outras pessoas para garantir a sua sobrevivência, será também obrigada a submeter-se às vontades do pai ou do marido, o que limita a sua possibilidade de autonomia e ação social.

Porque quando mulher é totalmente de dependente do marido... Eu acho que a maior burrice que a mulher pode fazer é ser dependente financeiramente do marido. Ela não precisa nem ser uma pessoa de muito destaque profissional. Ela tem que ter o seu ganha-pão. Ela tem que saber se virar. Porque aí ela não fica totalmente na mão do marido. Se amanhã ele resolve se separar dela, e aí? Ela vai ter o quê? Pensão para os filhos? Então, eu... Aconteceu isso recentemente com uma amiga minha. Abriu mão da carreira dela. Ela é formada em administração e se dedicou ao marido. Morou fora para acompanhar o marido, e aí ele se separou dela e ela agora está comendo o pão que o diabo amassou. Teve que mudar de apartamento, teve que... Caiu completamente o nível de vida dela. E ela ficou muito tempo fora do mercado. Como que faz? Então, eu acho que nenhuma mulher deve se submeter a isso. (E1)

Quantas que ficam né? Que a gente ouve falar... Eu já vi isso. Até uma ex sogra minha era assim. O marido era um cachorro, mas ela não podia separar porque dependia dele. Se ela separasse como ela ia fazer? Para onde ela ia? Mas acabou separando. No final das contas. Mas foi duro para ela também! (E1)

Amanhã. Se... Igual a gente vê... O marido morre... A mulher fica a ver navios. Você deve conhecer! Eu conheço tanta gente... O marido morreu, os filhos eram pequenos, aí a mulher teve começar a fazer doce para vender. Aquela dificuldade...

Isso é muito ruim. Eu acho que a mulher não deve submeter a esse papel não. Eu acho que não precisa. (E7)

Mesmo tendo consciência de que a dependência econômica é um fator restritivo ao seu processo de empoderamento, há momentos em que os valores interiorizados na infância se aliam ao cansaço de ter que desafiá-los todos os dias e faz com que elas se sintam tentadas a abrir mão de sua autonomia e desejem alguém que decida tudo por elas.

Eu às vezes fico assim... Nossa! O eu queria abrir uma portinha em, ir parar em um universo paralelo e ficar lá. Depois eu volto. (E1)

A gente ainda quer príncipe encantado, ainda quer o homem para cuidar da gente, às vezes... Porque a gente alterna... A gente é forte... Mas eu não acho que mulher tem que ser forte o tempo inteiro. Nem precisa de perder a feminilidade. Mas, de vez em quando, a gente dá umas escorregadelas, tipo... Ai, meu Deus do céu, eu queria trabalhar 6h. Ai se eu tivesse um homem para me sustentar. [...] Ai, meu Deus, eu podia tanto poder e acordar 7h30, 8h. Correr e depois ir para o trabalho se tivesse alguém para me sustentar... De vez em quando, a gente ainda dá umas escorregadelas, eu acho assim... O que eu acho que tudo bem, também. Eu acho gente não tem que ficar se cobrando muito, não. (E3)

Elas percebem que se comportam diferente de outras mulheres do mesmo ambiente de trabalho e notam que muitas delas acabam se acomodando e se conformando com as possibilidades que lhes são oferecidas e não buscam um maior desenvolvimento pessoal e profissional.

Porque aqui dentro mesmo, observando, tem pessoas muito acomodadas do sexo feminino. Não sei se é por causa da forma que foram criadas ou do comodismo mesmo, o que é da pessoa, ou a zona de conforto que está muito agradável e não quer se inteirar, não quer ler, acompanhar a legislação, não se dá essa oportunidade. (E8)

Às vezes, o desânimo de enfrentar as dificuldades de transformar as relações de poder já instituídas faz com que elas duvidem da sua possibilidade de mudança, o que pode ser um entrave para o seu empoderamento.

Mas eu não vou nem hastear a minha bandeira, porque eu vou perder meu tempo, eu vou me desgastar, eu não vou conseguir nada. Se você pensar assim, realmente vai ficar muito difícil. (E8)

Se eu próprio não estou acreditando muito. Não estou me dando um voto de confiança. De reconhecer as minhas habilidades ou de desenvolver as minhas habilidades. Aí é complicado para o outro também reconhecer. (E8)

A entrevistada 8 atribui esse comportamento menos ativo a certa reserva e timidez da mulher de lutar pelos seus pontos de vista.

A mulher ainda é um pouco tímida. Por mais poder que ela tenha, ela ainda tem certa timidez. O homem é muito mais atirado. A mulher é mais reservada. (E8)

Esses exemplos mostram que superar as dificuldades e alcançar esse empoderamento na dimensão individual não é fácil. Mesmo quando há consciência da situação de subordinação em que se encontra, assumir os riscos de empreender uma luta contra as relações de poder que a mantém é muito mais complicado do que pode parecer. Romper com os padrões já estabelecidos e aventurar-se por caminhos ainda desconhecidos pode ser assustador e requer coragem e perseverança.

7.2. A dimensão relacional

Para a análise da dimensão relacional do empoderamento, buscaram-se os aspectos relacionados à socialização das entrevistadas. As influências sociais que elas tiveram desde a infância, os grupos que freqüentaram, as alianças que estabeleceram, enfim, os aspectos em que a sua relação com outros atores sociais foram o foco da narrativa. Serão apresentados, primeiro, os aspectos impulsionadores do empoderamento relacional e, em seguida, os aspectos restritivos percebidos na narrativa.

7.2.1. Família

A primeira questão identificada na narrativa das entrevistadas diz respeito à socialização primária. A influência da família e dos valores aprendidos na infância e na juventude é importante para que a mulher possa desenvolver as suas potencialidades e ampliar a abrangência do seu processo de empoderamento. Ter uma estrutura familiar que permite às mulheres o desenvolvimento de uma auto-estima mais elevada e o acesso ao conhecimento e ao convívio social fora da família são aspectos que facilitam o processo.

O caminho que a gente escolhe na vida é um produto de toda uma trajetória mesmo de vida, desde a infância, de estrutura familiar, dos princípios que nos foram passados desde criança. E logicamente isso tem uma influência de ambiente, ambiente no qual a gente cresce e do que chama mais atenção da gente na vida. (E4)

E ela dizia outra coisa: que independente do ambiente que nós ficássemos, poderia ter pessoas mais pobres, ou muito ricas, mais bonitas, ou menos bonitas. Que eu nunca seria pior ou melhor que aquelas pessoas. Então, aquela inclusão nossa, que a minha mãe fazia em relação ao nosso ambiente social e intelectual. Ela também foi muito importante eu acredito. (E2)

Mas eu vejo que, de forma resumida, a minha mãe, a minha família, com os princípios. O irmão mais velho, que eu tenho, que funcionou meio como pai, com muito rigor na questão, né, que a falta de dinheiro não significava trapaça, não significava falta de caráter, né? A responsabilidade. Então, eu acho que a minha mãe e esse irmão mais velho são muito importantes. (E4)

Segundo elas, o papel da mãe na transmissão dos valores na infância foi crucial para o seu processo de empoderamento.

Então, minha mãe foi uma mãe muito presente. Foi uma mulher empo... Como é mesmo o termo que você fala? **Empoderada**. Empoderada. Extremamente empoderada. Então, eu sou fruto dessa mulher empoderada, porque eu prestei muita atenção na minha mãe. Então, isso se reflete enormemente nos meus caminhos. (E2)

Ter a mãe como exemplo de uma mulher que decide sobre os seus próprios assuntos, que provê o sustento da família, que estuda, que tem uma carreira profissional serve como parâmetro para o seu próprio empoderamento.

Na minha família, somos só eu e uma irmã. A minha irmã é mais nova. E a minha mãe sempre trabalhou fora. Ela sempre foi bem sucedida profissionalmente. Ela trabalhava, tinha até mais de um emprego. Depois, ficou só com um. Mas ela sempre se destacou. Sempre foi muito respeitada na área dela. [...] Eu acho que isso é um fator que influenciou no fato de eu gostar também de trabalhar, de ter outras atividades... Eu ter o modelo da minha mãe em casa. (E1)

Nós somos de uma família muito grande, muito matriarcal. Perdemos o pai muito cedo. Então, a dominação sempre foi muito das mulheres, e muito feminina por causa da minha mãe. E, aí, como este é um valor muito grande para ela, ficou sendo valor para todo mundo. (E3)

Em alguns casos, o ingresso da filha no mercado de trabalho e sua posterior escolha profissional se dão a partir do trabalho da mãe.

Eu sou assistente social de formação. E aí eu acho que existem duas influências. Uma é a influência familiar, que a minha mãe sempre quis ser assistente social. Embora ela não tenha estudado, para ser assistente social, ela trabalhou muito tempo na OXZ. E lá na OXZ ela trabalhava muito com as pessoas nas comunidades, um pouco com os programas sociais que a extinta OXZ tinha. E teve uma época na minha vida quando eu era adolescente, que eu ficava ajudando ela lá. Uma semana por mês antes de ir para o colégio ficava lá. Então, eu acho que a carreira que eu escolhi, profissão que eu escolhi, o espaço de poder que eu exerço hoje tem a ver com essa influência dela. (E3)

A mamãe dava aula de matemática. Teve uma vez que ela teve um problema que ela caiu. E como eu gostava muito de matemática dei aula para os alunos dela. E uns alunos gostaram de mim. Eu fiquei com uns alunos dela. E quando eu fui fazer vestibular, eu peguei um aluno de cada série e, automaticamente, eu fui recordando o que era para o vestibular. Tanto que a minha nota no vestibular em matemática foi a máxima. (E5)

Foi possível notar que em alguns casos as mães das entrevistadas precisaram sair para o mercado de trabalho em caráter de emergência, uma vez que a ausência do pai na família obrigava-a a garantir o provimento das necessidades materiais da família. Nesse processo, na falta de qualificação para ocupar postos de maior prestígio no mercado de trabalho, elas precisaram trabalhar com o que sabiam, como cuidar da casa, cozinhar, costurar, etc., funções tradicionalmente associadas ao feminino.

A mamãe, ela era sábia, assim... Ela tinha uma sabedoria... Ela era do interior e veio estudar aqui na capital, em Belo Horizonte. E ela estudava. Inclusive, lá em casa até tinha os livros dela de francês. Na época, era ginásio que se chamava, comércio... Era mais antigo ainda que na minha época. Só que ela conheceu meu pai e casou com ele, e claro... Naquela época, você parava de estudar. Não é igual hoje, que você continua a estudar. Então, mamãe parou. Então, ela nunca trabalhou fora... Mas

para nos sustentar, a mamãe aprendeu a costurar sozinha. Ela pegava a roupa da pessoa, colocava em cima e costurava. E mamãe começou a fazer doce para fora, a bala pingo, uma bala preta. [...] Mas o tempo todo ela nos sustentou, costurando, fazendo bala pingo. Inclusive, uma vez, um tacho caiu no pé dela... Ela teve que fazer é... Eu tinha um ano nessa época. E ela estava grávida da minha irmã. [...] Ela era uma mulher vibrante, muito querida. (E2)

A minha mãe era empregada doméstica. Era lavadeira, até pouco tempo atrás. Uns dez anos atrás mais o menos. E sem necessidade, porque aí a questão financeira não tinha problema mais. Porque a gente tinha condição de dar para ela tudo que ela precisava para viver, lazer, né? Mas ela gostava de passar roupa. Passar roupa para os outros né? E com a maior satisfação, o maior prazer de fazer bem as coisas. Até falando de profissões... Ela mora ali perto da rede Globo, e eles a entrevistaram. Foram lá filmar e mostrar como ela fazia tão bem o seu trabalho, porque deram referências. Então, eu acho que começa aí. Gostar de trabalhar, de ter responsabilidade com a família, e gostar de fazer bem. Aquilo que no caso dela talvez não tenha sido uma escolha. Mas a partir do momento que ela direcionou a vida dela para trabalhar com roupa, passar roupa, eu acho que se puxei dela. De querer fazer bem. (E4)

A falta do pai em casa foi uma questão decisiva para a tomada de consciência da condição de subordinação de gênero e para a busca de uma posição social de maior status e poder na sociedade. Elas perceberam as dificuldades encontradas pela mãe e buscavam meios de evitar que a história se repetisse.

Eu vim de uma família de muita luta. Minha mãe teve dez filhos. E o marido, meu pai, o homem que eu não julgo, mas que era um homem de muita dificuldade de relacionamento social, não tinha vício, não tinha nada, mas era um homem que não tinha muita constância na vida dele. [...] Com isso, com esses dez filhos que minha mãe tinha, ela tinha dificuldade. O meu pai saía de casa e voltava. Ele não tinha uma constância naquela educação e também na questão financeira. [...] Até que eu, com 14 anos, a mamãe e teve um problema cardíaco, [...] e... O meu pai queria voltar para casa e foi a primeira vez que ela disse não para ele. Ela percebeu que ela não precisava mais dele dentro das suas emoções, da sua condição física e emocional. Ela não precisava mais dele. Foi a primeira vez que ela disse não para papai. (E2)

Quando meu pai morreu a estratégia um pouco de organização em casa foi todo mundo trabalhar. Então, os meus irmãos mais velhos foram todos trabalhar e a gente começou a trabalhar muito cedo. Eu, por exemplo, comecei a trabalhar com ela na OXZ. Então, acabou que a estratégia de entrar para o mercado foi um pouco essa necessidade. Morreu pai, então, vamos trabalhar para ajudar a minha mãe. Porque senão, a gente não podia estudar. E, aí, eu fui fazer várias coisas na vida quando eu era jovem. Quando estava no segundo grau... No meio do segundo grau já fui trabalhar. E, aí, eu trabalhava com o que aparecia... Mas sempre pensando em estratégias para entrar no mercado mais profissionalizado. Essa era a preocupação de nós todos lá em casa. (E3)

... Eu... Eu... Primeiro que a estrutura familiar minha... A minha mãe é solteira. O que eu acho que é um... Minha mãe tem 73 anos hoje... Eu acho que para época em que ela viveu, ela teve o primeiro filho com 16 anos, e conseguiu criar a família todinha, com o trabalho dela né? (E4)

Outra questão importante ainda relacionada com as influências familiares na educação das entrevistadas foi a valorização da educação pela família. As entrevistadas narram suas experiências culturais e escolares atribuindo grande parte do seu interesse ao incentivo recebido da família. E esse incentivo não dependia necessariamente de uma boa situação econômica da família, mas de uma consciência da necessidade de conhecimento para o ganho de poder na sociedade e de uma articulação para possibilitar os estudos quando o dinheiro não dava para manter todas as despesas com a escola.

Ela sempre cuidou muito do estudo. Então, lá em casa o estudo era prioridade. A gente sempre estudou nos melhores colégios. A mamãe arrumava bolsa de estudos no Laios, Rotary, porque naquela época tinha muita bolsa para isso. Então, mamãe ia, buscava... Às vezes, chegava no mês de maio, e a gente só tinha um caderno para todas as matérias. E mamãe sempre dizia o seguinte: Isso não tem importância. Você escreve só nesse caderno, mas você tem que estudar! (E2)

E nesse período eu tive que estudar sem livros. Então, eu estudei sem livros da 6ª série até o terceiro ano colegial. E, todos os dias, eu era colocada para fora de sala por que eu não tinha material. (E7)

É... Na verdade, eu sou de uma família em que a educação tem uma centralidade muito grande. Não só porque somos muitos. Mas também porque somos de uma época em que a educação nem era universal. Então, disso me lembro bem, desde pequena minha mãe dizia. Nós somos nove mulheres. E ela dizia duas coisas. Virou até um mantra em casa. Vocês não vão casar novas, e todos vão estudar. Então, na verdade, acho que foi meio caminho natural. Todo mundo tinha que estudar. E minha mãe é muito exigente, tive que estudar bem, e em boas escolas. Públicas, mas boas. (E3)

O fato de algumas já terem nascido em uma classe social mais alta, em que o nível cultural dos familiares é mais amplo, configura-se como uma facilidade para o processo de empoderamento, uma vez que o acesso ao conhecimento e à cultura se dá de forma natural e é interiorizado desde a infância.

Só um parênteses: a minha mãe tinha doze irmãos e todos fizeram curso superior, porque o meu avô achava isso importantíssimo. E ela naquela época veio para cá fazer o curso superior junto com o irmão dela, o curso de direito. (E5)

E nós sempre lemos muito. A mamãe gostava muito de ler. Lá em casa tinha livros. Tinham os livros dos meus tios. Nós tínhamos uma convivência muito grande com a família da mamãe, que eram os meus tios. E eles nos levavam música, levavam a

gente para assistir música clássica, concertos, óperas. Meu pai cantou na ópera, a gente ia assistir. (E5)

Até porque eu nasci em uma família rica, não tive necessidades materiais, entendeu? Financeiras... pelo contrário! Eu estudava, tive todas as condições para o estudo, para montar o meu consultório, para tudo! (E6)

A formação da segunda família a partir do casamento é outro ponto crítico para a análise do processo relacional do empoderamento. Elas sabem que é nesse aspecto que as mulheres encontram os maiores entraves ao seu processo de empoderamento e se baseiam nisso para escolher o parceiro. Em alguns casos o parceiro serve inclusive como um impulsionador de suas carreiras, oferecendo oportunidades profissionais que dificilmente elas teriam tido.

Os meus chefes me ensinaram muito. Os meus namorados que eu tive... Também são pessoas fantásticas que eu adorei e foram extremamente importantes na minha vida. [...] Então, não tem como a gente desconhecer, a gente não entender que tudo isso foi definitivo na nossa vida. Se as pessoas não estivessem por perto. (E2)

Eu comecei a estudar direito e eu tinha um namorado na época e o pai dele era sócio de uma empresa de auditoria. E... Quando eu cheguei ao sétimo período, eu estava começando a procurar estágio, até então, eu nunca tinha trabalhado, e ele assim, meio que me convocou para trabalhar lá. (E1)

Elas deixam claro que um dos critérios para a aceitação do homem como marido é o fato de ele aceitar, ou pelo menos tolerar, conviver com uma mulher que queira dividir as tarefas domésticas, o provimento das necessidades materiais e também o poder de decisão na família. É interessante destacar o relato da entrevistada 5, que colocou a manutenção da sua carreira como condição para o casamento. Ela mesma providenciou a transferência do marido para a cidade em que ela trabalhava.

Meu marido nunca atrapalhou minha atividade profissional. Até nunca precisei falar para ele que não me incomodasse. Ele viu quando me conheceu que eu era assim, que eu viajava muito. Sempre viajei muito a trabalho. E ele sabia. Então, eu sempre tive muita liberdade nisso. Eu sempre almocei com cliente. Às vezes vinha gente de fora à noite e eu saía para jantar. Ele nunca impediu esses meus movimentos. Então, eu nunca fui impedida... Meu casamento nunca me impediu de fazer esse tipo de atividade... (E2)

Aí, eu casei. E meu marido trabalhava em Três Rios. Aí eu disse: com uma condição: Eu não saio daqui. Então, ele conseguiu ser transferido para Lafaiete, e

depois eu consegui que ele viesse para Belo Horizonte, para trabalhar no Prodemge. (E5)

Ele acha... Ele acha muito interessante meu trabalho. Ele gosta que eu tenha essa independência porque ele já me conheceu assim né? O horário dele também é muito parecido com o meu. Ele é contador então, tem os períodos, os picos de excesso de trabalho. Então, ele me entende muito bem. A gente se dá super bem em relação a isso. (E8)

E elas contam com o marido como um suporte para as suas carreiras profissionais, dividindo as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, já que o excesso de trabalho fora de casa não lhes permite cuidar de tudo. É claro que essa divisão ainda não é equânime e que os homens não oferecem o mesmo tipo de apoio que as esposas de homens em posição de destaque na sociedade, mas pode-se considerar um avanço eles não apresentarem muita resistência à mudança nos papéis tradicionalmente designados a cada gênero.

Na minha vida uma coisa que me ajuda muito também é que meu marido faz supermercado. Eu consigo delegar isso aí. Eu detesto fazer supermercado. Ele gosta. Então, isso fica com ele. Eu consigo dividir. (E1)

O meu marido ele é um suporte. Não é uma Brastemp, justamente porque... Se eu tenho que viajar, se eu tenho que fazer alguma coisa, ele não gosta muito. [...] Então, ele não é um suporte como muitas mulheres são para os homens. Porque eu acho que as mulheres não questionam isso. É normal o homem viajar, ter reunião o dia inteiro, chegar tarde em casa. O meu marido, ele me ajuda com as coisas da casa e com os filhos. Ele é muito presente em tudo da família. Se um dia eu estiver viajando e tiver que levar os meninos no pediatra ele leva. Do mesmo jeito que eu falei que eu sempre vou ao pediatra ele também vai. Reunião de escola, eu faço questão de ir. Ele também vai. Então, se eventualmente uma ou outra ele não vai, eu vou, ou eu não vou e ele vai. (E1)

Como essa divisão de tarefas domésticas ainda é precária e restrita a poucas atividades, algumas utilizam como estratégias para facilitar essa conciliação das tarefas domésticas não se casar, não ter filhos, ou ter apenas um.

Ele é filho único, eu não tenho mais filhos e não quero ter mais filhos. E o meu esposo também não. Para mim está bom. Eu acho que está bom para a gente poder dar uma boa educação e ter uma condição que você não precisa ficar tão preocupado, você tem que fazer um planejamento familiar, porque senão você coloca os filhos em uma situação complicada assim como eu fiquei. (E8)

Olha... Eu tenho uma especificidade aí que eu não tenho filhos. Eu não sou casada e não tenho filhos. [...] Então, nesse ponto aí da vinculação familiar exige menos do

que marido, filhos e família próprios. Então, tem esse lado. Talvez seja um facilitador também, né? Então, do ponto de vista pessoal, eu tenho mais condição de dedicar ao trabalho. Ao trabalho, ao estudo... Porque não tenho uma família que eu tenha de levar o menino na escola, cuidar do marido. Então, talvez isso facilite. É um diferencial para melhor. Para outras mulheres na mesma situação, né? (E4)

A questão dos filhos gera ainda outro desafio para elas, que é definir quem vai cuidar das crianças enquanto o casal trabalha. Encontrar uma boa babá é uma tarefa difícil, mas fundamental para evitar que a inserção da mulher no mercado de trabalho seja muito intermitente e prejudique a sua carreira profissional e, conseqüentemente, limite também o seu empoderamento.

É... Depois que eu tive filho eu tive uma sorte também de ter uma babá quase perfeita (risos). **O que é muito difícil também.** O que é muito difícil. Então... Eu tive essa sorte. Ela está comigo até hoje, então... (E1)

Em uma estrutura tradicional de família, quando a mulher não concordava com a postura ética do marido ou as suas visões de mundo eram incompatíveis, restava-lhe utilizar-se de estratégias de manipulação para tentar convencê-lo ou se conformar com a situação, porque não lhes era permitido questionar as decisões masculinas ou abandonar um casamento mal-sucedido. O empoderamento da mulher traz-lhe mais autonomia e liberdade para terminar um casamento que não lhe satisfaz.

Separamos já tem bastante tempo. Não sei quantos anos... Ele foi vereador aqui em BH. Nos separamos muito mais por divergências políticas. Ele fez uma opção política... a gente era ligado ao *Partido X*. Ele foi eleito com a participação do *Partido X* e aí eu acho que ele embarca no canto da sereia, eu acho que a Câmara tem muito disso. A pessoa que vem de uma participação mais ligada ao povo, eles tentam muito colocar o ego, o individual, acima do coletivo, que é exatamente o oposto do que eu trabalho e do que nós trabalhamos. (E6)

A dimensão relacional, todavia, vai muito além da socialização primária e das regras familiares. As entrevistadas relatam a importância que as experiências escolares representam para a aquisição de conhecimentos especializados, que caracteriza a socialização secundária,

assim como o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a situação em que se encontram.

7.2.2. Escola

Foi possível identificar nas histórias de vida das entrevistadas a influência de professores que investiam em uma formação mais humanista e crítica, que ia muito além do conteúdo básico do currículo escolar (LOPEZ-CLAROS & ZAHIDI, 2005), oferecendo oportunidades de desenvolvimento do pensamento crítico que lhes permitiam agir para a mudança da sua situação de subordinação de gênero.

Então... É... Eu me lembro agora da irmã *Zilda*. Foi minha professora quando tinha nove anos de idade e que me adorava, que me acolheu. [...] Aí, irmã *Zilda* me levou... Ela foi transferida para ser diretora de um orfanato na cidade de Patrocínio. Então, com 10 anos, eu viajei com ela. Eu completei 11 anos nesse orfanato. [...] Eu participei desses grupos porque eu fiquei lá em torno de 40 dias, todas as minhas férias de final de ano. E essa viagem foi muito importante para mim também, porque eu percebi que aquelas meninas estavam fazendo as histórias dela. [...] Então, essa irmã *Zilda* foi extremamente importante na minha vida. (E2)

E tem os professores que a gente coloca como espelho né? Tanto a graduação, desde o início né? Ensino fundamental, ensino médio, na universidade... eu foi monitora de um microbiologia desde o quarto período da faculdade até me formar, e a professora que eu acompanhava também para mim era um exemplo. De ética, de princípios mesmo... então, assim, eu considero que, graças a deus, eu tive uma boa formação. (E4)

No meu ambiente de escolas sempre teve aquelas pessoas, professores, né? Que me ajudaram muito... (E7)

Outra questão que aparece como crucial para a transformação dessas mulheres em atores sociais ativos foi a participação em movimentos estudantis na escola. Essas experiências deram a elas articulação política, o que facilitou uma posterior participação nas definições das políticas públicas na cidade ampliando o seu empoderamento para as definições de prioridades da sociedade em que vivem.

E por último, eu acho que tem uma grande influência política, que eu acho que tem várias maneiras de você trabalhar com os pobres. Você pode ser voluntário, você

pode ser profissional de qualquer área, e ajudar os pobres, trabalhar com os pobres fazendo voluntariado etc. Eu acho que a minha opção por profissionalização e pela área que eu trabalho hoje. Social no Brasil é um campo vastíssimo. Vai de A a Z. Tem a ver também com algumas opções políticas que eu fui e escolhendo ao longo da minha formação estudantil. Tanto neste ensino médio, que na minha escola tinha grêmio e eu já era do grêmio estudantil, e, sobretudo, no ensino superior porque na universidade eu fui para o movimento estudantil. (E3)

E aí na faculdade, já nos primeiros anos eu me envolvi com movimento estudantil. Era época do movimento pela anistia, né? 78, 79, 80... Movimento pela anistia e tal... Participei de diretório acadêmico... Muito próxima do diretório central, o DCE... Foi a época da fundação do PT... Então, me envolvi bastante com movimento estudantil, e acho que foi uma época também para eu até... Eu acho que tem a ver... Para eu ter escolhido o setor público, né? A questão coletiva, né? Me envolver mais com políticas públicas, e com trabalho mais direcionado para coletivo e não individual. (E4)

7.2.3. Relacionamentos interpessoais

A terceira grande questão apontada pelas entrevistadas como crucial para o desenvolvimento do processo de empoderamento na dimensão relacional refere-se às amizades e às relações interpessoais que elas estabelecem ao longo da sua história de vida.

Se você me perguntar assim: "O que é que, assim... mais mexeu com a sua vida... o que fez a diferença na sua vida?" O que fez a diferença na minha vida, foram as pessoas que passaram, passam e estão na minha vida hoje. [...] Eu estou dizendo que o ser humano, eu acho que ele é a chave do nosso sucesso. [...] Eu acredito firmemente que isso fez a diferença na minha vida. Se hoje estou sentada aqui com você é porque pessoas fantásticas passaram pela minha vida. Como também pessoas que não eram fantásticas. Tá certo? Mas todas elas, sem distinção, foram essenciais para minha vida. É evidente que as pessoas fantásticas foram os grandes facilitadores. Os grandes orientadores da minha vida. E aquelas pessoas não tanto fantásticas, elas também me passaram é... Uma forma assim... Me ensinaram a me proteger, me ensinaram a fugir de pessoas com aquelas características. Me ensinaram até a não ser tão parecida. Saber que aquilo não era muito bom para mim. (E2)

Tinha os meus amigos, mas a minha família, a minha mãe era bem repressora em relação amizades, então, eu não tinha uma casa, onde os meus amigos freqüentavam se, mas eu tinha no colégio os meus amigos do colégio. (E8)

Esses relacionamentos interpessoais, muitas vezes, convertem-se em alianças que favorecem o seu desenvolvimento profissional, a sua visibilidade na esfera pública e o seu processo de empoderamento.

E com isso também eu comecei a ser um ser social. Então, eu comecei a estudar... E com isso eu fui conhecendo as pessoas que começaram a me ajudar a chegar aonde cheguei. Eu acho que eu poderia chegar até muito mais. Se fosse por mim só. As pessoas com que eu convivi fizeram muito por mim. Eu acho até que eu fiz pouco. Elas fizeram muito mais por mim. Elas são muito mais responsáveis por algumas coisas que eu tenha conseguido. E pela mulher que eu sou. Pelo ser humano que eu sou. Eu definitivamente tenho a ver com essas pessoas que eu convivi. Eu tive esse privilégio. (E2)

E quando eu interrompi a residência para... para... por causa do acidente eu o... eu... eu fui convidada para trabalhar em Itabira. E na época chamava centro regional de saúde, que era uma subsecretaria de estado da saúde. Uma colega minha de faculdade já tinha ido para lá e me chamou. Então, foi minha primeira incursão na saúde pública. (E4)

7.2.4. Experiências profissionais

As experiências profissionais são também uma forma de garantir a atualização dos conhecimentos especializados, ampliar a rede de relacionamentos e melhorar o seu status no mercado de trabalho. Elas relatam experiências de empreendedorismo, de inovação, de crescimento profissional, sempre aliadas às relações sociais.

O meu tio chegou em casa e me emprestou dinheiro para eu ser sócia. Então, com o dinheiro que eu dava aula eu pagava para ele os juros do dinheiro. E nós todos colocávamos dinheiro na empresa porque o início de qualquer empresa é difícil. E lá nós fazíamos de tudo. [...] Isso é muito importante porque para você mandar você tem que conhecer. Então, isso foi uma vivência muito grande. (E5)

E a gente conseguiu fazer algo inédito: a gente tinha um computador com 8Kb de memória. Hoje nenhum... Ninguém aceita nada com menos de 1Gb, um milhão de vezes mais, não é 1000 não, é milhão de vezes mais. Mas nós dávamos conta. [...] Às vezes a gente ficava três dias a impressora tinha 80 linhas por minuto e a gente podia ver a linha por linha, hoje gente tem uma impressora que tem 1000 por minuto. As diferenças... a gente se vai atualizando com isso. (E5)

Era uma empresa super desestruturada, as pessoas só trabalhavam quinta e sexta-feira, porque tinha o serviço de crediário e de loteria o resto dos dias ninguém aparecia lá. Aí eu comecei a criar uma equipe, e comecei a vender [...] E depois um diretor da época me indicou para ser gerente, que depois passou a chamar superintendente da filial daqui porque achou que eu tinha mais capacidade que os outros. E aí ele então, me deu muito mais força, ele me apoiava em tudo, e os outros brigavam com ele. (E5)

Aí eu comecei a crescer, a empresa quando fui para lá tinha cinco salas, depois eu peguei um andar que era com 32 salas. [...] Tem os parceiros que eu criei que estão comigo até hoje, e todos os bons que eram da minha confiança eu trouxe para trabalhar comigo. E aí já tem vinte anos que eu estou aqui. (E5)

Então, trabalhei na área bancária, contas a receber, contas a pagar, ligando para fornecedor, cuidando do estoque. [...] E um ano depois eu vim trabalhar aqui na empresa, e entrei no departamento de contas a pagar. Isso foi em 89. Quando foi em 92 eu fui implantar a filial de contas a pagar na filial de São Bernardo do Campo. Quando voltei, eles me promoveram para trabalhar no departamento de faturamento. Com o passar do tempo faturamento e cobrança. Nós mudamos para cá, em 94, na nova sede, e com a saída do gerente administrativo algumas funções dele passaram para mim. Então, como uma das funções dele era ser responsável pelo financeiro todo então, eu assumi essa nova função de gestora financeira. E trabalhei como gestora do departamento financeiro durante 14 anos. Em agosto eles me deram essa função de diretora-executiva. E eu aceitei e para mim é um desafio. (E8)

Todo o esforço de desenvolvimento profissional e de investimento em educação e na carreira profissional acaba culminando em reconhecimento profissional e destaque no mercado de trabalho.

Até teve um fato que a empresa que eu fui demitida me chamou de volta. Aí eu fui lá e fiz os testes, pa-rá-rá, passei tal. Aí, eu não quis voltar para lá. Eu disse meu primeiro não profissional. [...] Aí foi quase uma vingança infantil da minha parte. Eu fiz as provas sabendo que eu não iria. Entendeu? (E2)

Aí eu virei oradora da minha turma. [...] Eu fiz um discurso superpolitizado e o reitor adorou meu discurso. Acabei de fazer o discurso e fui cumprimentar, ele já me conhecia, ele sabia quem eu era porque eu era funcionária da pastoral da universidade, ele é padre... Ele era padre então, a gente trombava em reuniões... Aí ele disse: eu gostei do seu discurso e vou investir em você. Na hora dos cumprimentos. Aí ele me deu cargo de assistente social. Trabalhando na pastoral da universidade. Aí foi ótimo. (E3)

Tanto do ponto de vista formal, quanto familiar, quanto do ponto de vista relacional. [...] eu não estou aqui por indicação política, eu estou por mérito! Eu sou de carreira na prefeitura, estava lá no hospital das clínicas, também na diretoria do hospital, que eu acabei indo para lá como assessora e fiquei dois anos e meio como diretora administrativa do hospital das clínicas. E aí o Secretário Municipal quando assumiu a secretaria me convidou para voltar para a secretaria. Eu já era funcionária de carreira da prefeitura. Então, é por mérito. Não é por indicação. (E4)

Aí logo em seguida eu comecei a trabalhar numa outra multinacional, a *TTT*, e aí aconteceu um fato que também que eu acho que foi marcante na minha vida. Primeiro que eu fui trabalhar numa empresa e consegui, pedi, briguei, daí a uns meses, para ser vendedora. Naquela época que foi... [...] trinta e poucos anos atrás. As mulheres não vendiam nem Avon naquela época. Eu vendia máquinas, calculadoras. Isso foi um marco muito importante na minha há vida. Primeiro porque eu entrei num mundo muito masculino. [...] E aí eu tive muito sucesso como comercial. Trabalhei um tempo nessa empresa. [...] a *TTT*, que na época era melhor empresa para um homem trabalhar, imagina para mulher? Era o céu! Eu muito nova, eu tinha 21 anos nessa época. (E2)

Mas a dimensão relacional não apresenta apenas aspectos impulsionadores do processo de empoderamento. As entrevistadas relatam diversas situações em que a convivência em família

e a sua socialização primária e secundária (BERGER & LUCKMANN, 1987), apresentam-se como entraves ao processo de empoderamento feminino.

Uma das questões que elas relatam como dificultadora do processo de empoderamento é a criação familiar nos moldes patriarcalistas tradicionais. A expectativa sobre elas é que fossem mantidos esses padrões de comportamento de subordinação de gênero e, por isso, para conseguirem mais autonomia e poder na família e na sociedade precisaram passar por algumas situações de conflito.

Eu fui criada no interior, em Pedra Azul, filha de fazendeiros. Mas os meus pais... Meu pai era casado duas vezes. Eu sou filha do segundo casamento. Morreu a primeira esposa dele. Antes ele teve quatro filhos. A minha mãe casou novinha, com 18 anos. Foi cuidar dos quatro filhos dele mais cinco. Então, assim, eles tinham... Eram pessoas muito legais... Meu pai... Minha mãe é ainda viva. Meu pai faleceu há três anos. Ele morreu com 95 anos. [...] Eu estou dizendo isso porque do ponto de vista da minha atuação, não tinha uma aceitação em casa. A visão deles, a concepção deles, não era a mesma. (E6)

Depois daí que eu venho. Eu terminei o curso normal e a intenção dos meus pais era que eu permanecesse em Pedra Azul. Eu tinha um namorado. Tudo no maior gosto para que eu casasse e tal. Ele era bem resolvido na vida, mas não era minha intenção. (E6)

A minha mãe ainda entendia um pouco o meu lado, mas meu pai não. O meu pai era aquele patriarcal mesmo. Então, eu mandei e você tem que obedecer. (E7)

Eu senti isso em família. A minha mãe era dessa maneira. A minha avó não trabalhava. A minha mãe também casou e não trabalhou. Mas eu via que a situação dela era muito complicada. A ponto de ela precisar pedir: eu preciso comprar uma peça íntima, sabe? Muito chato isso. Então, eu fiz essa observação e isso para mim eu não quero. (E8)

Esses conflitos eram tão explícitos que, às vezes, chegavam a converter-se em violência doméstica.

E com isso, eu apanhei muito... (risos da entrevistada) mas hoje eu entendo. Eles queriam era me educar, mas do jeito deles, do jeito que eles aprenderam. Não era por maldade. Eles estavam passando aquilo que eles sentiram também. O que ele tiveram de aprendizado foi o que eles passaram na criação da família dos dois. (E8)

O casamento também pode ser um fator restritivo ao empoderamento se a mulher tiver que renunciar ao seu trabalho e ao seu círculo social já estabelecido para acompanhar o marido.

Fiquei trabalhando dois anos e meio. Aí eu casei. Eu casei bem nova. Eu tinha 21 anos e vim morar aqui em Belo Horizonte. Parei de trabalhar e não conhecia ninguém onde eu fui morar. O meu esposo trabalhava em Vespasiano e estudava à noite. Então, eu ficava muito sozinha. (E8)

Além disso, a maternidade, por exigir uma dedicação de tempo muito grande, acaba interrompendo e dificultando o processo de empoderamento da mulher que se torna mãe.

Eu acho que... Bom... Antes de ter filho é mais fácil. Depois de ter filho aí eu tive que... Uma coisa que eu abri mão foi de fazer um curso no exterior, que eu não fiz. (E1)

Os problemas começam juntamente com a gravidez. É um momento delicado para a mulher que tem uma carreira profissional de destaque. As inseguranças e os sentimentos característicos dessa fase somam-se às preocupações com o cotidiano de trabalho e acabam aumentando a sobrecarga e o estresse sobre a mulher.

Até que eu quis ter filho. Eu descobri que eu tinha um problema para engravidar. [...] E aí eu fiquei oito anos me cuidando, fazendo tratamento. Na época, eu não deixei de trabalhar. [...] Mas eu comecei a conciliar a minhas agendas. Já tinha certo poder, já era gerente regional então, eu conseguia cuidar da minha agenda para poder fazer o tratamento. [...] Aí eu fiquei grávida de uma menina. (E2)

Trabalhei até o oitavo mês viajando. E viajando não era pouquinho não. Eu ficava de segunda a quinta fora de Belo Horizonte. Eu viajava... Eu tinha que ficar um dia em Brasília, um dia em Uberlândia, um dia em São Paulo, então, eram várias pousos e decolagens. Eu tenho medo de avião! E viajo! Mas aí eu tomava minha homeopatia, eu falava assim: "não vou ficar com medo agora não, meu menino vai achar ruim. Eu rezava, um mantra, alguma coisa para ficar bem e não atrapalhar o bebê. Mas até o oitavo mês eu trabalhei. E trabalhei até a véspera da menina nascer. (E2)

Elas também precisam conviver com o tratamento condescendente de homens que acreditam que a mulher fica mais frágil e menos capaz com a gravidez.

Agora tenho outros casos, por exemplo, a gente tinha que despachar com o juiz, teve um caso lá em Brasília que a nossa advogada, grávida, conseguiu que o juiz agilizasse o processo (risos). Acho que o homem ficou assim: "Mulher grávida, né? É uma coisa sagrada". Ele anotou no processo assim: "Agilizar - grávida!" E era um

processo de uma empresa contra a união federal. Não tinha nada a ver! Não era nem pessoal! (E1)

No meu caso quando eu estava grávida também percebia isso. Se estivesse na fila do elevador com uma folha na mão, alguém já se oferecia para carregar. "Deixa eu carregar para você, você está grávida". (E1)

Outra questão complicada para elas foi a licença maternidade. Elas relatam que anteciparam a volta ao trabalho porque perceberam que o afastamento as prejudicava no espaço profissional. Acabaram sacrificando a vida pessoal e familiar porque sabiam que a situação em que se encontravam era desfavorável a elas.

E isso implica um sacrifício na vida pessoal. Então, meu primeiro filho eu fiquei dois meses de licença, só. Mesmo assim atendendo o tempo todo ligação do escritório. No segundo eu já forcei um pouco a barra e fiquei três meses, mas também o dia inteiro ligação do escritório. É difícil conciliar as duas coisas, mas sem ter essa dedicação acho que é muito difícil crescer. (E1)

E aí aconteceu uma coisa interessante, mas que hoje eu não faria igual. Nesse momento eu voltei a trabalhar com dois meses que a minha filha tinha nascido. Eu não faria isso hoje. Sob pena de perder o emprego. Eu fiz essa concessão. Aí você me pergunta: então, você se arrependeu? Eu acho muito chato esse negócio de se arrepender. Não me arrependo não. Fiz uai! Fiz está feito! Mas se eu voltasse atrás... Eu detesto se também... Mas fazendo uma análise... Se eu vivesse isso de novo eu teria os meus quatro meses para cuidar da minha filha. [...] Eu voltei porque... Talvez porque eu fui muito pressionada. O meu marido me pressionou a voltar. Ele ficou muito preocupado com meu emprego. Eu tinha uma estrutura legal, uma enfermeira maravilhosa, a minha chefe também me pressionou. E eu voltei. A empresa até não me cobrou de eu voltar. Claro que tinha um movimento de gente querendo o meu cargo. É uma multinacional e tal. Aí eu voltei. E voltei forte, voltei trabalhando muito. Viajando... É... E aí, por exemplo... Eu amamenteei minha filha até os 8 meses... Eu não abri mão disso. Então, a mulher ela paga esse preço. Mas estava tão feliz que eu não reclamava. (E2)

E quando tive minha primeira filha, eu tinha um sócio que era meio ciumento porque os clientes ligavam todos para mim, eu cheguei... ele sempre me ligava, tinha três, 4 dias que ela tinha nascido, e ele me ligava e falava eu tenho aqui um problema aqui e... quando voltei ele falou: nós mudamos tudo. Agora quem vai ficar com os clientes sou eu, e você vai ficar com área de programação. Só que os clientes continuavam ligando para mim e ele não aceitava. Aí ele começou a achar ruim, eu tive que sair da sociedade. (E5)

Como elas voltavam ao trabalho durante o período de amamentação, passavam ainda por desconfortos físicos como dores nos seios.

Aí ela começou a ter comidinha no quarto mês. Aí eu deixava leite para dois dias do peito. Ela tomava na mamadeira meu leite. Aí eu viajava de manhã, e voltava no dia seguinte à noite. E foi um momento... Foram meses mesmo difíceis. Porque o peito

incha... Dói para caramba... Eu tinha... Às vezes eu sentava à noite no box do hotel e deixava a água bater. Aí você pergunta como você agüentava isso? Eu acho... Eu brinco assim... Eu falo que estava uma doída mansa. Eu estava num estado de alegria tão grande que eu tinha conseguido a minha filha, que eu achava isso muito pequeno. [...] Então, eu não achava que podia reclamar disso, de estar sentada lá com o peito doendo. (E2)

Superados os desafios iniciais da gravidez e da amamentação, surgem os problemas da educação e do acompanhamento dos filhos. É nesse momento que elas se mostram mais inseguras com o seu desempenho e ficam na dúvida se o tempo que podem dispor para os filhos é realmente suficiente.

Durante um tempo falou-se da questão que mulher que fica ausente e é ruim para os filhos. Aí veio aquele papo: "O importante não é a quantidade do tempo, é a qualidade". Agora já está vindo um outro papo que: "não, não é bem assim não. Não é só a qualidade não. A quantidade também importante. Ficou aquela geração sem limite, os pais não põem limite nada..." então, esse papel da mulher mãe está sendo questionado e ainda confunde. (E1)

Elas se desdobram para conciliar as demandas dos filhos e da empresa e, muitas vezes, se sobrecarregam para dar conta de tantas atividades.

É até um pouco que eu falei antes, sobre o homem pensar que a mulher às vezes tem filho e falta. Não foi o meu caso, até hoje eu não tive nem uma falta por causa de filho doente. Porque graças a deus nunca tiveram nada assim. Quando tinha eu conseguia conciliar perfeitamente de vir aqui e ir ao pediatra. Eu sempre vou ao pediatra então, sempre tive sorte e sempre deu muito certo para poder conciliar dessa forma. Escola. Meus filhos estudam de manhã. Então, o que eu faço: eu levo eles na escola às 7 da manhã chego daqui a 7h15. Aí eu saio onze meia para poder buscar na escola. Então, é... Eu chegar 7h15 aqui é bom porque não tem ninguém aqui e rende. Então, não prejudica de eu sair um pouco mais cedo. Então, isso eu tento participar da vida deles de levar e buscar na escola, eu acho que isso é importante. Não quero colocar escolar, terceirizar essa função. Eu que quero fazer. (E1)

Mesmo com tanto trabalho e esforço, os valores interiorizados e a sensação de dever não cumprido as perseguem, gerando um sentimento de culpa por não conseguirem desempenhar o papel tradicional de mulher "dona de casa"

Porque eu falo isso, mas eu sempre estou... Ai... Com um pouco de culpa que eu tinha que ficar mais um pouco os meninos. Mas dizem que essa culpa não passa nunca. Que ela é eterna. Que é a culpa de mãe. Então... Eu fiz um curso no Rio de Janeiro em 2005 a que eu tinha que todo fim de semana... Aí eu ficava: "Nossa... e tal... Ai... os meninos... nossa..." [...] Mas eu acho que essa diferença é um ranço cultural ainda. Está mudando, mas ainda existe. (E1)

Eu sou horrorosa em habilidade manual, eu acho até que por isso eu desenvolvi tanto a minha capacidade verbal. Para compensar, né? [...] Mas eu acho que ainda precisa resolver isso, precisava resolver um pouco essa questão da habilidade manual porque ainda ficou restinho de sentimento de inferioridade. Eu brinco que minha mãe quando foi distribuir os pozinhos de habilidade dos filhos ela tropeçou o e caiu toda habilidade manual numa irmã minha que é super habilidosa. Nas outras irmãs cai um pouquinho em mim não veio nada, não veio nenhum pozinho. [...] Ela tentar ensinar o projeto, os bordados, a mamãe era habilidosa... Mas eu não dava conta de aprender. (E2)

Com o meu filho, gerou um sentimento de culpa da minha parte no início. Porque eu já deixava ele em casa, desde que nasceu, e depois eu comecei a estudar aí ele ficava o dia todo e mais uma parte da noite. Mas depois quando ele começou a entender, o comecei a conversar com ele, porque é o seguinte: a gente pode dividir as coisas, o importante que eu falo com ele é eu estar presente na hora que ele mais precisa de mim. E aí eu me desdobrava para poder nessas horas estar junto dele. (E8)

Elas sentem que são prejudicadas pelo excesso de exigências domésticas e profissionais.

Sentem grande dificuldade para conciliar essas demandas com a quantidade e a qualidade que gostariam.

É muito difícil para uma mulher conciliar: trabalhar fora, estudar, esposo e filhos. Cada lado desses tem seu grau de exigência, e você não pode falhar com nenhum deles. Você até falha, mas tem certo percentual de tolerância daquilo ali. Então, em casa, seu deixar faltar alguma coisa da casa que ficou pendente aquilo ali tem que ser o tolerável, né? Então, eu não posso deixar faltar o supermercado essas coisas. Filho na escola, eu não posso faltar à reunião, eu tenho que estar acompanhando, direcionando e ele mesmo, porque às vezes vêm muitos trabalhos que ele ainda não tem aquela... doze anos não tem como ficar... faz as coisas, mas faz muito superficial. Então, lá eu não posso faltar. Como profissional a tolerância é mínima, porque em casa ainda releva muita coisa, mas na área profissional você não pode falar que não teve tempo. Tem que se virar e tem que arrumar esse tempo. (E8)

(Gagueja no início)... É... Eles entendem. Sentem falta e tal... Acham que eu devia ficar mais tempo com a família e tal, mas isso eles entendem. (E1)

Aí já dificultou... Porque a coisa absorve tanto a gente... Acho que esse gostar, essa obsessão pelo trabalho, de querer fazer bem, é... Nos faz relegar a vida pessoal mesmo a segundo plano. Então... um dos motivos... além do que eu já disse no início da entrevista de eu não querer me manter essa posição... não tenho essa pretensão nem se tiver convite... é melhorar a minha qualidade de vida. Eu acho que todas nós que trabalhamos muito, que temos essa obsessão pelo trabalho, por fazer bem... eu não estou sendo pretensiosa não. Eu não estou falando que eu faço bem. Eu digo que eu trabalho para fazer bem. A gente deixa a vida pessoal em segundo plano. Eu até tento conciliar... No fim de semana ter uma vida social, lazer, uma atividade cultural mas a cabeça não vai. A cabeça não sai daquilo que eu não consegui fazer durante a semana, daquilo que eu ainda tenho que fazer na próxima semana... Telefone celular 24h. Até pela característica do que eu faço. É saúde, saúde não para... Então, prejudica, e isso não tem dúvida. (E4)

E não é só os filhos que representam restrições para as entrevistadas. Para se manterem competitivas no mercado de trabalho, elas precisam se manter em constante aperfeiçoamento e precisam conciliar também as demandas escolares com todas as outras que já as sobrecarregam.

Eu ia e voltava todo dia. Uma hora e meia para ir e uma hora e meia para voltar. Era uma loucura! Saía 4h da manhã da minha casa, e ficava na aula até as 11h da noite. [...] Mas quase morri! Perdi a saúde. Não tinha noite de sono. Não tinha como estudar. Porque eu só dormia. Sábado eu só dormia, domingo eu só dormia, na hora do almoço dormia, então, começou a prejudicar um pouco o curso, a saúde, e eu fui vendo que empresa não era a minha. (E3)

O processo de empoderamento acaba gerando uma situação contraditória para a mulher que o vivencia dentro em contexto que não as favorece, e elas sofrem com o excesso de trabalho e de exigências.

É uma carga pesada, ter que dar conta de tudo. Eu às vezes fico assim... Nossa! Eu queria abrir uma portinha e ir parar em um universo paralelo e ficar lá. Depois eu volto. Eu sou o tempo inteiro demandada de mil lados, é o tempo inteiro alguém me chamando e tal. Mas eu acho que depende muito da mulher também fazer valer. Olha e isso aqui você tem que dividir comigo e tal. (E1)

Agora tem uma coisa, me parece, pelo que eu tenho acompanhado, que as mulheres também, talvez pelo tipo de vida e, pela dupla jornada de trabalho, até tripla jornada, porque tem que trabalhar às vezes o mesmo tanto que os homens, e tem de cuidar dos filhos, tem que administrar a casa, e até às vezes, se não tiver condição de pagar, tem que fazer a comida... ou seja, é muito trabalho não é? Mas eu não sei. Eu acho que ainda tem muito caminho a percorrer. (E6)

É justamente por isso que o processo de empoderamento exige um alcance maior para que ele se configure como uma distribuição mais igualitária das oportunidades, privilégios e trabalho na sociedade. No capítulo a seguir, serão apresentados os relatos a respeito das ações das entrevistadas sobre esse contexto, de suas percepções sobre as transformações ocorridas e dos entraves que ainda encontram.

7.3. A dimensão contextual

Para uma análise mais aprofundada do empoderamento feminino no nível contextual foram observados nos relatos das entrevistadas os momentos que elas descrevem suas ações práticas para a melhoria do seu bem-estar e quando a sua atuação se amplia para a sociedade em que está inserida. Também serão apresentados os trechos da narrativa em que o contexto interfere, positiva ou negativamente, no processo de empoderamento das mulheres.

Em suas narrativas, as entrevistadas descrevem momentos em que acreditam estar contribuindo para uma mudança da sociedade em que vivem. Elas se utilizam de seu status e influência para se apresentarem como exemplo para outras mulheres que se encontram em situação mais desfavorável que elas.

Eu acho que sim. Eu acho que todo mundo tem na verdade. Todo mundo tem. Dentro do seu papel. Eu acho que, por exemplo, esse fato de que eu acho que nenhuma mulher deve ser dependente do marido. É uma coisa que eu sempre... Se tem alguém eu falo... Eu acho importante. Eu tenho uma amiga aconteceu isso, e tal... Conheço muitas mulheres que ficaram dependentes do marido. Eu acho isso perigoso e arriscado. Então, eu acho que eu tenho essa função com meu exemplo, de uma pessoa bem-sucedida, de uma pessoa também preocupada com a questão social. Eu vejo que se irradia. Então, assim as pessoas que eu convivo. Eu vejo que algumas... "Nossa a Luciana fez isso...". Às vezes eu vejo alguém se espelhando. Então, por isso eu tenho até mais responsabilidade. Não é porque eu sou sócia do escritório eu sou melhor do que outras pessoas. De jeito nenhum. Mesma, mesma, mesmíssima coisa. Então, essa preocupação com ecologia, a educação dos filhos, valores morais, ética... Como estou na posição de poder que as pessoas olham assim... Eu acho até engraçado porque me olham como se fosse uma pessoa diferente... E algumas se espelham. Eu acho isso muito importante. Eu vejo isso acontecer. (E1)

Acho que o primeiro poder de decisão sobre os rumos da sociedade é zelar pela formação de pessoas. A gente passa, vê outros, e o jeito que uma secretária me vê trabalhando, uma secretária, do apoio, ou que um gerente, um trabalhador da rede me vê trabalhar, vê a minha postura, a atuação nossa no dia-a-dia eu acho que já é um indutor para a formação de pessoas. Então, começa por aí. (E4)

Pela minha atuação pessoal mesmo, pelo jeito de eu fazer política, de fazer meu trabalho de dia-a-dia com aqueles que estão próximos a mim, e pelos projetos que eu defendo e ajudo a desenvolver. (E4)

Além disso, buscaram exercer o seu poder nas organizações de maneira responsável socialmente, de forma que a sua atuação possa gerar mais bem-estar na sociedade em que ela está inserida.

Então, aqui no escritório eu sou responsável pelo fundo beneficente. Uma parte do faturamento vai para o fundo beneficente. Então... Eu sou responsável por olhar no que a gente vai investir. [...] nós vamos patrocinar uma escola que abre todos os sábados de manhã para comunidade carente. [...] É claro que essa escola abrir no sábado de manhã não vai resolver o problema da educação no Brasil. Mas as crianças que vão lá, que interagem com os monitores, essas crianças não sabem nem comer com garfo e faca. Se ela já aprende aquilo lá leva àquilo para casa, aquilo ganha mais espaço. A família também aproveita daquilo. Nosso escritório de Curitiba também construiu uma casa creche e doou para a comunidade. [...] Nosso poder de influir na sociedade é muito grande. Nós buscamos sempre ter uma influência de forma positiva. [...] Então, tem muita coisa de gente pode fazer. E estamos fazendo. E queremos fazer mais. (E1)

E nós tivemos outro que era para treinar pessoas para ser empregados. Nós aqui mesmo já pegamos mais de 100. E... nós temos uma área que é só de treinamento para deficientes. E no ano passado nós geramos mais de 3000 empregos. Ali no cinema, todos são nossos. Um já virou gerente. Sabe? É muito gratificante. (E5)

Mas a sua atuação vai muito além da organização em que ela trabalha. A entrevistada 6 narra a sua preocupação em contribuir para a melhoria do mundo em que vive. Percebe como a sua atuação pode ser importante para isso. Ela relata sua longa história de militância política em um partido de esquerda, buscando a transformação social.

Porque não eu não precisava estar aqui. Poderia estar com meu consultório. Olha há quantos anos eu me formei, 28 anos atrás. No tempo em que se ganhava dinheiro com odontologia ainda. [...] Então, para mim é isso. Poder é instrumento de democracia, de maior dignidade de vida, de melhorar a qualidade da saúde, da educação, o povo...

Eu passei no vestibular em 66, aí isso já era 68, um processo político complicado no país. Golpe militar que teve antes em 64, muita perseguição política, eu me tornei uma liderança na minha faculdade e depois em nível da cidade, representando a faculdade junto ao diretório central dos estudantes. Então, a situação ficou muito difícil de continuar e aí eu abandonei a faculdade e aí entrei em uma vida clandestina. (E6)

Bem... Voltei, me formei, e aí... Mas nunca deixei de pensar politicamente, de querer participar, de querer contribuir com todo esse processo de mudança no país, tá? (E6)

Quando chegou em 92, pouca diferença né? Nós integramos a campanha do *Silas Ananias*. Foi um movimento também muito importante, teve vários partidos de esquerda, apoios de entidades, setores sociais, a igreja, o *Silas* sempre foi muito

ligado à igreja. Então, foi uma frente de vários partidos e setores sociais e pela primeira vez a gente teve que um prefeito de esquerda representando esses setores sociais que viveram durante anos aí de regime militar, de luta contra a ditadura, que acumulou forças. É claro que isso depois vai dar no Lula mais adiante. E também não foi o Lula, ele foi eleito não é porque era o Lula, nem por que era do PT, foi um conjunto de forças, de movimentos, de setores sociais, muita gente deu a vida nesse período. Teve tortura, teve n coisas. Para chegar nesse nível. (E6)

Essa atuação política é apresentada como um grande desafio, que culminou em exílio, perseguição e mudança de identidade.

Então, depois teve um período de muita perseguição política... Eu fui para São Paulo, eu fui para o Nordeste como eu te falei, eu fui para Fortaleza. Foi lá que eu me casei, e depois foi quando teve a guerrilha do Araguaia, não sei se você já ouviu falar, e eu fui deslocada para uma base de apoio à guerrilha do Araguaia no Maranhão, em Bacabau. Então, resumidamente eu fiquei dez anos fora daqui. [...] nós fomos a Fortaleza e de lá nós soubemos que estavam perseguindo a gente, nos procurando e aí ficamos lá um tempo e aí nós fomos para o Rio, morei algum tempo lá, inclusive a minha primeira filha nasceu lá e aí dez anos depois eu retornei, isso foi em 78. (E6)

Então, eles me localizaram. Deram uma batida na casa onde morava, e tal. E aí saiu até o jornal me procurando. E depois disso eu tive que ficar loira, ficar dentro de casa, fiquei uns dois meses dentro de casa, até sair de lá e adquirir uma nova identidade. O que é adquirir uma nova identidade? Eu não podia mais usar o meu nome, os meus documentos. Ou seja, tudo foi destruído e começou do zero. (E6)

Entretanto, essa experiência também lhe deu visibilidade e abriu oportunidades de atuação no governo, definindo prioridades e participando nas decisões de políticas públicas.

O *Antônio* ganhou. E aí foi até uma época de férias a montagem do governo. Fim de ano, eu tinha até ido para o interior, para minha cidade. E houve uma conversação com *Antônio*, e o meu nome foi indicado para assumir um espaço no governo. Aí começa a minha... aí muda o enfoque da minha vida e a que era um movimento... primeiro a luta contra o autoritarismo no Brasil, a luta contra a ditadura militar, a luta pela democratização do poder, pela liberdade democrática, a pela liberdade de expressão... (E6)

E na conversação do meu partido com o *Silas* foi feita a indicação do meu nome, até fruto dessa história de luta, de vida que eu levei, a luta pelo direito do povo pobre, pelo direito à moradia, pelo direito à saúde, à educação, ao transporte... por tudo isso houve a indicação do meu nome para assumir a Urbel. Da companhia urbanizadora de Belo Horizonte. Naquele momento, não tinha política habitacional, não tinha política para vilas, era muito mais dar material para o pessoal, uma coisa muito inicial. Eu entrei e aí começamos a fazer um trabalho, primeiramente diagnosticar a realidade da cidade, claro que foi uma composição, não fui eu, foi um conjunto de pessoas, criamos um fórum de entidades gerais dos movimentos, e aí todo mundo ia participar, a gente criou um fórum de entidades, para que todos os problemas das vilas e favelas, a moradia popular pudesse estar sendo trabalhada. Então, foi um período muito rico. [...] A gente deu uma democratizada, quero dizer, além de

elaborar uma política, trabalhamos um conselho de habitação com caráter deliberativo, isso aí foi um marco. (E6)

A influência que ela obteve no governo municipal foi tal que durante três mandatos de prefeitos diferentes ela continuou à frente de uma importante secretaria definindo políticas para a sua região.

Eu estou aqui, vai completar o 12º ano. O que é outra coisa incrível também. Porque terminado o primeiro mandato do *Cássio*, quando chegou ao segundo, que aí até ele teve que sair por problema de saúde, ele foi eleito e o *Prefeito* que tinha entrado como vice dele assumiu. E eu permaneci aqui administrando. Então, durante dois mandatos que seriam os mandatos dele... Depois quando entrou a eleição do *Prefeito*, porque aí seria reeleição também, porque ele tinha assumido no meio aí eu já estava preparada para ir para outro rumo. Quando novamente, na discussão entre o meu partido aqui e tal, e também o próprio pessoal ligado ao partido dos trabalhadores comunicando comigo, todo mundo queria que eu continuasse. Moral da história: continuei mais um mandato. Terceira. Fora a época do *Antônio*, é a terceira gestão que eu me encontro aqui. (E6)

A entrevistada 3 narra que no seu trabalho como assistente social ela percebeu que a sua atuação seria muito mais abrangente se ela conseguisse interferir na elaboração de políticas públicas. Fez curso de pós-graduação em elaboração e implantação de projetos de políticas públicas, fez o concurso público para funcionária da prefeitura e conseguiu se articular para ocupar o cargo mais importante da sua área de atuação na prefeitura.

Depois eu resolvi que queria trabalhar com políticas públicas. E aí políticas públicas é um espaço mais no estado. O governo federal, o governo estadual, e o governo municipal. Aí eu fiz concurso público para a prefeitura. Eu sou funcionária concursada da prefeitura. E aí eu entrei como assistente social, depois fui me entrosando, fui sendo promovida, e aí, estando na secretaria há muito tempo, e tendo identificação partidária com a gestão que estava na prefeitura, aí eu fui convidada para ser secretária municipal. (E3)

Então, também a forma de fazer política pública hoje, a área que eu tenho formação, que eu sou especializada que é em elaboração e implantação de projetos de políticas públicas. Eu acho que tem a ver com isso. Tem a ver com a história da família, tem a ver com história religiosa, e tem a ver com a história da minha inserção no mundo da política vamos dizer assim. [...] Porque eu também acredito que as mudanças sociais no Brasil necessariamente passam por mudanças no estado brasileiro. (E3)

Eu atendi, eu elaborei projeto, aí tem muitos projetos que estão em Belo Horizonte há anos que eu ajudei a formatar, ajudei a implementar, não são projetos que começam e acabam, são projetos que a prefeitura implementou. Então, para o prefeito ter peito para acabar, ele tem de brigar com meia cidade. Então, são coisas definitivas. Muitas coisas. (E3)

Essa visão coletiva de buscar uma atuação mais ampla com a definição de políticas públicas também é compartilhada pela entrevistada 4.

Agora outro jeito é as políticas né? Definição de projetos, de políticas mesmo, de como você conduz sistema de saúde na cidade. No que isso pode melhorar a qualidade de vida das pessoas. Esse é lado mais coletivo das coisas. E no que isso pode ser espelho para outros municípios, para outros gestores do sistema, a naquilo que a gente faz bem, no sentido de melhorar a qualidade de vida, melhorar a sociedade mesmo. Eu acho que é um jeito que é a postura pessoal e outro que os projetos que a gente desenvolve. (E4)

Mas elas sabem que as políticas não são a única possibilidade de atuação. Nas narrativas das entrevistadas, são frequentes as referências a suas atuações como cidadãs conscientes da sua possibilidade de ação. Algumas se engajaram em projetos sociais e movimentos comunitários.

Aí fizemos o Projeto Rondon no Vale do Jequitinhonha, foi bárbaro! Um grupo enorme... aí fomos para uma cidade do Vale do Jequitinhonha pobre de marré... a gente aprende muito mais que o povo. Mas foi ótimo. Também para converter um pouco os estudantes, assim... de ver que nem tudo é Belo Horizonte, que tem lugar muito pobre, foi muito legal essa experiência. (E3)

Então, nesse período eu fui... Tomei contato com pessoas que atuavam mais na área popular, no movimento popular. E eu comecei a me integrar mais a esses movimentos e aqui nessa região que eu sempre tive muitos vínculos aqui, né? É... Morava aqui depois que eu retornei depois desses dez anos. Eu me liguei a uma associação de moradores. Eu fui vice-presidente da associação durante muito tempo. E depois comecei a me articular, ligar com os outros movimentos até que surgiu a idéia de criar uma entidade que unisse as associações de moradores e uniões regionais de moradores. [...] E eu fui participar do congresso e acabei eu dirigindo o congresso e sendo eleita a primeira presidente da entidade. [...] O Slogan do congresso foi assim: todos juntos somos fortes. Então, eu sei que aí começou essa atuação minha. (E6)

A gente começou um movimento de defesa dos mutuários do BNH. Foi um período de muita falência, uma situação muito complexa e a gente começou nacionalmente com outras entidades [...] a gente começou a fazer articulações ali no Estado com outras federações ou uniões que é a mesma coisa, de associação de moradores dos municípios. Foi um período que começou uma articulação nacional dos movimentos comunitários. (E6)

Teve no país inteiro o movimento pelas diretas já. Vinte e tantos anos de ditadura, ninguém agüentava. Nós não merecíamos isso, não agüentávamos mais. Então, começou aquele movimento nacional... (E6)

Bem, depois desse processo de articulação mais em nível dos municípios chegou um momento que se colocou para nós a necessidade de uma federação estadual. Então, foi no ano de 88. Primeiro congresso das associações de moradores do Estado de Minas Gerais. Aí o congresso foi lindo e maravilhoso e lá vou eu ser a primeira presidente do congresso estadual. (E6)

Então, a minha história de participação, de ligação com o povo se dá fundamentalmente no movimento comunitário, embora a gente tivesse uma atuação integrada com outros movimentos, luta contra a carestia, outros movimentos que envolvia entidades sindicais, entidades religiosas e de outras naturezas. (E6)

Outra entrevistada conta sobre a sua participação em trabalhos voluntários e descreve as estratégias de articulação com grandes empresas para a criação de ONGs, com o objetivo de melhorar o bem-estar social na sua região.

Eu já tinha sido voluntária nas áreas, na minha área profissional de engenharia, comercial, industrial e na área de informática e resolvi fazer um pouco para comunidade. (E5)

E agora eu abandonei tudo para poder ficar por conta da área de responsabilidade solidária. Da responsabilidade social. Eu sou presidente uma ONG de geração de trabalho e renda. Nós fizemos uma parceria enorme com a *grande empresa*, que acreditou na gente e nos entregou todos os pólos dela pra gente fazer um trabalho com a comunidade. (E5)

Buscam também uma organização para defender os interesses de sua classe de trabalho inserindo-se em sindicatos e entidades de classe de forma atuante e influente.

Eu comecei então, a participar também das entidades de classe, com relacionamento das pessoas da área. Eu já conhecia muitas pessoas... [...] E eu fui nas entidades de classe, eu fui presidente da *Entidade X*, eu fui presidente da *Entidade Y* quatro anos, eu fui vice-presidente da *Entidade Z*, eu fui da *Entidade W*. (E5)

Outra entrevistada narra as suas preocupações com a condição da mulher na sociedade e o seu engajamento e participação no movimento feminista, buscando uma licença maternidade maior, mais controle sobre a sexualidade, articulando-se politicamente para interferir na formulação de políticas públicas mais favoráveis às mulheres.

E nesse período eu me envolvi no movimento feminista lá em Vitória. [...] Acho que pelo menos um pouco essa passagem minha pelo movimento feminista me faz a agir diferente em algumas situações. Mas eu não tenho avaliação de fora, né? (E4)

Havia um grupo de mulheres que faziam reuniões toda segunda-feira, com reflexões diversos assuntos, a maioria deles envolvidos com a questão feminina né? A gente se engajou em algumas lutas, na época, eu me lembro bem, talvez a mais importante da época fosse a da licença maternidade. Licença de quatro meses. Não me lembro bem se era menos ou igual a qualquer férias, a qualquer licença. Teve aquele movimento grande da... da... abaixo-assinado nacional, né? Pressão sobre o congresso nacional... E foi naquela época que surgiu a licença maternidade com o

período que tem hoje. E movimento de creche, e movimento político mesmo, de engajamento na política [...]. Encontros feministas... é... a questão da saúde na época era muito forte a questão da sexualidade e da saúde da mulher. Foram diversas frentes em que eu me engajei. Depois eu mudei para Itabira e a gente formou, puxado por mim, o grupo *Feminista*. Que durante dois anos a gente trabalhou com apoio do *sindicato M* em Itabira, o Sindicato da *Multinacional*. Eu continuei nessa luta lá. E depois que eu saí de Itabira, eu virei simpatizante só. (E4)

Um dos motivos que as fazem persistir e continuar agindo é a percepção de que a participação ativa das mulheres na sociedade tem surtido efeitos e que é possível notar uma transformação social em andamento. Mas elas têm consciência de que, apesar de muito já ter sido feito, ainda há um longo caminho a percorrer para que as mulheres e os homens desfrutem de uma condição de equidade na sociedade.

Na área da assistência social, que nós somos a grande maioria de mulheres, até muito pouco tempo os espaços de poder eram todos ocupados por homens. Até muito recentemente, nós só tínhamos secretários homens. As últimas é que foram secretárias mulheres. As quatro últimas com intervalo de um homem. Porque é isso... Espaço poder é isso que... Acho que antigamente era assim espaço de poder é igual espaço masculino. Acho que muito recentemente que espaço poder pode ser também um espaço feminino. Isso aí é por causa da história das mulheres não só no espaço de poder, mas também no espaço doméstico, de luta da mulher na sociedade. (E3)

Eu acho que mais espaço de poder virá com mais mudança da forma como a sociedade vê as mulheres. E mais da luta das próprias mulheres. Ela só chegaram onde estão porque lutaram muito. E elas chegaram a mais espaço de poder e a mais espaço no mundo trabalho e mais espaço doméstico, e mais igualdade... O próprio código penal, a coisa da separação, isso tudo é muito recente. Então, eu acho que nós vamos chegando a mais espaço de poder à medida que socialmente a gente vai ocupando mais espaço. E à medida que a gente for disputando mais. (E3)

Elas citam mulheres que alcançaram postos de chefes de Estado com uma influência política internacional e mantêm a esperança de que um dia esses casos não sejam mais apresentados como exemplares ou exceções à regra.

Eu acho que... Já está sendo feito... Você vai nas faculdades hoje. Já tem vários cursos que têm mais mulheres do que homens. É difícil hoje um curso... Até engenharia hoje já tem mais mulher do que o homem. Não tem mais mulher! Têm mais mulher do que antes! Porque antes era só homem agora tem mulheres também. Eu acho que está começando. Eu acho que, à medida que essas pessoas, essas mulheres forem crescendo profissionalmente e forem se destacando, elas vão alcançar. Eu acho que é uma coisa natural, que vai fluir. (E1)

Então, eu acho que essa... nós mulheres, ou os movimentos feministas, têm tido avanços, que esses avanços eu não coloco apenas a nível do país. Você pega hoje a nível internacional... eu até a achava que a Clinton ia conseguir, só que ela também esbarrou com uma luta antiga da questão racial, do negro... eu acho aquele negócio até interessante. (E7)

Mas eu acho que temos tido avanços sim. Hoje você tem uma participação maior de mulheres a nível do governo. Isso do mesmo jeito que nós tivemos a... no Chile né? A... como é o nome dela? Bachelet? Michelet? [Michelle Bachelet³] agora eu esqueci o nome dela. Depois eu lembro. Então, já tem aparecido mulheres mais atuantes e participantes. Tem uma que foi assassinada há agora há pouco tempo [Benazir Bhutto⁴]... Você vê que essa coisa começou até a pesar nos Estados Unidos. Na questão racial, por exemplo, já estão pensando em um contraponto ao Obama, que é a Condolessa Rice. De colocá-la como vice do outro. (risos da entrevistada). Então, isso é muito engraçado. Então, a eu acho que tem tido esses avanços sim. (E6)

Hoje a nível de país, a Dilma Russef por exemplo, está começando a ter um destaque, já falam até no nome dela para presidente. Você já deve ter ouvido isso. Mas se você pega na composição do governo federal também, olha o número de mulher que tem lá. Não são muitas. E agora a Clotilde faz uma bobeira lá, erra, e agora eu acabei de saber que vai entrar um homem lugar. Um homem negro. [...] Então, a gente... não é fácil. Mulheres no poder... eu acho que no movimento sindical tem crescido o número de mulheres, nos movimentos de uma maneira geral. Eu percebo os movimentos populares, a participação das mulheres à frente de associações de moradores, outros movimentos tem crescido bastante em relação aos homens. Agora uma coisa que eu acho que está longe ainda do que a gente deseje, é porque a violência contra mulher continua muito alta. É impressionante o número de... sempre está saindo dados aí da violência e da impunidade, você se lembra de um jornalista famoso aí, todo mundo vendo, ele mata a namorada que eu acho que não queria mais nada com ele, o homem está solto aí. Tem dinheiro, aí recorre e tal. Tem muita coisa ainda para mudar. E para mudar essa questão cultural de valorização da questão do gênero, do mesmo jeito que a questão racial, tem muita discriminação. (E6)

Elas demonstram ter consciência de que a cultura, as leis e a sociedade em que estão inseridas interferem na forma como a mulher pode agir. Mas, às vezes, não se dão conta que o que parece ser muita liberdade pode não ser.

Porque eu sou uma mulher ocidental. A mulher oriental, a mulher que está lá no Afeganistão, no Irã, é uma coisa inimaginável. Ela gostaria muito de tirar aquela coisa da cara dela por que está quente. Ou ela gostaria muito de mostrar os pés ou as mãos. Coisas que eu nem penso! Porque eu faço! Então, é muito cultural isso. Essa resposta é muito cultural. A mulher dentro da sociedade que eu vivo hoje, que ela decide na suas coisas básicas e algumas coisas nem tão básicas. Ela sai, ela chega

³ Acrescentado pela autora

⁴ Acrescentado pela autora

em casa a hora que ela quer... Evidente que se ela tem filho, tem marido, tem uma negociação sobre isso. Você abre negociação. Você quando tem filho você fala: nossa eu preciso de almoçar em casa hoje, tem tanto tempo que eu não estou almoçando com meu filho. Você tem essa cobrança. Não porque eu sou obrigada a ir. Se eu não tenho o prazer de ir, que estou fazendo outras coisas que eu gosto... Mas tem obrigação também. Então, você é norteadora em cima disso. (E2)

Lá no Afeganistão eu acho que tem que escolher sobre coisas que para mim eu nem presto atenção. Porque eu nem escolho eu faço. Eu não peço permissão, nem penso se vou fazer. Eu já acordo e faço. Está no meu automático. Agora, na sociedade que eu vivo, principalmente no casamento que eu tenho e tal... Porque eu vou e faço e tal. (E2)

No próximo capítulo, serão apresentadas as questões relativas à configuração das relações de poder e de gênero que permearam as três dimensões do empoderamento das mulheres entrevistadas, impulsionando ou restringindo o seu processo.

7.4. Relações de gênero e poder

Neste capítulo, serão apresentadas as percepções das entrevistadas referentes às configurações das relações de poder e de gênero em que estão inseridas. Em suas narrativas, é possível perceber que o patriarcalismo ainda é a estrutura predominante de gênero e poder. As entrevistadas percebem que os valores e a cultura em que estão imersas produzem contradições no discurso de equidade, porque mesmo aquelas mulheres que têm consciência da subordinação acabam reproduzindo inconscientemente o modelo patriarcal a que estão acostumadas.

Agora, as mulheres são muito machistas, porque as nossas mães nos criaram muito machistas, eu acho que já mudou muito em relação a uma geração, a várias gerações antes de nós. Mas a gente ainda tem muita coisa para mudar. Eu não sei se eu crio o meu filho de maneira que ele não seja machista. Eu acho que a gente também é muito machista entendeu? E aí reproduz. Reproduz no trabalho, reproduz com o filho, e também porque a gente não vai aprender tudo em uma geração. Eu acho que a geração que vier depois de mim vai ser menos machista do que a minha. (E3)

Então, a gente vivia com certa dificuldade porque minha mãe achava que ela não devia sair para trabalhar, embora tivesse várias propostas, porque ela não era do tempo que as mulheres podiam abandonar os filhos. (E5)

Elas percebem que a submissão da mulher ao homem ainda está presente na sociedade. Percebem isso na própria família, com seus pais, e atribuem essa submissão ao fato de as mulheres dependerem economicamente dos maridos, se sentirem constrangidas socialmente por desejarem entrar no mercado de trabalho ou se separar do marido.

E meu pai às vezes voltava para casa. Porque a mamãe era apaixonada com ele. Eu tenho até dúvida dessa paixão. Mas também ela era porque naquela época a nem se pensava em ter outro homem. E a mulher separada era uma mulher muito discriminada também. Meu pai voltava para casa quantas vezes ele tinha vontade de voltar. (E2)

Mas tem alguns lugares onde as mulheres são submissas, e a gente tem isso em família. Eu vejo isso em família, essa submissão feminina ao poder aquisitivo e financeiro mesmo do marido. Então, ela tem essa submissão pelo poder aquisitivo. E

os filhos trilham esse caminho. A minha mãe é submissa ao meu pai, então, eu tenho que atender à ordem masculina. Porque a ordem da minha mãe é não pintar, não fazer arte. Mas aquela assim de determinar se pode comprar ou não pode comprar, se pode viajar ou se não pode viajar, esse poder ainda é bem masculino. Na minha própria família tem isso. (E8)

Elas descrevem a questão da submissão feminina no passado com um tom de esperança de que seja um assunto superado ou que será superado em breve.

Bom, porque... Há um tempo atrás a mulher era só... Só cuidava de casa e... A função dela era só esposa e mãe. Totalmente submissas. Aí vem a evolução de tempos em tempos da cultura. (E1)

É cultural. É cultural mesmo... Tem mesmo da... da... é... acho que isso começou com a força, da questão física, então, a resistência do homem ela... ela... para mim é o primórdio de tudo. Ele sobrevivia mais, ele... lógico que ele conseguia alimentação, se defender, o caso essa questão da força logicamente ele se destacava. E depois tem esses componentes culturais mesmo, de atribuir ao sexo masculino a... primazia, os privilégios para... em todos os campos né? Eu posso dizer... (Gagueja) é essencialmente a questão cultural. (E4)

Entretanto, elas relatam diversas situações em que a tradicional supremacia masculina é vivenciada por elas no presente e de maneira intensa. Sentem dificuldades em casa com o marido, que sente ciúmes ou não se conforma com a vida pública da mulher

E o meu marido tem um pouco de ciúmes (risos). Porque essa é uma área só de homens. São poucas mulheres. Aqui no escritório só tem duas mulheres sócias no Brasil todo, são 19 sócios e só duas mulheres. E a outra é casada com o *Presidente*. **Fica mais fácil, né?** Então, ele tem um pouco de ciúmes. Não dos sócios, mas porque, vários eventos dos quais eu participo, viagens e tal... É um ambiente muito masculino. (E1)

Se hoje eu não for almoçar em casa... Se eu tiver um almoço com o cliente ele diz: "A aí eu não agüento esse negócio de almoço com cliente... nunca vi isso! Para advogado tudo é almoço, almoço, almoço... não agüento isso." Para ele é um absurdo eu não ir almoçar em casa. (E1)

Então, até porque eu aí eu entro em outro aspecto, que você fala de mulher no poder. A situação nosso de mulher, é um processo, uma luta histórica e antiga. Porque mesmo em um casamento como foi o meu, porque quando eu o conheci ele era militante, ele era participante também do *Partido X*, de uma organização política, ele tinha uma atuação política, mas quando chega na relação pessoal de marido e mulher e tal. A influência, o que mais pesa sobre os homens é, vamos dizer assim, a cultura predominante. Não é isso? O homem é o forte, é o que faz e acontece. E a mulher e que tem que ser dominada, é que é responsável por cuidar dos filhos, a casa, da roupa por estar tudo bonitinho, certinho, só que não é essa a minha visão. Eu acho que os direitos são os mesmos, eu acho que tem que haver um compartilhamento disso, em todos os sentidos, eu acho que do ponto de vista do trabalho, eu sempre

trabalhei, quando o conheci eu também trabalhava, continuei a vida inteira e ainda vou continuar mais. (E6)

Percebem que ainda existe preconceito, embora não gostem de admitir que já foram vítimas de discriminações pelo fato de serem mulheres.

Eu acho que ainda há uma certa... (hesita) não falo preconceito... Não acho que eu tenha sofrido preconceito. Nunca! Na minha vida profissional. Mas eu acho que ainda tem alguma coisa assim: “Ah! Não! Mulher... Mulher tem filho. Mulher não pode fazer isso. Porque mulher tem a...” ainda tem assim como se o homem estivesse totalmente disponível e a mulher tivesse uma limitação que é a família. Mas o homem também tem a família! E eu acho que isso está mudando porque mesmo entre os meus sócios que, eu vejo quem tem filho não é mais aquele pai que aparece de vez em quando para brincar com o filho, distante, e só a mãe que está ali. Não. Eu vejo entre os meus sócios que tem filhos, eles são interessados em participar ativamente da vida dos filhos, ir à escola e tal. Então, assim, eu acho que resquício assim dessa confusão do papel da mulher. Mas eu não sinto assim, nenhum preconceito, não vejo nenhum estranhamento em relação a isso não. Acho que eu tenho muito respeito. (E1)

A gente tomou aquela conotação de que só assiste novela, programa de artesanato e culinária. Então, eu acho que a mulher tem que estar por dentro de todos os assuntos. Participar de encontros. Promover reuniões com os colegas e amigos para sempre poder estar trocando experiências. (E8)

E esse preconceito não vai terminar enquanto a estrutura de gênero e de poder da sociedade não se transformar por completo. É evidente que alguns espaços são mais abertos a essas mudanças e outros mais resistentes, mas ainda há muita coisa a ser feita antes que a equidade de poder entre homens e mulheres seja algo natural.

(Silêncio) na atuação profissional... na atuação política eu acho que dificulta. Porque é tudo muito machista. Os partidos são machistas, os espaços políticos que não são partidários, são machistas também. Eu acho que dificulta. [...] é inegável que os espaços são muito machistas. E não é diferente porque é do *Partido Y*. Não é diferente porque é a prefeitura. São espaços que reproduzem a sociedade em geral. É claro que você tem mais espaço para discutir, mais espaço para fazer contrapontos, mais oportunidades de se expressar. Mas eles reproduzem o que a sociedade é. Pode ser um pouco acima da média, em alguns lugares em pouco abaixo da média, os espaços religiosos são mais conservadores, os espaços políticos mais de esquerda, são mais progressistas, mas tem uma média. Que é da sociedade. Então, estamos às vezes um pouco acima da média às vezes um pouco abaixo da média. Acho que isso. (E3)

Porque para mim... tem um aspecto cultural né? De que o homem é o mais forte, é o poderoso, né? A mulher é a fraca, é a submissa, é a menos inteligente... esse é o lado cultural. Mas acho que especialmente no nosso meio isso está mudando. Então, eu acho que tem homens que lidam muito bem com o poder, que devem continuar nele, assim como tem homens que lidam mal. É... na própria prefeitura, no secretariado,

que é o primeiro escalão, tem uma mulher. Que é a assessora de comunicação. Tem o status de secretária. Mas antigamente era até chamado de assessoria. Todos os outros são homens. Aí a partir do segundo escalão, que são as secretarias adjuntas, assessores, consultores, aí democratiza um pouco mais. Mas eu não sei dizer se tem uma intencionalidade nisso. Acho que pelo destaque, pelo perfil das pessoas... é lógico que se é também por desempenho, porque essas pessoas se destacaram, é possível que seja porque o homem teve mais oportunidades de formação para se destacar e o prefeito vê neles que deve ser o titular da casa. Eu acho que depende do jeito com o qual cada um lida, e esse jeito com o qual cada um lida depende da formação, depende de aspectos culturais mesmo. Então, eu acho inclusive que a nova geração está muito melhor. A nova geração é menos sexista, é menos preconceituosa... Então... Ainda tem muito ranço, ainda tem muito homem que lida mal com o poder e mulher que lida mal com poder, mas eu vejo dias melhores nisso aí. (E4)

Elas relatam que os processos de seleção nas empresas favorecem os homens na escolha de quem vai ocupar os melhores cargos. As justificativas apresentadas nem sempre são plausíveis ou aceitáveis.

Porque foi o que eu senti aqui na pele. Preciso buscar alguém de fora, que não sabia da cultura da empresa, que não tinha conhecimento do segmento, das coisas como elas fluem dentro dessa organização, então, buscaram uma figura masculina. E quando ele não teve êxito, aí então, me deram crédito. (E8)

Olha, na *outra empresa*, teve um processo seletivo de *trainee* e eles tiveram que tirar algumas mulheres porque se não só ia entrar mulher. Aí o critério foi tentar dar uma equilibrada para não ficar só mulher na equipe. [...] Se a equipe só tem mulher eles buscam um homem. Às vezes é importante para... Às vezes têm alguma tarefa que tem que ir ao fórum de não sei o que... Parara, parara... Longe... Às vezes é até perigoso... Lá no Mato Grosso. Então, é bom mandar um homem. Então, o critério de desempate geralmente foi esse. (E1)

Além disso, o fato de homens e mulheres conviverem juntos no ambiente de trabalho gera um temor do uso indevido da sexualidade no ambiente de trabalho, porque elas sabem que, apesar de o relacionamento sexual entre homens e mulheres ser natural, quando ele ocorre entre colegas de trabalho é a competência da mulher que será questionada, principalmente se ela for subordinada ao homem na hierarquia organizacional.

E eu até fiquei pensando assim “aí... Misturar namoro com trabalho...” e ele: “Não, você não está me entendendo, você está convocada, você tem que ir e tal”. Acho que ele via que pelo meu jeito que eu... Acho que ele pensava que eu ia dar certo lá. E realmente eu dei muito certo lá. Então, foi assim esse fator sorte, de coincidir de eu ter esse namorado que tinha o pai que era sócio e me deu essa chance. (E1)

Em alguns momentos, elas precisam abrir mão de excelentes oportunidades profissionais porque sabem que o preconceito de gênero vai prejudicá-las.

Eu não estou falando só por mim não. Eu tenho uma amiga que é muito bem sucedida profissionalmente, e ela viaja por vários países. E tem países que não dá para ir mulher. Que ela mesma chega e fala que é melhor mandar um homem porque se eu for não vai ser o melhor para empresas só porque eu sou mulher. (E1)

Elas sabem que precisam provar o seu valor dia a dia porque a sua competência e a sua autoridade são sempre colocadas à prova. Algumas vezes, elas percebem que homens subordinados a elas duvidam de sua autoridade e tentam desmoralizá-las no trabalho.

Porque realmente você tem de fazer o exercício de se impor o tempo todo. E porque os espaços são muito machistas mesmo. Entendeu? Eles são. E se a gente não se posicionar objetivamente na prática dizendo: auto lá! O fato de eu ser mulher não significa que eu não seja tão competente quanto... Quem vai dar a palavra final nisso sou eu, porque quem decide isso sou eu! Eu já tive um gerente homem que foi super engraçado assim... Eu estava nos Estados Unidos estudando e ele tomou posse. Eu deixei tudo acertado e viajei. Então, quando cheguei, ele já estava trabalhando. Ele sabia que era uma mulher, que estava fora, e que eu ia voltar. Na hora que ele me viu foi um negócio assim tão no rosto dele... Ele tinha certeza absoluta queria reinar absoluto lá. Não sei se porque achou que eu era muito jovem, e ele tinha imaginado uma dona. Eu não sei o que é. Se é porque eu tinha cara de frágil. O que eu não acho que eu tenha. Mas enfim... E assim foi. No primeiro mês, no segundo mês, ele já tinha certeza que quem ia mandar era ele. E é claro, ele mandava muito porque ele tinha um nível de decisão que era até ele. Mas tinha um nível de decisão que era entre ele e eu, que as decisões eram minhas mesmo. E não teve jeito: aí eu tive que dizer com todas as letras. Porque aí é isso. Eu tive que dizer: alto lá! Essa decisão não é sua. E aí 1, 2, 3 vezes... E aí essa é a última vez se rolar de novo você vai ter que sair. Mas depois ele entrou nos eixos. Mas assim... Acontece isso mesmo da pessoa achar que pelo fato de a gente ser mulher que... Ou que a gente é frágil e elas vão mandar, tem muito isso ainda. Muito. (E3)

Elas sentem que, para que sua autoridade seja respeitada, muitas vezes, elas precisam assumir posturas tipicamente masculinas, evitar demonstrar sentimentos e fraquezas e utilizar roupas que demonstrem menos feminilidade.

Acaba que a gente também vai se masculinizando um pouco se a gente não tomar cuidado. E, às vezes, é até uma estratégia da gente também de sobrevivência num meio que é muito machista. (E3)

Fica claro em suas falas que as mulheres que estão abrindo caminho em direção às posições sociais de maior destaque e status na sociedade, encontram um ambiente predominantemente

masculino e precisam se esforçar para evitar os estereótipos com que muitas vezes são rotuladas. Por isso, adotam um comportamento profissional mais discreto e racional, em vez de romper em lágrimas. Elas admitem ser mais emocionais que os homens, mas se esforçam para não revelar essa tendência no mundo dos negócios.

Acho até que é por isso que eu não choro no ambiente de trabalho. Fiquei pensando assim tem que ser forte, segurar e tal. Mas o que ficou claro para mim também é que eu não precisava ser uma mulher masculina. Entendeu? Falar como homem, vestir como homem, ser grosseira, né... Eu podia continuar feminina e ser firme nos meus caminhos. (E2)

A gente ainda ouve isso. Eu ouço. Você não vai chorar não né? O que é que tem se eu chorar? Eu não sou muito chorona não. [...] Mas até hoje eles falam com a gente assim. [...] Outro dia tive uma reunião super dura. Que eu queria mais recursos e o Secretário da Fazenda disse de jeito nenhum. O outro secretário falou: você não vai chorar, né? Até hoje a gente passa por isso. E ele não estava de sacanagem comigo. Ele estava me consolando. [...] Eu não ia chorar não. Porque eu mordo a língua, mas não choro. Eu sou raça ruim mesmo. Mas o que é que tem? Tem gente que chora. Tenho amigas que são mais choronas. O que é que tem desabar? Isso para eles é a morte. Isso significa assim um defeito da feminização dos espaços de poder. Quase um defeito, entendeu? Isso ainda tem. Muito mesmo. (E3)

Mas eu realmente acho, assim, se for uma pessoa que é o tempo todo frágil... E porque estou dizendo isso? Eu acho que mulher é muito mais forte que o homem. Porque o homem jamais daria conta de tudo que mulher dá. Mas tem mulheres que ainda optam por fazer o papel de fragilidade. (E3)

Outro preconceito que elas enfrentam e que se esforçam para evitar é o de que a sua sexualidade contribui para que atinjam o topo. Elas procuram, pelo menos nos momentos iniciais de sua vida profissional, disfarçar a feminilidade adotando um visual mais andrógino, menos atrativo sexualmente para não correrem o risco de serem acusadas de seduzir para se destacar profissionalmente.

E a única coisa que eu foi me vestir mais assim... Assexuadamente... Para não receber cantada e tal. E isso eu fiz. Deliberadamente. Sempre gostei de me vestir bem e tal, mas eu fiquei mais assexuada. É uma maneira de me proteger. E com a idade você se liberta disso. Você fica mais à vontade. (E2)

Elas destacam que quando acontece o contrário – ou seja, um homem apresenta um comportamento mais associado às características femininas – sofre discriminação pelos outros homens.

Eu acho que tem mulheres que se masculinizam para sobreviver. Eu acho que tem homens que já aprenderam a exercer o poder assim... com mais... não vou falar feminina... mas com traços mais do gênero feminino. Não precisa ser duro, pode ser afetuoso. Só antes eu queria completar... eu acho que os homens que são mais assim afetuosos, são discriminados pelos outros homens. Eu acho que os que fazem questão de serem solidários, dóceis, ternos, no jeito de falar, em tudo, na postura de discutir, nas decisões, até para dizer de uma decisão, vai ser assim por isso, por isso e por isso. Eu acho que eles são discriminados pelos outros homens. (E3)

Elas acreditam que os homens são resistentes ao empoderamento feminino e que precisam se esforçar para garantir o seu espaço nas organizações. Elas afirmam que os homens estão assustados com as transformações no comportamento das mulheres que assumem o controle da própria vida e temem ser prejudicados pelo aumento de poder feminino.

Eu acho que isso não vem de graça. A gente não pode ficar esperando que os homens nos dêem isso. Eu acho que as mulheres têm de continuar lutando, provando o tanto que elas são capazes, eu acho que vem com esse exercício de luta que as mulheres historicamente vem fazendo. Acho que vai crescer proporcionalmente a nossa luta e a nossa organização. Eles não vão arredar pé de lá. Eles vivem assustados, eu acho, com a gente. Eu acho que isso é um dado da sociedade, não é só do espaço poder não. Eu acho que os homens estão muito assustados com as mulheres. E quanto mais poderosas elas ficam, não precisa nem a ocupar espaço poder, quanto mais empoderadas elas ficam, mais medo eles têm delas. Eu acho. (E3)

Eu acredito que não é porque queira. Não é por maldade, é porque foi criado daquela maneira. É difícil para eles aceitarem isso. É complicado. E ainda falam que mulher fala muito, as loiras, ainda tem muita coisa para ser resolvida. Para ter essa aceitação e eliminar essa rivalidade. Porque eu acho que não tem que ter essa rivalidade. (E8)

Eles também se sentem constrangidos quando uma mulher ocupa um cargo de maior status e poder e eles precisam aceitar ordens dela.

Além do que, para um homem atender ordens, determinações, ou mesmo exigências de alguém acima deles que seja do sexo feminino é muito complicado. Às vezes acatam, mas você vê que é a contragosto. Não é o que eles gostariam. E o que eu vejo é que assim, se fosse um homem mandando fazer, pedindo para fazer, determinando, aquilo ali, fariam tranqüilo. Mas pelo fato de ser uma mulher: ah! uma mulher? Mulher mandando em mim? (E8)

Mesmo aqueles que estão no mesmo nível hierárquico preferem ignorar o que a mulher tem a dizer, porque não aceitam que a contribuição dela possa contribuir muito para a discussão em pauta.

Em uma reunião onde os homens estão presentes eu fico ouvindo, mas na hora de falar se eu não pedir um tempo para mim e expor as minhas idéias eu não consigo falar nada. Então, eu... eu creio que... se a gente... a mulher ela no meio político ainda é bem discriminada. Não tem uma aceitação muito grande. Está mudando. Mas aceitação ainda é pequena. Bem pequena. (E8)

Para tentar mudar as relações de poder e de gênero em que estão inseridas, mas que as desprivilegiam, as mulheres desenvolvem diferentes estratégias. Algumas acreditam que é preciso investir esforços na busca de maiores oportunidades de acesso ao trabalho, à cidadania, à educação, etc...

Uma hora tem que começar. Alguém começou para a gente poder ter direito a voto, para gente poder trabalhar fora, porque antes não se permitia a mulher trabalhar fora. E alguém teve que fazer isso. Transgredir essas regras num determinado momento, para hoje estar todo mundo... as mulheres eram todas normalistas. Hoje já não é mais assim. (E8)

Eu acho que a questão de oportunidade mesmo. (Gagueja) que na questão numérica na gestão o número é quase igual de homens e mulheres, mas na questão da oportunidade de acesso às escolas, ao trabalho, e até algumas atividades culturais ainda é muito diferenciado. A partir do momento em que a gente vê oportunidades iguais nesses campos, as posições de destaque serão ocupadas de forma mais equânime né? (E4)

Outra acredita que a melhor estratégia é a não confrontação, aliando-se aos homens que detêm o poder para se aproveitar disso. Ela acredita que admitir o preconceito é reforçar o discurso de dominação e prefere agir sem nunca falar sobre o assunto.

E outra coisa também, eu nunca levanta bandeira. Eu não cheguei nesse ambiente masculino dizendo assim: “eu sou mulher e vocês homem se cuidem comigo”. Pelo contrário me aliei a todos. Sempre tratei os homens como grandes aliados meus. Sempre. (E2)

Então, assim... Sinceramente... Na minha vida profissional que foi sempre um mundo muito masculino, eu nunca abri guerra com homem nenhum, pelo contrário, sempre fui aliada de todos. Evidente que eu notei algumas vezes que tinham homens que eu ser chefe deles é extremamente desconfortável para eles. Mas eu nunca mostrei para eles que eu percebia isso. Porque se eu entrasse nessa de perceber eu ia ter que discutir a minha condição de mulher sendo chefe deles, e eles na condição de homem. E esse papo para mim não existe! Não existe! Então, eu sempre procurei quando eu percebia que a pessoa tinha essa dificuldade trazer à minha conversa com a pessoa para um outro... Porque eu acho que a pessoa que faz isso ela está me sacaneando. Ele está distraído daquela dificuldade dele... Se ele vem: aquela mulher que o marido não comeu! Ela não fez isso... Eu não entro nessa conversa nunca. Never! Não topo! Então, eu não gosto desse assunto porque... Talvez porque alguém já tenha brigado para mim. Ou talvez porque eu estou em uma sociedade que

eu não vejo isso tão fortemente. É mais sutil. É claro que eu percebo o preconceito! Homem é muito preconceituoso. Se ele pode detonar uma mulher é claro que ele detona! Mas eu não entro nessa frequência. Eu não entro! Eu sou mais terrorista nisso. Entendeu? A minha tática de guerrilha. Eu não abro guerra! Eu não chamo contingente e digo: vamos lutar contra eles! Não entro! Eu não faço isso. (E2)

Mas dentro da realidade do mundo que eu vivo a minha técnica de guerrilha, a minha estratégia com o homem, é nunca querer ser igual a ele. [...] E não é com poesia que eu falo isso não! Eu ajo dessa maneira por que eu acho a melhor maneira de agir. Eu acho que os meus ganhos foram melhores com isso. E minhas relações com os homens também são ótimas! Me dou muito bem com eles. (E2)

Há aquelas que acreditam que só por meio da luta política é possível uma verdadeira transformação social em que as mulheres conseguirão desfrutar de uma situação mais equitativa de poder nas organizações e na sociedade.

Eu acho que uma questão de tempo e de permanência na luta. Eu acho que as mulheres não podem baixar a guarda. Não é ficar todo dia com o dedo em riste. É de não abrir mão dos espaços que devem ser espaços ocupados também pelas mulheres. Não é ficar para trás. A gente vê as estatísticas aí. As mulheres ainda ganham menos ocupando os mesmos espaços. Isso é um abuso! Eu acho que tem muita luta para gente fazer. Eu acho que a gente não pode baixar a guarda. Acho que um fator predominante é isso. As mulheres precisam se convencer que elas têm de fazer mudanças cotidianas, para elas não fazerem outra geração machista, para as para que os nossos filhos não sejam tão machistas, porque a gente também é muito machista. E continuar nessa luta. (E3)

Eu acho que é uma coisa que exige mudanças cotidianas, muitas mudanças que às vezes as pessoas não valorizam, um exercício cotidiano mesmo. Não é ficar se vigiando. Mas se exercitar. E de luta objetiva. Luta política, luta nos espaços políticos, porque senão não vai. Eu acho. E eles não vão entregar nada de bandeja para a gente. Eles morrem de medo de nós. Os homens morrem de medo das mulheres. É um negócio impressionante. Morre de medo para tudo, no campo profissional, morrem de medo do campo afetivo, tem medo até de se relacionar... É impressionante. (E3)

Eu acho gente deve é continuar a nossa luta secular de igualdade de acesso, aos bens e serviços e formação... E talvez ser mais agressiva na defesa da nossa chegada às posições de poder. Não nos submetemos. Nesse aspecto aí eu acho que merece um pouco de agressividade, firmeza e dureza. (E4)

O que se percebe nos relatos das entrevistadas é que, apesar de as estatísticas apontarem para uma transformação do perfil demográfico da sociedade brasileira em relação à participação na economia, no mercado de trabalho e nas políticas públicas, as relações de poder e de gênero ainda apresentam uma configuração patriarcalista e tradicional, na qual cabe à mulher uma posição de subordinação ao homem. Nota-se que quando as mulheres conseguem ter uma

participação mais ativa na sociedade e alcançam postos de destaque e influência elas sofrem fortes resistências tanto por parte dos homens como das outras mulheres.

7.5. Percepções sobre as implicações do empoderamento na vida das mulheres

Neste capítulo, serão apresentadas as percepções das entrevistadas sobre como o empoderamento afeta a sua vida e a sociedade como um todo. Elas destacam algumas questões e desafios que precisam lidar em razão de sua participação na esfera pública, os dilemas que enfrentam e as mudanças que provocam.

As maiores preocupações relatadas a respeito do processo de empoderamento que vivenciaram referem-se ao estresse e a sobrecarga de trabalho que as atinge. Elas vivem uma contradição constante entre a opressão causada pela dependência econômica da família e a opressão causada pelas organizações, que exigem delas uma dedicação tão intensa ao trabalho que torna difícil conciliar os outros aspectos da sua vida.

E eu poderia na vida profissional falar assim que eu quero ter uma vida mais tranqüila, trabalhar menos, e vou abrir mão daqui. Eu ainda tenho esse poder. Mas eu quero continuar aqui eu quero continuar tendo esse poder. Então, enquanto eu quero continuar tendo esse poder eu tenho que viver com isso. Não dá para ter esse poder meia boca. (E1)

Às vezes, essa situação é tal que elas precisam se isolar, sair da sua vida cotidiana, ficar sem contato com o mundo profissional em que está inserida, para que seja possível ter um tempo para se “desligar” da organização, que é onipresente em seu dia-a-dia.

Agora, eu tenho também meu horário de lazer. Eu adoro jogar buraco. Sexta, sábado e domingo. Na hora que eu estou jogando buraco, eu esqueço tudo que tenho em volta da minha vida, na vida profissional. Por exemplo... eu adoro ir... por exemplo no carnaval, eu vou passar num spa. O meu celular fica no cofre, e eu desligo de tudo. Conversa com tanto de gente que não é do meu dia-a-dia, que aí que você desliga. Que você tem que ter uma hora de desligar de seu dia-a-dia. E em casa no domingo eu vou para a cozinha... Vou porque eu gosto. Inclusive eu tenho uma empregada que trabalha comigo só no domingo, mais para isso. Para fazer a parte ruim. Ralar e tudo. E depois que eu acabo de almoçar tem quem arrume tudo para mim. E minha casa fica arrumada. Então, eu faço a parte que eu gosto. E aí minhas filhas gostam, minha irmã gosta, minha casa nunca têm menos que dez pessoas para almoçar no domingo. (E5)

Elas se preocupam com a alimentação e a saúde porque sabem que o seu ritmo de vida é prejudicial, mas não querem desistir e abrir mão de suas conquistas, mesmo que parciais.

Então, acho que tudo isso aí está me dando motivo para estar jovem. Eu me cuido né? Eu faço tratamento homeopático. Eu adoro chocolate, eu sou chocólatra, mas eu como três frutas por dia. Mas não sou neurótica. Tem dia que são duas, tem dia que são quatro. Como muita verdura porque eu adoro. Eu não me obrigo a nada não porque isso tudo eu adoro. Ponho os meus temperos que eu gosto, então, eu me cuido... É claro para mim. Até pedi a deus para ver se ele me deixa viver até os 95 com muita saúde. Bem animadinha... Sabe? Que eu quero ser avó, essas coisas boas... Então, eu tenho que fazer a minha parte também. Eu procuro né? Eu ando... Pelo menos umas cinco vezes ao dia... Quer dizer, cinco vezes na semana... (E2)

Em alguns aspectos, avançar é tão difícil que elas acabam desistindo. É o caso da iniciativa nos relacionamentos amorosos e sexuais.

Você não vê sexualmente falando? Essa máxima não mudou nada. Sexualmente falando ainda é assim... Se vai para cama na primeira noite não rende relacionamento. Se ela toma iniciativa, já pode, a da paquera, a da paquera ainda pode, mas o resto... E olha, mesmo as mais avançadas, reproduzem o mesmo padrão de antes. Ainda fica mais reservada, mais comedida. A gente ainda tem muita coisa para avançar. Quem não quer namorar? Todo mundo quer namorar. Aí você faz dez vezes a mesma coisa e deu errado mesmo. Aí você acaba fazendo padrão, porque você vive uma sociedade que tem um padrão. É o que eu te falei da média. Se você for à frente de mais ou conservador demais, se você não respeita, não tem como horizonte a média, você vai só sofrer, só sofrer. É isso mesmo, não tem outro jeito. (E3)

Em outros casos, o desafio é lidar com as repercussões sociais que uma vida pública pode ter. Elas acabam tendo a sua privacidade exposta e tendo que tomar cuidado com a própria visibilidade, uma vez que elas estão sob constante controle social.

Eu por exemplo, eu não gosto de ser conhecida, eu detesto estar no shopping encontrar com cliente. Eu me sinto invadida. Por exemplo, o cliente não vai à minha casa. Eu sou muito ciosa do meu ambiente dentro da minha casa. Eu não sou sistemática. Mas eu acho assim... Como eu vou muito ao cliente, o cliente vem aqui, eu fico muito exposta. Então, eu gosto de preservar a minha intimidade. Mas eu não sou aquela pessoa que chega numa festa e todo mundo fala *Ela* chegou... Detesto! Detesto! Não é que eu deteste, não me incomoda. Eu posso até chegar de uma festa e todo mundo me conhecer. Vou no salão todo, converso com todo mundo, brinco... Não fico triste, arrasada pensando... Nossa olha que meu trabalho me faz. Entendeu? Eu fico feliz! Mas não é isso que me dá assim... Não é a grande satisfação da minha vida, o grande tesão não é isso. (E2)

Ele é tão mais externo do que interno... [...] Mas eu... (Gagueja) a forma como eu vejo é assim. [...] É um negócio muito mais de fora para dentro, do que a gente

mesmo lá. A gente nem lembra às vezes. A gente enfia aí nas comunidades... Entendeu? Vai nas vilas, nas favelas, eu vou, ele vai, a secretária de educação vai, a gente vive enfiada nas favelas, porque é isso que a gente acredita, é isso que a gente sabe fazer, é para isso que a gente estudou. Então, às vezes é muito mais alguém que fala, às vezes é o carro, às vezes eu vou num lugar e me lembro que estou em carro oficial. Porque é o carro preto de placa branca. Então, às vezes eu... Ah! É o carro. Ou às vezes... Eu lembro assim... Eu lembro nessas ocasiões... Porque você passa com carro e ninguém te pára. Aí eu lembro. Ou porque vou entrar em um lugar, e o nome já está na porta. Ou porque eu estou em lugar público e aí eu lembro que eu não posso ir de chinelo. Eu andei de jeans e camiseta a minha vida inteira. Aí eu lembro que eu não posso estar de jeans nesse evento. (E3)

Agora, esse negócio do poder... Aquele trem de poder, glamour... Eu acho que é muito mais dos outros para fora, do que a gente. A gente nem lembra. Eu nem lembro. E lá eu fico vendo os meus pares assim... Não tem nem tempo... Neguinho trabalha para morrer... (E3)

Elas também notam que a atuação das mulheres em posições de poder é diferente da atuação dos homens. Parecem se preocupar menos com o status da função e mais com o que podem contribuir exercendo o poder.

Acho que seria melhor. Acho que as pessoas iam ter menos medo de ser afetuosas. Porque eu acho os espaços de poder hoje em dia muito duros ainda. Mesmo esses que eu acho que são mais... Esses eu te falei. Que é um espaço poder muito light que as pessoas são muito abertas, as discussões rolam muito soltas, não é muito autoritário, sabe assim: Tum? [...] Eu vivo num espaço poder que é muito democrático. Agora, ele ainda é masculinizado. Duro nesse sentido. Eu acho que se fosse mais feminino ele seria mais afetuosos, eu acho que seria... Porque as mulheres não têm medo de serem ternas, eu acho que elas são menos ainda porque tem medo de serem ternas demais e dizerem: olha lá... (E3)

A mulher trabalha de forma mais suave eu acho. E o homem, pela própria cultura patriarcal, eu tenho o poder, eu posso tudo, ele tem uma maneira de agir e de pensar diferente. Nesse sentido de empoderamento mesmo. Eu sinto essa diferença. (E8)

Elas acreditam em uma lógica feminina de poder e descrevem uma atuação mais gentil em relação aos homens.

Agora, por exemplo, a Hilary Clinton, eu estou torcendo para ela ganhar. Eu acho que... Eu não sei também... Talvez uma mulher comandando a maior potência do mundo, talvez essa potência faça menos... Ela seja menos violenta. Acho que isso pode ser a diferença. Que homem tem esse instinto de caça, de brigas, de lutas, e a mulher é ninho e tal. Talvez a mulher possa contribuir mais para... Para viver em paz... Para as relações mais estáveis. (E1)

Nós somos mais gentis, nós somos mais inteligentes emocionalmente. Eu percebo isso. A mulher, em termos de inteligência emocional, ela consegue mais é... Nós somos mais sedutoras. Quando digo sedutoras, não é usando a arma do nosso corpo não. É sedutora que eu digo é assim um, nos nossos convencimentos, nos nossos

posicionamentos, a gente tem essa arma que o homem não tem. Tem uma leveza do poder que ele carrega como obrigatoriedade e nós não carregamos tanto. Então, a gente é mais livre para enxergar algumas coisas. (E2)

Mas também acham que a lógica feminina é menos objetiva, mais criativa e ardilosa, mas que essas características podem se voltar contra elas se não houver um contraponto nas organizações.

Ah ia ser muito papo cabeça, muito blábláblá, e eu acho que o mundo ia ser menos objetivo, acho que seria mais humano, acho que sim. Até porque a mulher tem aquele instinto maternal, que faz amar daquele jeito diferente que a mulher ama. [...] Mas o amor materno ele tem algumas características muito interessantes, até perigosas, né? Aquela questão do cordão umbilical que agarra e não solta... Eu não sei se seria um mundo mais justo, eu não chego a pensar que seria mais justo, não. Por que eu acho que quando a mulher quer ser mazinha, ela é especial. Eu acho. Ela é bem mais ardilosa que o homem. A minha mãe brincava, e eu concordo com ela, que a mulher quando ela quer ser má ela é po-de-ro-sa. Porque ela tem armas que o homem não tem. Ela navega mais. O homem é mais enquadrado. Eu acho. O homem tem essa dificuldade. Mulher é mais solta para viajar. O homem tem que ser homem! O homem não sei o que... Então, aquilo ali segura ele muito. E a mulher não. Ela vai mais. E com isso ela experimenta mais. E quando a gente experimenta, não é nem ir fisicamente não, é na imaginação. Então, eu não gostaria de um mundo mais feminino. Por incrível que pareça e eu estou torcendo para a Hilary virar presidente dos Estados Unidos. Eu queria muito ver essa experiência. Eu queria muito conhecer essa experiência. Eu acho que ela é um pouco... Perigosa. Mas eu acho que a mulher precisa estar mais no poder. Eu não gostaria da mulher sozinha no poder. Eu acho que não seria bom para mundo. Seria muita mulher no poder. Só mulher. Eu acho que é overdose. Mas eu acho que tem muito homem no poder. Eu acho que precisa de mais mulher no poder. E porque aí eu acho que começa a ter o equilíbrio da vida. Entendeu? Você abre mais negociações. Tem mais tempero nas coisas. Pegar uma reunião só masculina, ou só feminina, são chatas. Agora você põe os dois juntos você vê um pouco de paciência do homem com a mulher falando aquele tanto de coisas. E do homem também. Se você for conversar sobre o poder com um homem ele vai ser muito mais objetivo com você do que eu sou. Ele vai contar diferente história dele. São perspectivas diferentes. Mas só mulher no poder eu acho que seria um mundo que não seria objetivo. Eu acho que nesse mundo que nós vivemos a objetividade é muito importante, ela tem que acontecer. (E2)

Outra questão apresentada pelas entrevistadas sobre a lógica feminina de poder é a preocupação com as relações interpessoais, com a redução do conflito e com o cuidado.

A mulher, eu acho que nós temos o dever de cuidar. Em primeiro lugar uma preocupação com o cuidado, com as relações interpessoais, com a busca do consenso, de entendimento... Acho que isso é a base. Depois vem a necessária, essencial competência técnica, a formação. A capacidade de escuta... eu acho que são atributos que a gente precisa ter para chegar a uma posição de destaque, ter poder, e consegui mudar as coisas. (E4)

Seria mais cuidadoso, de mais consenso e menos conflito. Tenho pensado ultimamente, apesar de ser um monstro de todo tamanho, e eu não sei como que nós todos, o mundo, e a sociedade vamos enfrentar isso, que a questão da droga da violência. Da violência e da droga... Atrás de traficante, atrás de dependente químico, tem sempre uma irmã, uma namorada, uma esposa, uma mãe, uma filha. Muitas vezes tem. Eu fico pensando, se é exemplo de outras lutas que a mulher teve um papel tão preponderante, se a gente se unisse, para tentar pelo lado aí da, talvez até romântico, da sensibilização mesmo, dos traficantes, dos grandes e dos pequenos e com o cuidado maior com os dependentes, se a gente não conseguiria mudar essa realidade. Pelo lado aí feminino mesmo. Da preocupação com a vida né. Agora uma coisa que é interesse econômico, é tão grande que... acho que é um monstro quase invencível. Não sei onde a gente vai parar. Onde estamos eu sei. Mas eu fico pensando. Se uma grande movimentação não poderia ajudar. (E4)

8 CONCLUSÃO

Compreender o processo de empoderamento de mulheres é um estudo muito complexo, que vai muito além de suas trajetórias profissionais, envolvendo aspectos psicológicos, sociais e contextuais.

Pelo estudo das histórias de vida das mulheres entrevistadas, foi possível perceber que a educação é aspecto comum a todas elas, mas é apenas uma parte do processo vivenciado. O empoderamento envolve uma conscientização da mulher quanto ao seu papel como cidadã, seu envolvimento com os assuntos da sua comunidade, do seu olhar crítico sobre o funcionamento da sociedade em que está inserida e da sua participação ativa em busca de uma transformação social que garanta uma vida melhor para todos.

A análise da história de vida das entrevistadas permitiu identificar aspectos importantes para o empoderamento feminino nas dimensões individual, relacional e contextual.

Na dimensão individual, foi possível identificar diversos aspectos impulsionadores do processo de empoderamento da mulher. O primeiro deles foi a auto estima. Segundo as entrevistadas, acreditar que é possível superar as barreiras que impedem o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional é um ponto crucial para que o processo do empoderamento se inicie.

O segundo aspecto impulsionador da dimensão individual é a consciência da subordinação de gênero. É a partir da consciência que as mulheres têm da sua condição desfavorável na sociedade em termos de poder e status que elas começam a agir com foco na mudança. Sem

essa consciência, as mulheres não questionam o lugar designado a elas na sociedade e não caminham em direção ao empoderamento.

A busca pela autonomia foi o terceiro fator impulsionador identificado na dimensão individual. Constatou-se com essa pesquisa que a busca pelo controle dos aspectos que interferem no bem estar e qualidade de vida das mulheres é um forte incentivo para que elas empreendam um processo de empoderamento, buscando maior autonomia nas decisões que influem em sua própria vida.

Empreender um processo de empoderamento em uma sociedade em que é esperado que os homens sejam os que tomam as decisões e as mulheres as que obedecem e são submissas, exige uma certa dose de rebeldia. E essa característica também foi identificada na história de vida estudadas como um fator impulsionador ao processo de empoderamento feminino. A personalidade questionadora e desobediente favorece a quebra de padrões predefinidos de comportamentos e isso facilita quando as mulheres precisam enfrentar as expectativas sociais em relação a elas.

Um aspecto curioso na história de vida das mulheres investigadas é que a maioria delas ou era órfã por parte de pai, ou foi criada por uma mãe solteira. Essa peculiaridade da história de vida das mulheres entrevistadas leva a uma reflexão sobre os modelos patriarcalistas de família e o seu impacto sobre o empoderamento das mulheres. Nas famílias das mulheres entrevistadas, as suas mães foram de alguma forma, obrigadas a tomar as rédeas de sua própria vida, garantir a sua sobrevivência e a dos filhos e muitas vezes passaram por sérias dificuldades por não terem sido preparadas previamente para isso. As entrevistadas narram que ver as mães passarem por tantas dificuldades aumentaram a sua consciência de subordinação, a fizeram ter um olhar mais crítico sobre os seu papel como mulher na

sociedade e a buscar cada dia mais conhecimento e autonomia para evitar vivenciar a mesma história de dificuldades de sua mãe.

Os demais fatores impulsionadores do empoderamento feminino identificados nesta pesquisa se referem ao esforço e dedicação para desenvolvimento de competências essenciais para o sucesso profissional e independência financeira, o que lhes garantiria mais status e poder de barganha na família e na sociedade.

Todas as entrevistadas narraram como fator impulsionador a intensa dedicação ao estudo, sendo em muitos casos alunas de destaque acadêmico. Muitas delas precisaram conciliar os estudos com o trabalho, mas mesmo assim não desistiram de continuar buscando qualificação e desenvolvimento profissional.

Como fatores restritivos ao processo de empoderamento na dimensão individual foram identificados três questões muito citadas pelas entrevistadas. A primeira questão identificada foi a dependência financeira dos pais ou do marido. Segundo elas, o fato de depender financeiramente de alguém diminui o poder de tomar as suas próprias decisões e a submissão passa a ser o preço da sobrevivência.

A segunda questão identificada como fator restritivo ao empoderamento feminino é o cansaço decorrente das inúmeras funções que uma mulher precisa assumir quando se dispõe a empreender um processo de empoderamento. Elas passam a ter compromissos profissionais e escolares que ocupam grande parte do seu dia e ainda acumulam as tarefas domésticas. Muitas vezes essas mulheres se sentem tão cansadas que pensam em desistir. A terceira questão identificada na dimensão individual como fator restritivo é o estresse, que segundo elas é um problema constante para mulheres que atingem o topo nas organizações.

A dimensão relacional foi a mais destacada pelas entrevistadas apresentando diversos fatores impulsionadores. A questão mais detalhada pelas entrevistadas como fator impulsionador ao empoderamento feminino nesta dimensão é a família.

Segundo elas a influência familiar é muito importante para o processo de empoderamento. Fazer parte de uma família que valoriza a autonomia feminina e que incentiva a educação formal é um grande impulsionador. Além disso, o exemplo materno se mostra como motivador para que as filhas busquem com maior afinco os seus objetivos e o controle dos seus próprios interesses. Ainda no que se refere à família, as mulheres entrevistadas afirmam que o apoio do marido em sua carreira profissional e a divisão de tarefas domésticas é fundamental, assim como contar com o apoio de terceiros na organização da casa e no cuidado dos filhos. Elas também citam como facilitador do processo de empoderamento o fato de ter poucos filhos ou não ter nenhum, uma vez que eles ocupam um tempo que seria precioso para o seu desenvolvimento profissional.

O segundo ponto relatado pelas entrevistadas como fator impulsionador na dimensão relacional são os relacionamentos interpessoais. Elas relatam que muitas vezes encontraram pessoas que as incentivaram e apoiaram no processo de empoderamento. Em alguns casos esses relacionamentos serviram para aumentar a sua consciência de subordinação e as incentivar a agir, em outros serviram para abrir portas em oportunidades profissionais e em outros serviram como fonte de inspiração e aprendizado para elas.

O terceiro fator impulsionador nessa dimensão segundo as entrevistadas foi a religião. Esse ponto é um dos mais contraditórios. Porque ao mesmo tempo que ele garante à mulher um círculo social em que ela pode agir e atuar mais autonomamente, apresenta regras e dogmas que acabam por outro lado, limitando as suas ações pelo medo das punições dos pecados.

O quarto fator impulsionador identificado na dimensão relacional foi a escola. Além de proporcionar o conhecimento necessário para alcançar postos melhores no mercado de trabalho, as entrevistadas descrevem a influência de alguns professores que incentivaram o pensamento crítico e uma ação mais autônoma por parte delas. Além disso, foi na escola que muitas delas se engajaram no movimento estudantil, tomando consciência da sua capacidade de interferir na sociedade em que estão inseridas.

O quinto fator impulsionador identificado nas histórias de vida estudadas foram os relacionamentos amorosos. Foi possível perceber que as entrevistadas escolhiam deliberadamente parceiros que conseguissem conviver com mulheres independentes e com destaque profissional, em muitos casos maior que o que eles próprios alcançavam. Esses companheiros não só permitiam e compreendiam o esforço dedicado ao trabalho como as ajudavam quando necessário.

O trabalho é o outro fator impulsionador do processo de empoderamento feminino identificado nessa pesquisa. O trabalho proporciona o dinheiro que elas precisam para a sobrevivência e para aumentar o seu poder de negociação na família. O reconhecimento profissional garante a autoestima necessária para persistir no processo de empoderamento e as desafiam a alcançar postos cada vez mais altos.

Na dimensão relacional os principais aspectos restritivos identificados tem a ver com a maternidade e às tarefas domésticas. Nas histórias de vida analisadas as situações decorrentes da gravidez, amamentação, licença maternidade, acompanhamento e educação dos filhos são descritas com drama e são apresentadas como os maiores desafios enfrentados por elas. É nesse momento que elas pensam em desistir da carreira profissional, ou se sentem culpadas por não conseguir cumprir o papel social esperado delas.

Os demais aspectos restritivos na dimensão relacional dizem respeito às dificuldades de conciliação da vida profissional e pessoal, da conciliação de trabalho e estudo e falta de apoio nas atividades domésticas.

Na dimensão contextual foram identificados como fatores impulsionadores do processo de empoderamento feminino as mudanças ocorridas na sociedade em que as mulheres participam com mais intensidade do mercado de trabalho e dos processos de decisão. Elas consideram um forte impulsionador do empoderamento das mulheres o fato de participarem nas decisões de políticas públicas, serem integrantes de ONGs, de entidades de classe, de projetos sociais e realizarem trabalhos voluntários, interferindo assim diretamente na sociedade em que vivem participando da construção de um contexto mais favorável à autonomia feminina.

Elas acreditam que cumprem um papel importante na mudança do contexto de exclusão das mulheres na medida em que agem como pioneiras e servem como exemplo para outras mulheres que convivem com elas ou que tem notícias de suas histórias de vida. Nota-se a preocupação das entrevistadas com a transformação social e com a melhoria da sociedade como um todo. Elas aproveitam-se do seu status e influência para dar visibilidade aos seus projetos e lutas. Elas percebem como a forma que a sociedade está estruturada as prejudicam e atuam para tentar melhorá-la.

Foi possível perceber que elas ainda encontram muitas dificuldades no contexto em que atuam mas mantêm a esperança de que as mudanças estão por vir e que em breve o Brasil terá um contexto bem mais favorável ao empoderamento das mulheres.

Quando o foco recaiu nas relações de gênero e de poder, nota-se que as mudanças ainda são muito pequenas e que para uma verdadeira mudança nessas estruturas que mantêm o sistema

social ainda será preciso promover muitas lutas e ação por parte das mulheres, investindo constantemente nesse movimento de empoderamento para que o objetivo de termos uma sociedade mais justa e igualitária seja alcançado.

As histórias de vida aqui apresentadas contribuem para o avanço da compreensão do processo de empoderamento feminino e sinalizam esse tema como um campo complexo e amplo muito pouco explorado em pesquisas. Em pesquisas futuras, sugere-se a inserção de outras categorias de análise nessas três dimensões como a identidade, a formação de redes e a subjetividade, entre outras.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition to democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVES, Delvair de Brito. *Trabalho, educação e conhecimento na enfermagem: uma contribuição aos estudos sobre a força de trabalho feminina*. Salvador: Dankat, 1997.

ANTUNES, Marta. “O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento.” In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*, por Jorge Romano e Marta Antunes. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

ARAÚJO, Lourdes Maria Silva. *Mulheres na vida pública e o feminismo no Estado*. Dissertação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

ARRIAGADA, Irma. *Realidades e mitos del trabajo femenino urbano en America Latina*. Santiago: CEPAL, 1997.

BAHIA, Cândida, e FERRAZ, Cida. “Entre a excessão e a regra: a construção do feminino na Polícia Civil Bahiana.” *XXIII Encontro da ANPAD*. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

BAQUERO, Marcello. “As múltiplas faces da desigualdade: capital social e empoderamento na.” *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS, 2007. 304-322.

BAQUERO, Marcello, e BAQUERO, Rute. “Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina.” *REDES*, Jan/Abr de 2007: 125-150.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. “Empoderamento: questões conceituais e metodológicas.” *Revista Debates.*, 2005.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, Carmen. “Millennium development goals, education and gender equality.” *Caderno de Pesquisas*, 2004.

BATLIWALA, Srilatha. “El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción.” In: *Poder y empoderamiento das mujeres.*, por Magdalena León, 187-211. Santa Fe de Bogotá: TM Editores, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BELLE, Françoise. “Executivas: Quais as diferenças na diferença?” In: *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, por Jean-François Chanlat, 195 - 231. São Paulo: Atlas, 1993.

BENERÍA, Lourdes. “Patriarcado o sistema económico? Una discusión sobre dualismos metodológicos.” In: *Mujeres: ciencia y práctica política*, por Celia Amorós et al, 39-54. Madrid: Debate, 1987.

BERGER, Peter, e Thomas LUCKMANN. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BERTAUX, Daniel. “L’approche biographique: sa validé méthodologique, ses potentialités.” *Cahiers int sociol*, 1980: 197-225.

BETIOL, Maria Irene Stocco. “Ser administradora é o feminino de ser administrador?” *XXV Encontro da Anpad*. Campinas: Anpad, 2001.

BETIOL, Maria Irene Stocco, e TONELLI, Maria José. “As mulheres executivas e suas relações de trabalho.” *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 1991: 17-33.

BRIOSCHI, Lucila Reis, e TRIGO, Maria Helena Bueno. “Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas.” *Ciência e cultura*, 1987: 631-637.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. “Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de oitenta.” In: *Assessoria, trabalho e políticas públicas*, por Elisabeth Lobo, 87-118. São Paulo: CEFEMEA/ELAS, 1996.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade*. Vol. I, em *Gênero e Trabalho na Sociologia Latinoamericana*, por Lais Abramo e Alice Rangel de Paiva Abreu, 277-294. Rio de Janeiro e São Paulo: ALAST/Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. “Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?” In: *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*, por Maria Isabel Baltar da Rocha, 13-58. São Paulo: 34, 2000.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha, e Albertina O. COSTA. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos / Fundação Carlos Chagas, 1992.

CAMARGO, Aspásia. “Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas.” *Revista de Ciências Sociais*, 1984: 5-28.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. *O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e de gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves, Marlene Catarina de Oliveira Lopes MELO, Maria José Menezes BRITO, e Mozar José de BRITO. “Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional.” *RAE Eletrônica*, jul/dez de 2004.

CAPPELLIN, Paola. “A valorização do trabalho feminino: contextualizando as ações afirmativas.” *Estudos Feministas*, 1996: 158-171.

CARVALHO, Cristina Amélia, e Marcelo Milano Falcão VIEIRA. *O poder nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CHÊNEVERT, Denis, e TREMBLAY, Michel. “Managerial Career Success in Canadian Organizations: Is Gender a Determinant?” *Journal of Human Resource Management*, 2002: 920-941.

CHIZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

CIPRIANI, Roberto; POZZI, Enrico, e CORRADI, Consuelo. “Histoires de vie familiale dans un contexte urbain.” *Cahiers internationaux de Sociologie*, 1983: 253-262.

Costa, Ana Alice Alcantara. “Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres.” *AGENDE*. 2004. http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf (acesso em 26 de Maio de 2008).

CRAMER, Luciana; BRITO, Mozar José, e CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. “As representações sociais das relações de gênero na Educação Superior. A inserção do feminino no universo masculino.” *XXV Encontro da Anpad*. Campinas: Anpad, 2001.

DEERE, Carmem, e LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1981.

DUQUE, Javier Pineda. “Entre el empoderamiento y la subordinación: los retos del enfoque de género e desarrollo en los programas de microempresas.” *Encuentro Internacional Aportes de la perspectiva de género en la promoción del micro empresariado para el desarrollo territorial*. Bogotá: Instituto Iberoamericano de Cooperación para la Agricultura, 2004.

FONSECA, Rosa Godoy Serpa. *Mulher e cidadania na nova ordem social*. São Paulo: NEMGE/USP, 1996.

GALLICHIO, Enrique. “Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento.” In: *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*, por Jorge ROMANO e Marta ANTUNES, 67-90. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

GIFFIN, Karen. “Transição de Gênero: A Condição Feminina na Sociedade Atual.” *I Encontro de Saúde da Mulher e Condição Feminina*. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, 1993.

GLAT, Rosana. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GOODE, William Josiah, e Paul K HATT. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1973.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HEWLETT, Sylvia Ann. *Creating a life: Professional Women and the Quest for Children*. New York: Miramax Books, 2002.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Informação Demográfica e Socioeconômica, Brasília: Brasil, 2007.

LAVILLE, Chistian, e Jean. DIONE. *A Construção do Saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEME, Maria Carolina da Silva, e Simone Wajnman. “Tendências de corte nos diferenciais de rendimentos por sexo.” In: *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, por Ricardo Henriques, 251-270. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LEÓN, Magdalena. “El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género.” *La ventana: Revista de Estudios de Género*, 2001: 94-106.

LÉVI-STRAUS, Claude. “Sun Chief: the Autobiography of a Hopi Indian. Social Research, vol. 10, n. 4, 1943. pp. 915-917. Apud. CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas.” *Revista de Ciências Sociais.*, 1984: 9.

LOPEZ-CLAROS, Augusto, e Saadia ZAHIDI. *Empoderamento das mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero*. Geneva: Forum Econômico Mundial, 2005.

MACKINNON, Catharine A. “Diferencia y dominio: sobre la discriminación sexual.” In: NAVARRO, Marisa e STIMPSON, Catharine. *Sexualidad, género y roles sexuales*, , 77-101. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

MARRE, Jacques. L. “História de Vida e Método Biográfico.” *Cadernos de Sociologia*, jan/jul de 1991: 89-141.

MARTINS, Clítia Helena Backx. *Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese (doutorado)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Sociologia., 2003.

MEIRELLES, Mauro, e INGRASSIA, Thiago. “Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social.” *Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”*. Agosto de

2006. <http://www.forumpaulofreire.com.br/br/pdf/Mauro%20Meirelles%20e%20Thiago.pdf> (acesso em 29 de maio de 2007).

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. "A Gerência Feminina em Setores Industrial e Bancário: o conservadorismo internalizado versus o moderno em construção." *International Conference of the Iberoamerican Academy of Management*. São Paulo: IAM, 2003.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *A gerência feminina: inserção, participação e vivência da mulher no setor industrial*. Relatório de Pesquisa, Belo Horizonte: CNPQ/UFMG, 2002b.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *Estratégias do Trabalhador Informático nas Relações de Trabalho*. Tese de Professor Titular, Belo Horizonte: UFMG, 1991.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. "Gerência feminina no setor bancário brasileiro: habilidades diferenciadas e desafios específicos." *XXXVI Asamblea Anual del Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración*. México: CALDEA, 2001.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. "Gerência feminina nos setores industrial e bancário: o conservador internalizado versus o moderno em construção." *XXXVII Assembléia do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração*. Porto Alegre: CLADEA, 2002.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes, Gizelle de Souza MAGESTE, e Euler Lopes MENDES. "Percurso da mulher no mundo do trabalho." *41st Annual Assembly Cladea*. Montpellier (França): Cladea, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CRUZ NETO, Otávio, DESLANDES, Suely Ferreira, e GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Liliana Carneiro de. *A percepção da mulher no mercado de trabalho: emprego, carreira ou vocação*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IBMEC, 2006.

NEUMARK, David, e MCLENNAN, Michele. "Sex Discrimination and Women's Labor Market Outcomes." *The Journal of Human Resources*, 1994: 713-740.

NEVES, Lucília de Almeida. "Memória e História: potencialidades da história oral." *Revista ArtCultura*, 2003: 27-38.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. "As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras." *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú: ABEP, 2006. 1-21.

NUNES, A.M. "Uma história mal contada: A imagem da mulher nas revistas populares." *Congresso Brasileiro da Comunicação*. Campo Grande: Intercom, 2001.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *A mulher, a sexualidade e o trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. “Dados, vol.49 no.3 Rio de Janeiro.” *As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores*. 2006. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000300008&lng=en&nrm=iso>. (acesso em 30 de maio de 2008).

PINTO, Céli Regina Jardim.. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. “História Oral como gênero.” *Revista Projeto História*, 2001: 9-36.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A Queiroz, 1991.

ROMANO, Jorge. “Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza.” 2002. http://www.desarrollolocal.org/conferencia/_cuarta/Documento_Romano_portugues.doc (acesso em 22 de 01 de 2008).

ROSEMBERG, Fulvia. “O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche.” In: *Creche*, por Fulvia Rosemberg, 90-103. São Paulo: Cortês / Fundação Carlos Chagas, 1994.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” *Educação e Realidade*, Jul./dez. de 1990: 184-191.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Mulher em Tempo Novo: mudanças tecnológicas nas relações de trabalho*. Tese de Livre Docência, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: REcord, 2001.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Anielson Barbosa da. A fenomenologia como método de pesquisa. In: GODOI, Christiane Kleinünbing; BANDEIRA DE MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (orgs). São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. “Os usos do gênero.” *Seminário Relações de Sexo, Relações de Gênero*. São Paulo: Codac/USP, 1989. 184-191.

STEIL, Andrea V. “Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro.” *RAUSP*, jul/set de 1997: 62-69.

STRATERN, Marilyn. “An awkward relationship. The case of feminism and anthropology.” *SIGNS: Journal of Women in culture and society*, 1987: 276-292.

SULEROT, Eveline. *Historia y Sociologia del Trabajo femenino*. Barcelona: Península, 1988.

SUNG, Jung Mo, e Josué Cândido da SILVA. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TANURE, Betania, Antonio Carvalho NETO, e Juliana Oliveira ANDRADE. “A Super Executiva às voltas com Carreira, Relógio Biológico, Maternidade, Amores e Preconceitos.” *XXX Encontro da Anpad*. Salvador: Anpad, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TILLY, Louise, e Joan W Scott. *Women, Work & Family*. Nova York: Holt, 1978.

TOURAINÉ, Alan. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.